

CÂMARA DOS DEPUTADOS**TVR
N.º 923, DE 2014
(Do Poder Executivo)
MSC 254/2014
AV 349/2014**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 8, de 23 de janeiro de 2014, que autoriza a Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Dom Viçoso, Estado de Minas Gerais.

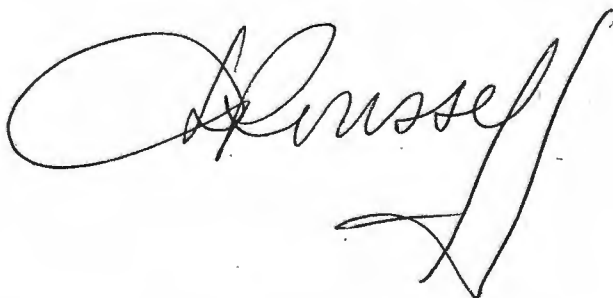
(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR).)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 279, de 6 de junho de 2012 - Associação de Comunicação e Cultura Maravilha, no município de Varzelândia - MG;
- 2 - Portaria nº 320, de 25 de novembro de 2013 - Associação de Radiodifusão Comunitária Cultural de Porto, no município de Porto - PI;
- 3 - Portaria nº 321, de 25 de novembro de 2013 - Associação Comunitária de Radiodifusão Integrante de Dom Pedro de Alcântara, no município de Dom Pedro de Alcântara - RS;
- 4 - Portaria nº 323, de 25 de novembro de 2013 - Associação Cultural, Social, Ambiental e Comunitária de Iporã do Oeste, no município de Iporã do Oeste - SC;
- 5 - Portaria nº 347, de 11 dezembro de 2013 - Associação de Desenvolvimento Cultural e Rádio Comunitária de Juazeiro do Piauí - ADECORAJ, no município de Juazeiro do Piauí - PI;
- 6 - Portaria nº 8, de 23 de janeiro de 2014 - Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso, no município de Dom Viçoso - MG;
- 7 - Portaria nº 9 de 23 de janeiro de 2014 - Associação de Difusão Comunitária de Cocal do Sul, no município de Cocal do Sul - SC;
- 8 - Portaria nº 24, de 6 de fevereiro de 2014 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Centenário do Sul, no município de Centenário do Sul - PR;
- 9 - Portaria nº 37, de 6 de fevereiro de 2014 - Associação Comunitária Estação FM de Radiodifusão de Itagimirim - BA;
- 10 - Portaria nº 53, de 21 de fevereiro de 2014 - Associação Comunitária Pedro Machado de Guaiúba - CE; e
- 11 - Portaria nº 62, de 21 de fevereiro de 2014 - Associação Remediense de Desenvolvimento Social, no município de Nossa Senhora dos Remédios - PI.

Brasília, 29 de agosto de 2014.



08/14

EM nº 00008/2014 MC

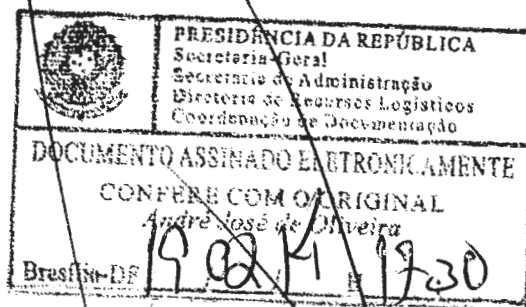
Brasília, 19 de Fevereiro de 2014

SAB


Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso**, no Município de Dom Viçoso, Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o que dispõe *caput* do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.065306/2011, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,



Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE	24 / 01 / 14
Página: 30	Seção: I
ANOTADO POR: 	

PORTARIA Nº 08 , DE 23 DE JANEIRO DE 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES-Interino, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.065306/2011, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso, com sede à Rua Dom Ferrão, nº 483, bairro: centro, no Município de Dom Viçoso, Estado de Minas Gerais, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar utilizando a frequência de 104,9MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

PRIMEIRA SECRETARIA
RECEBIDO, Mesa Secretária
Em 03/09/14 às 09:55
Ass: [assinatura] nº Porto

MSC. 254/2014

Aviso nº 349 - C. Civil.

Em 29 de agosto de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado MÁRCIO BITTAR
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que autorizam a execução de serviços de radiodifusão comunitária constantes das Portarias nºs 279, de 2012; 320, 321, 323 e 347, de 2013; 8, 9, 24, 37, 53 e 62, de 2014.

Atenciosamente,

[assinatura]
ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

Secretaria-Geral da Mesa DFCD 03/Set/2014 16:49
Ass: [assinatura] Orisem: [assinatura]
Ponto: 4553

PRIMEIRA - SECRETARIA
Em 03/09/2014.
De ordem, ao Senhor Secretário
Geral da Mesa, para as devidas
providências.
[assinatura]
EUGENIO DE BORSA AMARO
Chefe de Gabinete



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

MINIS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

TVR
923/2014

INTERESSADO: **Nº PROCESSO:** 53000.065306/2011-39
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVO DE DOM VIÇOSO

ASSUNTO: **DOM VIÇOSO/MG A VISO Nº 12**

Nº 41
CÓDIGO:

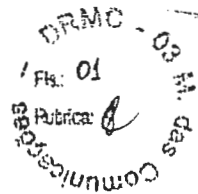
OUTROS DADOS:

MOVIMENTAÇÕES

Seq	SIGLA	CÓDIGO	DATA	Seq	SIGLA	CÓDIGO	DATA
01			/ /	15			/ /
02			/ /	16			/ /
03	Seare		24/04/13	17			/ /
04			/ /	18			/ /
05			/ /	19			/ /
06			/ /	20			/ /
07			/ /	21			/ /
08			/ /	22			/ /
09			/ /	23			/ /
10			/ /	24			/ /
11			/ /	25			/ /
12			/ /	26			/ /
13			/ /	27			/ /
14			/ /	28			/ /

AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO

ANEXOS:




MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
NO ESTADO DE MINAS GERAIS

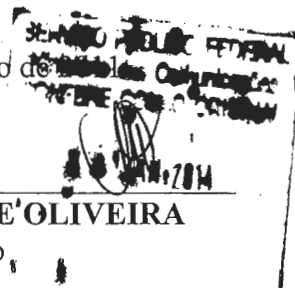
TERMO DE ABERTURA

Senhor Delegado,

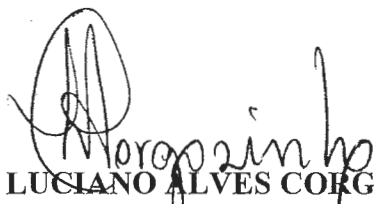
Tendo em vista a documentação encaminhada pela ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVO DE DOM VIÇOSO, requerendo autorização para execução do serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Dom Viçoso/MG, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do processo nº 53000.065306/2011-39, que se inicia com esta folha nº 01.

Belo Horizonte, 20 de dezembro de 2011


JÔNATA PANZA SOBRINHO DE OLIVEIRA
Agente Administrativo



De acordo. Proceda-se à abertura do processo.


LUCIANO ALVES CORGOSINHO
Delegado da Delegacia Regional do Ministério das Comunicações
em Minas Gerais - Substituto



REQUERIMENTO PARA AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 065306/2011-39

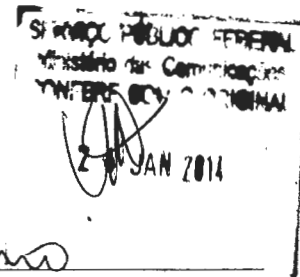
Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações

REC - 03

20/12/2011-19:04

A Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso, inscrita, no CNPJ sob o nº 09.307.904/0001-39 com sede à Rua Dom Ferrão, 483, na cidade de Dom Viçoso, Estado Minas Gerais, CEP 37474-000 telefone (035) 9916-5406 correio eletrônico: comunitariacolinasm@yahoo.com.br entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente registrada no órgão competente, vem, respeitosamente à presença de V. Ex.^a, em atendimento ao Aviso nº 12/2011, apresentar a documentação de que trata o item 8 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União no dia 18 de outubro do mesmo ano.

Dom Viçoso, 07 de dezembro de 2011.



Wanderley Paulino
(assinatura do representante legal da entidade)

Nome do representante da entidade: Wanderley Paulino

CPF: 073.600.586-27

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 09.307.904/0001-39 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 04/09/2007
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA DO POVO DE DOM VICOSO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASSOCIACAO COMUNITARIA DO POVO DE DOM VICOSO			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R DOM FERRAO	NÚMERO 483	COMPLEMENTO CASA: DO GERALDINHO;	
CEP 37.474-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO DOM VICOSO	UF MG
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/09/2007	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **16/12/2011** às **08:58:26** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVO DE DOM VIÇOSO
ASCOPODOV

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVO E DURAÇÃO

ARTIGO 1. Sob a denominação de **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVO DE DOM VIÇOSO**, fica constituída uma associação comunitária, sem fins lucrativos, que se regerá pelo presente Estatuto e pela legislação específica.

ARTIGO 2. A sede da Associação será à rua Dom Ferrão nº 483, centro, na cidade de Dom Viçoso, CEP nº 37.474-000

ARTIGO 3. A associação terá com objetivo a exploração e instalação de serviços de radiodifusão sonora, com finalidade á dar oportunidade à difusão de idéias cultura, tradições, hábitos sociais da comunidade, formação e integração da comunidade nos aspectos de lazer, cultura e convívio social, prestar serviços de utilidade pública, contribuir para o aperfeiçoamento profissional, permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão, respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e do povo de Dom Viçoso, mediante concessão, permissão ou autorização que lhe outorgada por ato do poder público compete para a exploração dos serviços de radiodifusão, exploração esta sujeita e de acordo com a legislação específica.

PARÁGRAFO ÚNICO: Receberá o nome de **RÁDIO COMUNITÁRIA COLINAS FM.**

ARTIGO 4. A duração da sociedade é por prazo indeterminado.

DOS SÓCIOS

ARTIGO 5. São considerados sócios todos aqueles que, sem impedimentos legais, forem residentes na área de atuação da Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso, mediante preenchimento de formulário próprio, seja pessoa física ou entidade de classe, beneméritas, religiosas, ou de moradores desde que legalmente constituídas e que sejam aprovados pela Diretoria, e que mantenham fiel obediência a este estatuto e deliberações da sociedade.

ARTIGO 6. Ficam criadas duas categorias de sócios, a saber:

1. **Sócios Contribuintes:** São considerados sócios contribuintes quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que contribuam mensalmente com qualquer importância por ele designada.
2. **Sócios Beneméritos:** Quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que tenham prestado relevantes serviços a Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso.

ARTIGO 7. Terão direito a voto nas assembléias as duas categorias de sócios: beneméritos e



Registro Civil e Tabelionato
FERNANDA MÁRCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA
Dom Vígoso - MG
Comarca de Carmo de Minas
CEP. 37.474-000

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E
TABELIONATO DE NOTAS
Dom Vígoso - MG
Comarca de Carmo de Minas
Confere com o original que me foi
exibido. Dou Fé
Dom Vígoso 16 / 12 / 2011
Fernanda Márcia Alves de Alkmin
FERNANDA MÁRCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA

Tabela nº 1 - Lei 15.424
de 30/12/2004
Emolumentos: R\$ 3,22
Taxa Fiscalização: R\$ 1,01
Total: R\$ 4,23

contribuintes, este último desde que em dia com sua contribuição e poderão votar por procuração passada individual ou coletivamente a um dos de mais sócios com direito a voto.

PARÁGRAFO ÚNICO: Somente terão direito a voto nas Assembléias os brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

ARTIGO 8. Os membros da associação não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

DA DIRETORIA

ARTIGO 9. A associação será dirigida por uma Diretoria Executiva eleita em Assembléia Geral, para um período de quatro anos (04), podendo ou não ser reeleita.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os membros da diretoria deverão manter domicílio ou residência na área da comunidade atendida.

ARTIGO 10. Os membros da diretoria deverão ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

PARÁGRAFO ÚNICO: É vedado participar da administração membros que ocupem cargo eletivo, que assegure imunidade parlamentar ou foro especial.

ARTIGO 11. A Diretoria será composta dos seguintes cargos diretores:

1. Presidente
2. Vice-Presidente
3. Secretário
4. Tesoureiro
5. Diretor de Patrimônio

24 JAN 2011
Ofício de Registro Civil e Tabelionato
FERNANDA MÁRCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA
Dom Viçoso - MG
Comarca de Carmo de Minas
CEP. 37.474-000

ARTIGO 12. Compete a Diretoria Executiva:

- I. Cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias e as deliberações da Assembléia Geral e Conselho Fiscal;
- II. Elaborar e apresentar anualmente à assembléia geral e Conselho Fiscal até vinte e oito(28) de fevereiro relatório circunstanciado de suas atividades, balanço patrimonial e a prestação de contas do exercício findo;
- III. Orientar toda a administração da Associação;
- IV. Apresentar ao Conselho Comunitário toda e qualquer Programação para acompanhar, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e das finalidades estabelecidas no artigo 3; -
- V. Compete a diretoria compor o quadro pessoal da Rádio ao menos de dois terços (2/3) de trabalhadores brasileiros.

ARTIGO 13. Serão atribuições do Presidente:

- I. Os poderes de administração em geral, salvo os que neste estatuto são conferidos a Assembléia Geral e Conselho Fiscal, necessários ao desenvolvimento de suas atividades na Associação:



**OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E
TABELIONATO DE NOTAS**

Dom Vicoso - MG

Comarca de Carmo de Minas

Confere com o original que me foi
exibido. Dou Fé

Dom Vicoso 16 / 12 / 2011

Fernanda Márcia Alves de Alkmin
FERNANDA MÁRCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA

Tabela nº 1 - Lei 15.424
de 30/12/2004

Emolumentos: R\$ 3,22

Taxa Fiscalização: R\$ 1,01

Total: R\$ 4,23

Ofício de Registro Civil e Tabelionato
FERNANDA MÁRCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA
Dom Viçoso - MG
Comarca de Carmo de Minas
CEP. 37.474-000



ARTIGO 28. A alienação, hipoteca, penhor ou venda ou troca dos bens patrimoniais da associação somente poderá ser decidida por aprovação da maioria absoluta da assembléia geral extraordinária, convocada especificamente para tal fim.

EXERCÍCIO SOCIAL

ARTIGO 29. O exercício social terá a duração de um ano, terminando em 31 de Dezembro de cada ano.

ARTIGO 30. No fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar com base na escrituração contábil da Associação, um balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício e uma demonstração das origens e aplicações de resultados.

LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 31. A Associação poderá ser extinta por deliberação da maioria dos associados, em qualquer tempo, desde que seja convocada uma assembléia geral extraordinária para tal fim.

ARTIGO 32. A Associação também poderá ser extinta por determinação legal.

ARTIGO 33. No caso de extinção, competirá a Assembléia Geral extraordinária estabelecer o modo de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que devam funcionar durante o período de liquidação.

ARTIGO 34. Em caso de extinção da associação competirá a Assembléia Geral extraordinária designar a que entidade serão doados os bens.

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

ARTIGO 35. O estatuto desta associação poderá receber alterações, desde que mantidos os termos e condições inicialmente exigidos para outorga da autorização devendo apresentar ao poder concedente para fins de registro e controle os atos que caracterizam as alterações devidamente averbadas ou registradas dentro de trinta (30) dias contados de sua efetivação.

ARTIGO 36. Os casos omissos serão analisados pela Diretoria Executiva encaminhados a assembléia geral para apreciação.

ARTIGO 37. Fica eleito o foro da Comarca de Carmo de Minas, Estado de Minas Gerais, para qualquer ação fundada neste estatuto.



**OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E
TABELIONATO DE NOTAS**

**Dom Viçoso - MG
Comarca de Carmo de Minas
Confere com o original que me foi
exibido. Dou Fé**

Dom Viçoso 16 / 12 / 2011

Fernanda Márcia Alves de Alkmin
**FERNANDA MÁRCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA**

**Tabela nº 1 - Lei 15.424
de 30/12/2004**

Emolumentos: R\$ 3,22

Taxa Fiscalização: R\$ 1,01

Total: R\$ 4,23



CONSELHO FISCAL

ARTIGO 19. O Conselho Fiscal compor-se-á de três (03) membros efetivos, cada um dos quais com um suplente, eleitos a cada dois anos pela Assembléias Geral da Associação, podendo ser reeleitos.

ARTIGO 20. O Conselho Fiscal tem suas atribuições e os poderes que são conferidos, podendo ser reeleitos.

ARTIGO 21. Os membros do Conselho Fiscal desempenharão suas funções e atribuições sem remuneração.

ASSEMBLÉIA GERAL

ARTIGO 22. As Assembléias Gerais serão ordinárias com reunião no dia trinta (30) de Novembro(11) de cada ano, para eleger a Diretoria quando for o caso, aprovar as suas contas, eleger os membros do Conselho Fiscal e Conselho Comunitário.

ARTIGO 23. As Assembléias Gerais serão extraordinárias sempre que os interesses da Associação exigir o pronunciamento dos sócios e para os fins previstos por lei e nos seguintes casos: reforma dos estatutos, eleição de nova diretoria, por renúncia de membros em exercício.

ARTIGO 24. As Assembléias Gerais serão dirigidas Presidente da Associação que convidará um ou dois sócios presentes para servir de secretários, na composição da mesa que dirigirá os trabalhos da Assembléia.

CONSELHO COMUNITÁRIO

ARTIGO 25. O Conselho Comunitário será instituído de no mínimo cinco (05) pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas.

ARTIGO 26. O Conselho Comunitária terá o fim específico de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e aos princípios da Lei que rege a matéria.

PATRIMÔNIO

ARTIGO 27. O patrimônio social será constituído das contribuições dos seus sócios doações, subvenções, legados e do apoio cultural recebido nos programas transmitidos pela Rádio Comunitária Colinas FM



Registro Civil e Tabelionato

FERNANDA MÁRCIA ALVES DE ALKMIN

REGISTRADORA

Dom Viçoso - MG

Comarca de Carmo de Minas

CEP. 37.474-000

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E
TABELIONATO DE NOTAS

Dom Viçoso - MG

Comarca de Carmo de Minas

Confere com o original que me foi
exibido. Dou Fé

Dom Viçoso 16 / 12 / 2011

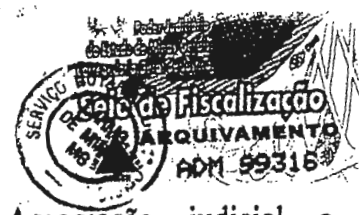
Fernanda Márcia Alves de Alkmin
FERNANDA MÁRCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA

Tabela nº 1 - Lei 15.424
de 30/12/2004

Emolumentos: R\$ 3,22

Taxa Fiscalização: R\$ 1,01

Total: R\$ 4,23



- II. Representar ativa e passivamente a Associação judicial e extrajudicialmente, podendo para tal fim designar procurador;
- III. Em conjunto com o tesoureiro, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, assinar convênios, contrair obrigações, empréstimos e transigir desde que emitido parecer antecipado pelo Conselho Fiscal;
- IV. Tomar medidas urgentes em defesa dos interesses da Associação.

ARTIGO 14. São atribuições do Vice-Presidente:

- I. Substituir o presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II. Desempenhar as funções que o Presidente lhe confiar.

PARÁGRAFO ÚNICO: Ocorrendo a vacância do cargo de Presidente, o Vice-Presidente assumirá o cargo de Presidente e nele permanecerá até o restante do prazo para o qual foi o membro substituído.

ARTIGO 15. São atribuições do Secretário:

- I. Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembleia Geral e redigir as competentes atas;
- II. Publicar todas as atividades da Associação;
- III. Assinar correspondências da Associação;
- IV. Superintender os serviços de secretaria;
- V. Exercer no sentido de relações públicas da Associação.

ARTIGO 16. São atribuições do Tesoureiro:

- I. Arrecadar e guardar sob sua responsabilidade todos os valores e pertences da Associação;
- II. Cobrar e receber contribuições, donativos ou rendas devidas à associação;
- III. Pagar todas as despesas, contas, obrigações, assinando com o presidente os cheques e ordem de pagamento;
- IV. Manter em ordem, clareza e atualizada a escritura contábil.

PARÁGRAFO ÚNICO: O tesoureiro será substituído em suas faltas ou impedimentos pelo Vice-Presidente.

ARTIGO 17. São atribuições do Diretor de Patrimônio:

- I. Manter em ordem e atualizado o patrimônio móvel e imóvel da associação;
- II. Elaborar e apresentar o relatório patrimonial a Assembleia Geral e Conselho Fiscal.

ARTIGO 18. Nenhum membro da Diretoria será remunerado, para o desempenho de suas funções e respectivas atribuições.



Registro Civil e Tabelionato
FERNANDA MÁRCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA
Dom Viçoso - MG
Comarca de Carmo de Minas
CEP. 37.474-000

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E
TABELIONATO DE NOTAS
Dom Viçoso - MG

Comarca de Carmo de Minas
Confere com o original que me foi
exibido. Dou Fé

Dom Viçoso 16 / 12 / 2011

Fernanda Márcia Alves de Alkmin
FERNANDA MÁRCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA

Tabela nº 1 - Lei 15.424
de 30/12/2004

Emolumentos: R\$ 3,22

Taxa Fiscalização: R\$ 1,01

Total: R\$ 4,23

ARTIGO 38. O presente estatuto entra em vigor a partir da data de seu registro.
Dom Viçoso, MG, Maio de 2007.

[assinatura]
José Geraldo Miguel
PRESIDENTE

[assinatura]
Fernando Henrique de Almeida Souza
ADVOGADO
OAB/SP 214.515

Registro Civil e Tabelionato
DA MÂRCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA
Dom Viçoso - MG
Comarca de Carmo de Minas
Selo de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
BLN 46018 CEP. 37.474-000

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
CERTIDÃO
Certifico e dou fé que registrei o presente
Documento, no Livro próprio nº 5-1
fls. 141/144, sob o nº 335
Carmo de Minas, 04/09/2007
[assinatura]

[assinatura]
Selo de Fiscalização
ARQUIVAMENTO
ADM 99319
Selo de Fiscalização
AQI 20382

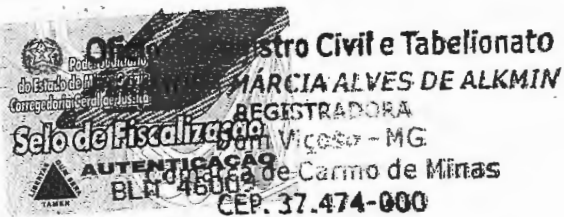
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
CARMO DE MINAS - MG
Maria Aparecida Carneiro Nogueira-Oficial
Luiz Sérgio Nogueira Junqueira-Substituto
COMARCA DE CARMO DE MINAS - MG

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E
TABELIONATO DE NOTAS
Dom Viçoso - MG
Comarca de Carmo de Minas
Confere com o original que me foi
exibido. Dou Fé
Dom Viçoso 16/12/2011
[assinatura]
FERNANDA MÂRCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA

Tabela nº 1 - Lei 15.424
de 30/12/2004
Emolumentos: R\$ 3,22
Taxa Fiscalização: R\$ 4,01
R\$ 4,23

Ata de Constituição da Comunidade de
de 1.º de Janeiro.

Assembleia Geral de Constituição e Fundação da Associação dos
Fundadores da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVO DE DEMIÚGOSO,
em sessão ordinária, por aclamação unânime, eleger para
Presidente Miguel, nacionalidade Brasileira, Estado Civil: Casado. Profissão: Ju-
risconsulto, CPF nº 138846-28-53; portador da cédula de identidade nº
15119403, residente e domiciliado na Rua Dom Lúcio nº 489, no bairro do
Dom Lúcio, cidade de Minas Gerais, concordando com o Sr. Wagner Ribeiro,
na prestação da prestação, a quem compete. — A pedido do Presidente, dada ordem
para a qual será convocada esta Assembleia Geral e que tem por obje-
to: a) Discussão e aprovação do projeto de Estatuto Social; b) Constituição e
dotação definitiva da associação, elação da Carta e do Conselho Fiscal, al-
tões assuntos relacionados com a Constituição e fundação da associação. — E
decretando-se os presentes, o Presidente no momento que precedeu à leitura do
projeto de Estatuto Social, cujas cópias se encontram em mãos de todos os pre-
sentes. — Sendo a leitura, o Presidente assinou, juntamente com a art.
da apreciação e discussão e, em seguida, a sua ratificação e mesmo, seu
aprovado por unanimidade e sem emendas ou modificações. — E requer-se a
declaração definitivamente fundada e constituída na ASSOCIAÇÃO COM-
UNITÁRIA DO POVO DE DEMIÚGOSO, procedendo-se então, a eleição do Diretor
e do Conselho Fiscal, para o primeiro período de gestão, que segue ao seguinte
ordem: Presidente: Sr. Miguel com documentação e endereços citados
acima, Vice-Presidente: Eduardo de Jesus, nacionalidade Brasileira, solteiro, uni-
vêrso Wílton, RG-M 8.802.390, CPF-030.640.336/37, residente na Praça Dr.
Augusto Almeida, 12 Dom Lúcio/MG, Procurador: Renato Carlos da Silva, re-
morante, Brásilia, Brasil, funcionário público, RG-M 4232688 SSP/MG. e
CPF-541202006-82, residente na Rua Estanislau Góes Dom Lúcio/MG. e
Vice: Sr. Wagner Ribeiro, nacionalidade Brasileira, solteiro, RG-M 9206035 SSP/
CPF-583898246-00, residente na Rua Estanislau Góes nº 298, Dom Lúcio/MG
valor do Patrimônio: R\$ 15.286.445 e CPF-016 244 996-86, residente na Rua



**OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E
TABELIONATO DE NOTAS**

Dom Viçoso - MG

Comarca de Carmo de Minas

**Confere com o original que me foi
exibido. Dou Fé**

Dom Viçoso 16 / 12 / 2011

Fernanda Marcia Alves de Alkmin
FERNANDA MARCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA

**Tabela nº 1 - Lei 15.424
de 30/12/2004**

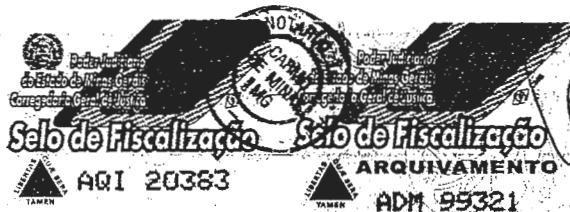
Emolumentos R\$ 3,22

Taxa Fiscalização R\$ 1,01

Total: R\$ 4,23

Luiz Vargas, 48 Dom Vênoso/MG. Nacionalidade Brasileira, profissão: Advogado, RG-MG-625.580 e CPF-353515006-04, residente à rua Atanásio de Dom Vênoso/MG; Elton e Norberto da Silva, nacionalidade Brasileira, profissão: Técnico Administrativo, RG-MG-159472210213 e CPF-096678956-3F, residente à rua Glória Vargas 36 Dom Vênoso/MG; Arduia Cristina Miguel Pinto, nacionalidade Brasileira, do Rio, RG-MG-4.886.538 e CPF-063334.086-24, residente à rua Dom Enas, 483, Dom Vênoso/MG. Mandados Suplentes: Carlos Antônio Tadeu, nacionalidade Brasileira, advogado, RG-MG-346925F e CPF-585.779.206-15, residente à Rua W. Augusto da Alameda, 13 Dom Vênoso/MG; Marcos Roberto Sousa, nacionalidade Brasileira, Advogado, RG-MG-6126801 e CPF-857.205.936-91, residente no Bairro Barão, Dom Vênoso/MG; Luciana Furtado de Azevedo, nacionalidade Brasileira, do Rio, RG-MG-215605036 e CPF-100.042.292-43, residente à rua Dom Enas, 489 Dom Vênoso/MG. O presidente, após apurar os votos, deu-lhes imediatamente conhecimento imediato para a função e atribuições que se iniciam no ato do ato. — Ficando sobre a matéria e como ninguém alegou nada, o presidente suspendeu a sessão pelo tempo necessário para a assinatura do ato, que eu fiz, como secretário, em 03 dias de igual teor, e, após leitura da mesma foi lida e aprovada; segue assinada pelo presidente da sessão, por mim, secretário e por todos os demais presentes, que passam a ser com o dos membros fundadores foi Gualdo Miguel, José Wagner Ribeiro, Thiago da Silva, Andréia Cristina Miguel Pinto, Antônio Luciano de Azevedo, Silvana Costa de S. V., Elton Arantes de Souza, Lúcia Augusto Nascimento, Luciana Fernandes dos Santos, Paulo César da Silva, Manoel Roberto Soares.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
CERTIDÃO
Certifico e dou fé que registrei o presente Documento, no Livro próprio nº 5-A
fls. 152, sob o nº 337
Carmo de Minas, 04 de 09 de 2007
Luiz Sérgio C. Junqueira



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
CARMO DE MINAS - MG
Maria Aparecida Carneiro Nogueira-Oficial
Luiz Sérgio Nogueira Junqueira-Substituto
COMARCA DE CARMO DE MINAS - MG



Registro Civil e Tabelionato

FERNANDA MÁRCIA ALVES DE ALKMIN

REGISTRADORA

Dom Viçoso - MG

Comarca de Carmo de Minas

CEP. 37.474-000

**OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E
TABELIONATO DE NOTAS**

Dom Viçoso - MG

Comarca de Carmo de Minas

Confere com o original que me foi
exibido. Dou Fé

Dom Viçoso 16 / 12 / 2011

Fernanda Márcia Alves de Alkmin
FERNANDA MÁRCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA

Tabela nº 1 - Lei 15.424
de 30/12/2004

Emolumentos: R\$ 3,22

Taxa Fiscalização: R\$ 1,01

Total: R\$ 4,23

exibido. Dou F
Dom Vicoso 16 / 12 / 2011

CEP. 37.474-000, Pr. 12

FERNANDA MÁRCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORASelo de Fiscalização
ARQUIVAMENTO
ANA 56817Publicar
Comunicação

da Associação Comunitária do Povo de Ilom Ilcoso, no dia 16 de novembro de 2011, às 19h, no salão Paroquial, nesta cidade de Ilom Ilcoso, as seguintes horas, reuniram-se em assembleia geral, para eleição da nova Diretoria e Conselho Fiscal da Associação Comunitária do Povo de Ilom Ilcoso. Assumiu a Presidência dos trabalhos, por aclamação unânime, o sr. José Geraldo Miguel, de nacionalidade brasileira, professor funcionário público portador da cédula de identidade 15.119.403, CPF nº 738.846.778-53, residente e domiciliado à Rua Ilom Ilcoso, 483, na cidade de Ilom Ilcoso, Estado de Minas Gerais, convidando a mim, Salkirua Imaculada de Paula Alves, para secretariar a sessão o que aceitei. A pedido do Presidente li a ordem do dia para qual fora convocada esta assembleia geral em que tem o seguinte teor: Eleição da nova Diretoria e Conselho Fiscal. Iniciamos logo os trabalhos e o Presidente me solicitou que procedesse à leitura do Estatuto da Associação Comunitária do Povo de Ilom Ilcoso, aprovado e registrado desde maio de dois mil e sete. Finda a leitura o Presidente orientou aos presentes das condições necessárias para compor a Diretoria e/ou Conselho Fiscal da Associação Comunitária do Povo de Ilom Ilcoso. Em seguida o Presidente apresentou a Chapa única candidata a compor Diretoria e Conselho Fiscal, procedendo então à eleição para o segundo período de gestão. A chapa única foi eleita por unanimidade entre os presentes, que chegaram ao seguinte resultado: Presidente: Vanderley Paulino, brasileiro, casado, funcionário Público, Portador do RG: M. 9. 247. 448 e CPF nº 073. 600. 586- 27, residente no bairro Ponte de Pedra, Zona Rural de Ilom Vicoso; Vice-Presidente: Marlene Aparecida dos Santos, brasileira divorciada, do lar, Portadora do RG MG 11. 659. 797 e

do CPF nº 040.030.286-19, residente a Rua Benedito Saladares, nº 445, centro de Bom Sucesso; Secretária: Valéria Bonaculada de Paula Alves, brasileira, casada, funcionária pública, portadora do RG nº MG. 11.766.523 e do CPF nº 045.886.936-89, residente no bairro Sucesso Velho, zona rural de Bom Sucesso; Secretário: Francisco Rosinei Pinto, brasileiro, solteiro, funcionário público, portador do RG nº M. 8.378.403 e CPF nº 032.844.616-55, residente a Rua Sr. Altamir Celi, nº 193 FDS, centro de Bom Sucesso; Diretora de Patrimônio: Elizângela Maria da Silva, brasileira, solteira, funcionária pública, portadora do RG nº MG. 10.701.351 e do CPF nº 044.969.326-01, residente a Rua Benedito Saladares, nº 419, centro de Bom Sucesso. Conselho Fiscal: membros efetivos: Paulo César da Silva, brasileiro, solteiro, autônomo RG MG. 4.625.580 e CPF 353.515.006-04, residente a Rua Altamir Celi, centro de Bom Sucesso/MG; Elton Frantes de Souza, brasileiro, solteiro, técnico eletrônico para. mor do CPF nº 096.678.956-37, residente a Rua Bela Vista em Bom Sucesso/MG; Cândia Maria Garcia Benrigues, brasileira, casada, do lar, RG nº 06736713-6, CPF nº 720.735.007.49, residente no bairro Sucesso Velho, Bom Sucesso/MG. membros suplentes: Luiz Antônio da Silva, brasileiro, funcionário público, RG nº 5.277.341, CPF nº 738.434.826-91, residente no bairro Bocaina, Bom Sucesso/MG; Marcos Roberto Soares, brasileiro, solteiro, agricultor, RG. M. 6126801 e CPF 857.205.936-91, residente no bairro Lavra, Bom Sucesso/MG; Lucio Augusto Nascimento, brasileiro, solteiro, estudante, RG MG. 15.286.445 e CPF nº 016.244.996-86, residente a Rua Getúlio Vargas nº 48, Bom Sucesso MG. O Presidente, após apurar os elitos, deu-lhes imediata posse para as funções e atribuições que se iniciam nesta data, ficando livre a palavra; como ninguém alegou a sua in-competência, o Presidente suspendeu a sessão pelo tempo necessário para a lavratura desta ata, que eu fiz, como secretária, e após a

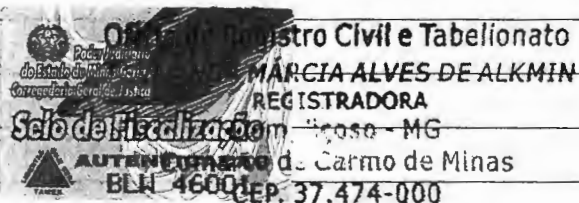
DIRMO-03
Rubrica 8
300
Comunicação

reabertura da sessão a mesma foi lida e aprovada
segue assinada por mim. Dom Viçoso, vinte e cinco de
novembro de dois mil e onze. Salve a Imaculada de
Paula Alves.



**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
CERTIDÃO**

Certifico e dou fé que registrei o presente
documento, no Livro próprio nº 10-A
fls. 7091, sob o nº 744
Carmo de Minas, 06 / 12 / 11
[Signature]



**OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E
TABELIONATO DE NOTAS**

Dom Viçoso - MG
Comarca de Carmo de Minas
Confere com o original que me foi
exibido. Dou Fé

Dom Viçoso 16 / 12 / 2011

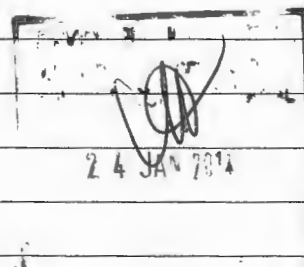
[Signature]
FERNANDA MÁRCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA


Tabela nº 1 - Lei 15.424
de 30/12/2004

Emolumentos: R\$ 3,22


Taxa Fiscalização: R\$ 1,01

Total: R\$ 4,23



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVO DE DOM VIÇOSOOFICINA - 03 M. das Comunicações
Fls: 14
Rubrica: **RELAÇÃO DE NOMES DOS ASSOCIADOS, CONFORME ARTIGOS 5 E 6
DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVO DE DOM VIÇOSO**

Nome	CPF	Identidade	Endereço
Wanderley Paulino	073.600.586-27	M-9.247.447 – SSP/MG	Bairro Ponte de Pedra, zona rural – Dom Viçoso
Marlene Aparecida dos Santos	040.030.286-19	MG-11.569.797- SSP/MG	Rua Benedito Valadares, Centro- Dom Viçoso
Valkiria Imaculada de P. Alves	045.886.936-89	MG-11.766.523 SSP/MG	Bairro Viçoso Velho, Zona Rural – Dom Viçoso
Francisco Rosinei Pinto	032.844.616-55	M-8.378.403- SSP/MG	Rua Dr. Altamiro Coli, 193, FDS- Centro – Dom Viçoso
Elizângela Maria da Silva	044.969.326-01	MG-10.701.351- SSP/MG	Rua Benedito Valadares, Centro- Dom Viçoso
Tânia Maria Faria Henriques	720.735.007-49	06736713-6 SSP/RJ	Bairro Viçoso Velho, Zona Rural- Dom Viçoso
Luiz Antônio da Silva	738.434.826.91	5.277.341 SSP/MG	Bairro Bocaina, zona rural de Dom Viçoso
Lúcio Augusto Nascimento	016.244.996-86	MG 15.286.445 SSP/MG	Rua Getúlio Vargas, 48 – Centro- Dom Viçoso
José Geraldo Miguel	738.846.778-53	M-15119403 SSP/MG	Rua Dom Ferrão, 483, centro- Dom Viçoso
José Wagner Ribeiro	589.858.246-00	M-9206035 SSP/MG	Rua Dr. Altamiro Coli, 298, centro de Dom Viçoso
Paulo Cezar da Silva	353.515.006-04	MG-4.625.580 SSP/MG	Rua Dr. Altamiro Coli, centro de Dom Viçoso
Elton Arantes de Souza	096.678.956-37		Rua Bela Vista, Dom Viçoso
Marcos Roberto Soares	857.205.936-91	M.612.6801 SSP/MG	Bairro Lavra, zona rural de Dom Viçoso



**DECLARAÇÃO DE FIEL CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
À RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Nós, na qualidade de dirigentes da

Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso, declaramos, para os devidos fins, que nos comprometemos ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98 de 19 de fevereiro de 1998, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Wanderley Paulino

Wanderley Paulino – Presidente – CPF nº 073.600.586-27

Marlene Aparecida dos Santos

Marlene Aparecida dos Santos – Vice-Presidente – CPF nº 040.030.286-19

Valkiria I. de Paula Alves

Valkiria Imaculada de Paula Alves – Secretária- CPF nº 045.886.936-89

x *Francisco Rosinei Pinto*

Francisco Rosinei Pinto – Tesoureiro -CPF nº 032.844.616-55

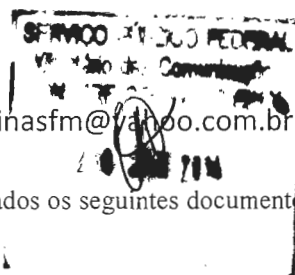
Elizângela Maria da Silva

Elizângela Maria da Silva – Diretor de Patrimônio – CPF nº 044.969.326-01

Endereço para correspondência Rua Dom Ferrão, 483, centro, na cidade de Dom Viçoso, Estado de Minas Gerais, CEP: 37474-000

Telefone para contato: (035) 9916-5406

Correio eletrônico (e-mail) comunitariacolinasmf@vapo.com.br



ATENÇÃO: Não se esqueça de que também deverão ser encaminhados os seguintes documentos de cada dirigente:

Comprovação de que todos os seus dirigentes são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e de que são maiores de 18 anos ou emancipados, mediante apresentação de cópia de qualquer um dos seguintes documentos:

- Certidão de Nascimento ou Casamento; Certificado de Reservista; Título de Eleitor; Carteira Profissional; Cédula de Identidade; Certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil; Escritura Pública de Emancipação.

Não serão aceitos, a título de comprovação de maioridade e de nacionalidade os seguintes documentos:

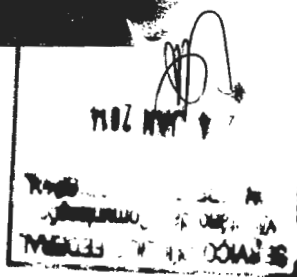
- a) Cópia do cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e
- b) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).



Envie um SMS para 10558 com sua dúvida ou solicitação e, em alguns instantes, respondemos.

Serviço gratuito.

vivo Conexão como nenhuma outra.



Sua conta chegou.

Postagem: 28/11/2011

Vencimento: 10/12/2011



CTO BELO HORIZONTE MG PL9
WANDERLEY PAULINO
SIT MAE DA DIVINA PROVIDENCIA, SM
PONTE DE PEDRA
37474-000 DOM VICOSO - MG



01907958

vivo



Use o Meu Vivo para facilitar seu dia a dia.

Comodidade

Ambiente Seguro

Personalização

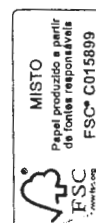
Meu Vivo, seu canal de autoatendimento na internet, para você:

- Imprimir a 2ª via de sua conta detalhada.
- Solicitar o código de barras para pagamento da conta.
- Cadastrar seu Vivo nas nossas promoções.
- Consultar e trocar seus pontos, do Programa de Pontos, por aparelhos ou pacotes de serviços.

Acesse www.vivo.com.br/meuvivo e descubra todas as vantagens de usar o atendimento pela Internet.

Uso Exclusivo dos Correios
Devolução Eletrônica - CEDO

<input type="checkbox"/> Ausente	<input type="checkbox"/> Não existe o n° indicado	Data de Reintegração
<input type="checkbox"/> Falecido	<input type="checkbox"/> Desconhecido	Rubrica do Carteiro
<input type="checkbox"/> Recusado	<input type="checkbox"/> Não procurado	
<input type="checkbox"/> Mudou-se	<input type="checkbox"/> Endereço insuficiente	
<input type="checkbox"/> Outros (especificar) _____		



Correios
M. das Comunicações
Setor de
Faturamento
16/11/11
FSC



WANDERLEY PAULINO

PAULINO

SERGIASSO VICENTE PAULINO

ROSA MARIA PAULINO

NATURALIDADE: DOM VICOSO-MG

DATA DE NASCIMENTO: 06/08/76

RG ORIGEM: RASC. LV-14 F. 151 DOM VICOSO-MG

CPF: 151

BELO HORIZONTE, MG

PII 751

ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICACAO

PII 751

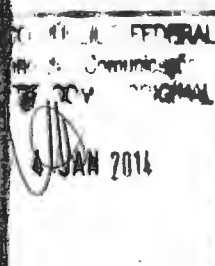
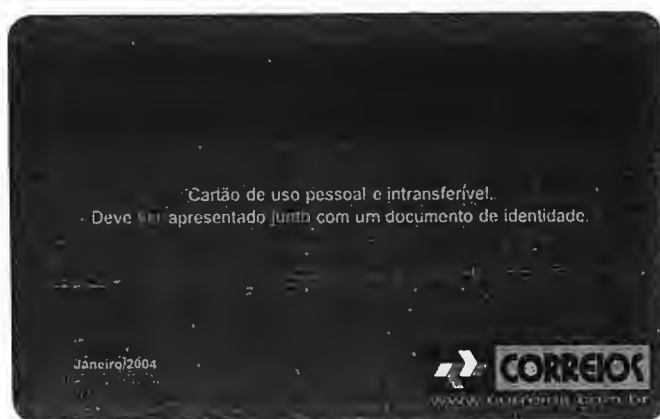
POLEGAR DIREITO

POLEGAR ESQUERDA

Assinatura: Wanderley Paulino

PII 751

03 n. us
Comunicado
Rubrica
17
17



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE DOM VIÇOSO



COMARCA DE CARMO DE MINAS
DISTRITO DE DOM VIÇOSO

REGISTRO CIVIL

Luiz Antonio de Oliveira

Oficial do Registro Civil

Certidão de Casamento

CERTIFICO que, sob N.º 859 a fl. 62 do livro N.º 09 de Registro de Casamentos, verifiquei constar que no dia 24 de Janeiro de 1998 foi realizado o casamento de WANDERLEY PAULINO e MARIA GORETTI CAMPOS. * *

contraído perante o Juiz de Paz Miguel Palma Sobrinho e as testemunhas Sebastião Carlos da Silva, Rozilene Aparecida Pinto Silva, José Roberto Cândido, Maria Aparecida Cândido, Maurício Campos Gaioso, Maria Beatriz Pinto Gaioso, Antonio de Oliveira Neto e Cláudia Mara de Paula Oliveira. * *

ELE, nascido em esta Cidade

06 de Agosto de 1976

profissão lavrador, domiciliado em

esta Cidade e reside em esta Cidade, filho de

SEBASTIÃO VICENTE PAULINO

e ROSA MARIA PAULINO

ELA, nascida em São Lourenço-MG

12 de Janeiro de 1979

profissão do lar, domiciliada em

este município e reside em este município, filha de

Pedro Campos Filho

e Maria Alzira de Oliveira Campos

a qual passou assinar-se MARIA GORETTI CAMPOS PAULINO

Foram apresentados os documentos a que se refere o artigo 180 n.º 1, 4 do Código Civil Brasileiro.

Foi adotado o regime de comunhão parcial de bens. * *

Observações: Nada a observar.

CARTÓRIO E TABELIONATO
OLIVEIRA

DOM VIÇOSO - MG

Comarca de Carmo de Minas - MG

Luiz Antonio de Oliveira

ESCRIVÃO

Maria de Fátima Oliveira

ESCRIVÃO SUBSTITUTA

O referido é verdade e dou fé.

Dom Viçosa, 24 de Janeiro de 1998

Oficial do Registro Civil

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
WANDERLEY PAULINO

DATA DE NASCIMENTO
06/06/1976

INSCRIÇÃO
107000002/13

ZONA
075

SEÇÃO
0055

MUNICÍPIO / UF
DOM VICOSO / MG

DATA DE EMISSÃO
11/03/12

Jair José Barros Neto Junior

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

DRMC - 03 M. das Comunicações
Fls: 19
Rubrica: 4

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

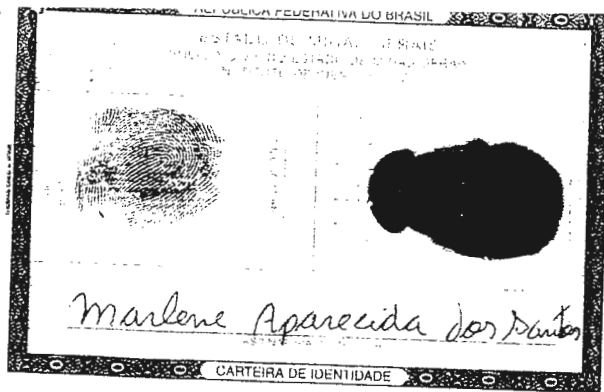
POLEGAR DIREITO

Wanderley Paulino

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

SERVIÇO DE REGISTRO ELEITORAL
24 JAN 2014



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-11.659.797 DATA DE EMISSÃO 26/04/2016

NOME MARLENE APARECIDA DOS SANTOS

FIACAS HELIO VITOR DOS SANTOS IRENE SILVA DOS SANTOS

NATURALIDADE DOM VICOSO-MG DATA DE NASCIMENTO 8/12/1968

CAS. LV-B08 FL-193

DOC. ORDEM DOM VICOSO-MG 040030286-19

CPF

PIE-1997 LETICIA ALESSANDRO RIBEIRO ASSINATURA DO DIRETOR

LEINº 7118 DE 29/08/83

2-VIA



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal

CPF

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de Inscrição 040.030.286-19

Nome MARLENE APARECIDA DOS SANTOS

Nascimento 08/12/1968

DRMC - 03 M. das Comunicações

Fls. 20

Rubrica





SEBASTIÃO ELIAS
FERREIRA

30 anos.
Desaparecido em
Itamarandiba/MG
desde 07/06/2011



MANOEL MESSIAS
DE SOUZA

53 anos.
Desaparecido em
Contagem/MG
desde 01/11/2006

Informações sobre pessoas desaparecidas: Ligue para a Polícia Civil (Div. Referência da Pessoa Desaparecida) Tel: **0800 28 28 197**

PARA USO DOS CORREIOS

- 02-Endereço insuficiente
- 03-Não existe o nº Indicado
- 04-Falecido

- 06-Recusado
- 07-Ausente
- 08-Não procurado
- 09-Outros

Responsável:

Endereço para
devolução:

DEVOLUÇÃO ELETRÔNICA - CEDO
RUA DOLOMITA 120 CC CAMARGOS
30520-120 BELO HORIZONTE, MG

1 Rs: 21

2 Rubrica: 4

3

CEMIG

A Melhor Energia do Brasil

01632702
1002
ABO963037045



Se você for beneficiário dos programas sociais do governo, faça seu cadastramento e garanta seu desconto nas próximas contas.

Para ter direito a esse benefício, que pode chegar a até 65% de desconto, você precisa atualizar seus dados junto à Cemig. Compareça a uma das agências ou postos de atendimento da Cemig, portando o cartão NIS ou BPC, a carteira de identidade e o CPF, ou ligue para 0800 721 7003.



www.cemig.com.br/atendimento

Fale com a Cemig 116

Caso este número não esteja disponível na sua cidade, ligue: 0800 7210 116
Para solicitar serviços tenha em mãos a sua conta de energia

MARLENE APARECIDA DOS SANTOS
RUA BENEDITO VALADARES 445 FD
CENTRO
37474-000 DOM VICOSO, MG

SMI:05-MG-01-10-05042251-005296

NOTA FISCAL / CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA
VENCIMENTO: 22/09/2011



0710023917060911024700223004574491

Em caso de falta de energia, antes de entrar contato com a Cemig, desligue o disjuntor do padrão e acione-o novamente para a posição ligado.

Faça o mesmo no quadro de distribuição interno da sua residência (geralmente fica na cozinha ou na área de serviço).

O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) LANÇOU A CAMPANHA "CRACK, NEM PENSAR", COM O OBJETIVO DE ALERTAR A POPULAÇÃO SOBRE OS PERIGOS DO USO DESSA DROGA. COM O APOIO DO INSTITUTO CRACK NEM PENSAR E DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, FOI LANÇADA UMA CARTILHA COM INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O TEMA. ACESSE O SITE www.cnj.jus.br/campanhas-do-judiciario E VEJA MAIS DETALHES SOBRE ESSA E OUTRAS CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO.

Descrição dos Indicadores de Qualidade de Fornecimento:

DIC: Duração de Interrupção por Unidade Consumidora, expressa em horas;

FIC: Frequência de Interrupção por Unidade Consumidora, expressa em número de interrupções;

DMIC: Duração Máxima de Interrupção Contínua por Unidade Consumidora, expressa em horas.

Consideradas as interrupções acima de 3 minutos.

É direito do consumidor solicitar a apuração dos indicadores DIC, FIC e DMIC a qualquer tempo.

É direito do consumidor receber compensação quando ocorrer violação dos padrões de continuidade individuais.

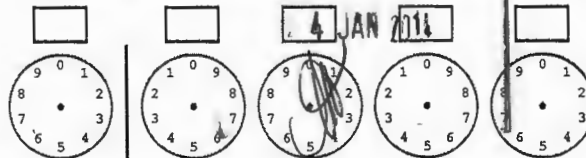
Informações sobre as Condições Gerais de Fornecimento, Tarifa, Produtos, serviços Prestados e impostos se encontram à disposição dos consumidores, para consulta, nas agências de atendimento e no site:

<http://www.cemig.com.br>

O valor desta Nota Fiscal está sujeito a penalidades legais vigentes (multas) e/ou atualização financeira (juros), após o vencimento.

O pagamento desta Nota Fiscal não quita débitos anteriores

Anote a posição dos ponteiros ou copie os números nos quadradinhos, de acordo com o tipo de medidor. Se o medidor for de quatro ponteiros, deixe o primeiro círculo em branco.



1º

Autenticação mecânica

Instalação: 3004574491





REGISTRO GERAL MG-11.766.523 DATA DE EXPEDIÇÃO 22/04/1998

NOME
VALKIRIA IMACULADA DE PAULA

RESIDÊNCIA
PEDRO DE PAULA SOUZA
ANA ELIZA PEREIRA DE PAULA

NATURALIDADE
SÃO LOURENÇO-MG DATA DE NASCIMENTO 27/7/1981

DOC. DE ORIGEM NASC. LU-15 FL-20

DOM. VISOÇO-MG

CPF
11.111.111-11

SELO HORIZONTAL MG MARCO LEGISLATIVO DO BRASIL

PT-1450 LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

CÓDIGO DE CONTROLE
2E8B.AA17.6A43.1882

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 14:35:05 do dia 12/07/2011 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
045.886.936-89

Nome
VALKIRIA IMACULADA DE PAULA ALVES

Nascimento
27/07/1981

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

DRMC - 0
1. Fls: 22
2. Rubrica: 4
Comunicação



Cemig Distribuição S.A. CNPJ 06.981.180/0001-16 / Insc. Estadual 062.322136.0087
Av. Barbacena, 1.200 - 17º andar - Ala A1 - CEP 30190-131 - Belo Horizonte - MG

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela
Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

PEDRO DE PAULA SOUZA
DOM VICOSO VELHO CS
VICOSO VELHO
37474-000 DOM VICOSO, MG
CPF 114.835.476-04

Referente a
NOV/2011
Código de Débito Automático:
000052043288

Nº DO CLIENTE
7002717290

NOTA FISCAL - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - SÉRIE U Nº 000165062 - PTA Nº 16.000114527.70

Classificação	Medição	Datas de Leitura			Datas da Nota Fiscal		Nº DA INSTALAÇÃO
Residencial Monofásico	ABB988035715	ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA	EMIÇÃO	APRESENTAÇÃO	3005204328
		03/10	01/11	01/12	03/11	09/11	

Informações Técnicas				
Tipo de Medição	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante de Multiplicação	Consumo kWh
Energia	4.830	4.843	1	19

Informações Gerais
Tarifa vigente conforme Res Aneel nº 1127, de 05/04/11.
Faturamento pela tarifa social desconto de R\$ 7,81
Conforme Resolução ANEEL nº 396, de 23/02/2010,
encontram-se disponíveis no nosso site
WWW.CEMIG.COM.BR as demonstrações contábeis
relativas ao ano anterior.
Isenção ICMS: Decreto Nº 43.080/02, Anexo I, Item 79A.
CONFORME DISPOSTO NA LEI 12.212/2010, PARA
MANUTENÇÃO DO BENEFÍCIO DA TSEE - TARIFA BAIXA
RENDA - VOCÊ DEVERÁ INFORMAR NO FALÉ COM A CEMIG.
ATRAVÉS DO NÚMERO 0800 721 7003, O NÚMERO DE
INSCRIÇÃO SOCIAL - NIS.
Leitura não prevista no calendário - Faturado por
média.

Valores Faturados			
Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Custo de Disponibilidade			4,12
Encargos / Cobrança			
Cobrança da Conta de Energia de 08 / 2011			4,13
Cobrança da Conta de Energia de 09 / 2011			4,13
Cobrança da Conta de Energia de 10 / 2011			4,13
Tarifas aplicadas (sem impostos)			
Energia até 30 kWh		0,12947000	

DRMC - 03
1º Fl: 23
Roteiro 4
M. das Comunicações

Indicadores de Qualidade de Fornecimento

Sao Lourenço 1
Mês: 09/2011
Apurado Mensal

	Mensal	Trimestral	Anual
DIC	0,00	10,29	20,59
FIC	0,00	7,52	15,04
DMIC	0,00	5,48	30,09

Tensão: Nominal=220/127 V Min.=201/116 V Máx.=231/133 V
Valor Encargo Uso Sist. Distribuição: R\$2,49

Informações de Faturamento

Parcelas	Valor R\$	%	Parcelas	Valor R\$	%
Energia	0,00	0,00	Enc. Setoriais	0,00	0,00
Distribuição	0,00	0,00	Tributos	0,00	0,00
Transmissão	0,00	0,00	Total	0,00	0,00

Histórico do Consumo

Mês/Ano	Consumo kWh	Média kWh/Dia	Dias de Faturamento
NOV/11	19	0,66	29
OUT/11	25	0,78	32
SET/11	20	0,67	30
AGO/11	8	0,25	32
JUL/11	8	0,27	30
JUN/11	25	0,86	29
MAI/11	24	0,75	32
ABR/11	10	0,32	31
MAR/11	24	0,86	28
FEV/11	24	0,83	29
JAN/11	12	0,36	33
DEZ/10	28	0,93	30
NOV/10	25	0,81	31

VENCIMENTO	VALOR A PAGAR
22/11/2011	R\$ 16,51

Reservado ao Fisco
1AFB.4F7D.89BE.3026.E64C.E08D.71F7.1F97

Base de cálculo(R\$)	ICMS Aliquota(%)	Valor(R\$)	PASEP (R\$)	COFINS (R\$)
			0,04	0,20

[Assinatura]
JAN 2012

Volkeria P. de Paula Alves

03 W. das Comunicações
R. 24
R. 24

325



JUSTIÇA
ELETORAL
INSCRIÇÃO
0 1096 6712 0230
1. TURNO - 01/10/2000
DT. NASC. 19/07/76 ZONA: 0075 SECAO: 0035
FRANCISCO ROSINEI PINTO

48

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

PII846

ASSINATURA DO TITULAR

Francisco Rosinei Pinto

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL M-8.378.403 DATA DE EXPEDIÇÃO 03/06/93

NOME
FRANCISCO ROSINEI PINTO

FILIAÇÃO
VICTOR PINTO
MARIA NAZARE PINTO

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO
SAO LOURENCO-MG 19/07/76

DOC. ORIGEM
NASC. LV-14 FL-218V DOM VICOSO-MG

CPF
BELO HORIZONTE, MG

ASSINATURA DO DIRETOR PII-846
LEI N° 7.116 DE 29/08/83

SERAPIC

Assinatura
Francisco Rosinei Pinto

FRANCISCO ROSINEI PINTO

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 06/05/95

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
FRANCISCO ROSINEI PINTO

Nº de Inscrição
032844616-55

Data do Nascimento
19/07/76

Francisco Rosinei Pinto

JAN 2011

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
FRANCISCO ROSINEI PINTO

DATA DE NASCIMENTO 19/07/1976 Nº INSCRIÇÃO 1096671202/30 ZONA 075 SEÇÃO 0035

MUNICÍPIO / UF DOM VICOSO / MG DATA DE EMISSÃO 04/04/95

JUIZ ELEITORAL
Orlando Aragão Neto

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

PP-1450-12

MOESAR DIREITO

Elizângela Maria da Silva
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REGISTRO CIVIL MG-10.701.301 DATA DE EXPEDIÇÃO 18/04/1979

NOME ELIZANGELA MARIA DA SILVA

FILIAÇÃO JOSE NILTON DA SILVA
MARIA VILMA DA SILVA

NATURALIDADE SÃO LOURENÇO-MG DATA DE NASCIMENTO 31/12/1979

DOC ORGEM NASC. LV-15 FL-40

DOM VICOSO-MG

CPE

BEL. MAIORIA ABSOLUTA DE 2/3

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

DRMC - 0

Pa: 26

Rubrica 4

Comunicado

Cartão de identificação

Cartão de identificação e identificação

Deve ser apresentado junto com um documento de identificação.

123-3456

www.cpf.gov.br

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

044.969.326-01

ELIZANGELA MARIA DA SILVA

31/12/1979

14/04/2012

Guia de Recolhimento Municipal

Exercício : 2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM VIÇOSO
IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

Controle 000559 Parcela UNICA Vencimento 09/09/2011

Nome/Raz.Social: JOSE NILTON DA SILVA

Endereço: RUA BENEDITO VALADARES 419

CEP: 37.474-000

Bairro: CENTRO

Cidade: DOM VICOSO

UF: MG

Testada	10,00	Aliquota	0,50
Area do Terreno	160,00	Area Edificada	60,00
Valor Venal Terreno	0,00	Valor Venal Contrucao	1.008,00
Valor Venal Imovel	1.008,00		

Valores dos tributos

IPTU	12,44	Coleta de Lixo	4,58
Tx. Expedinete	2,75	Cons.Calcamento	2,75
Contr. p/Iluminacao Pub.			
Multa	0,45		
Juros	0,59	Desconto	
Valor Total	23,56	Total c/Desconto	23,56

Autenticação mecânica

Via do contribuinte

Guia de Recolhimento MunicipalExercício :
2011**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM VIÇOSO**

IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

Controle 000559 Parcela UNICA Vencimento 09/09/2011

Nome/Raz.Social: JOSE NILTON DA SILVA

Endereço: RUA BENEDITO VALADARES 419

CEP: 37.474-000

Bairro: CENTRO

Cidade: DOM VICOSO

UF: MG

Testada	10,00	Aliquota	0,50
Area do Terreno	160,00	Area Edificada	60,00
Valor Venal Terreno	0,00	Valor Venal Contrucao	1.008,00
Valor Venal Imovel	1.008,00		

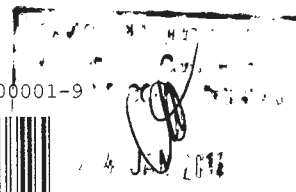
Valores dos tributos

IPTU	12,44	Coleta de Lixo	4,58
Tx. Expedinete	2,75	Cons.Calcamento	2,75
Contr. p/Iluminacao Pub.			
Multa	0,45		
Juros	0,59	Desconto	
Valor Total	23,56	Total c/Desconto	23,56

Autenticação mecânica

Via da Prefeitura

81720000000-5 23561401201-3 10909100055-3 90000000001-9



Elizângela Maria da Silva

DECLARAÇÃO ASSINADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE

Eu, Wanderley Paulino, na qualidade de representante legal da Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso, declaro para os devidos fins que:

- o endereço completo da sede da entidade é na Rua Dom Ferrão, 483, centro de Dom Viçoso/ MG cujas coordenadas geográficas, na padronização GPS- WGS 84, são: 22°S 15'10,84" latitude e 45° W 9'37,54" de longitude;
- todos os dirigentes da entidade residem na área de execução do serviço.
- a entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados;
- o nome fantasia da entidade ou da emissora, se este for utilizado, será Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso;
- o endereço proposto para instalação do sistema irradiante é Rua Dom Ferrão, 483, centro de Dom Viçoso/ MG cujas coordenadas geográficas, na padronização GPS- WGS 84, são: : 22°S 15'10,84" latitude e 45° W 9'37,54" de longitude;
- a entidade apresentará Projeto Técnico de acordo com as disposições da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, e com os dados indicados em seu requerimento, caso lhe seja solicitado;
- a entidade requerente e seus dirigentes não possuem qualquer vínculo de subordinação ou outro que sujeite a entidade à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou a orientação de qualquer outra entidade, seja de ordem financeira, religiosa, familiar, político-partidária ou comercial, em respeito ao disposto no art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 fevereiro de 1998; e
- a entidade requerente, se contemplada com uma outorga, não veiculará publicidade comercial, podendo veicular apenas apoio cultural nos termos da regulamentação.

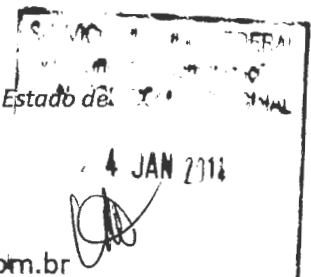
Dom Viçoso, 07 de dezembro de 2011.

Wanderley Paulino.
assinatura do representante da entidade

Endereço para correspondência : Rua Dom Ferrão, 483, centro, na cidade de Dom Viçoso, Estado de Minas Gerais, CEP 37474-000,

Telefone para contato: (035) 9916-5406

Correio eletrônico (e-mail): comunitariacolinasm@yahoo.com.br



01/12/2011 BANCO DO BRASIL - 14:51:02
098918758 0310

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

Convenio GRU-GUIA RECOLHIM. UNIAO
Codigo de Barras 89940000000-8 20000001010-6
95523151882-4 20491820416-5
Data do pagamento 01/12/2011
Competencia MM/AAAA 11/2011
Data de Vencimento 23/12/2011
CNPJ 09307904/0001-39
Valor Principal 20,00
Valor em Dinheiro 20,00
Valor em Cheque 0,00
Valor Total 20,00

NR.AUTENTICACAO A:51D.A5F.2E4.05A.DC7

01/12/2011 BANCO DO BRASIL
098918758 0310


COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

Convenio GRU-GUIA RECOLHIM. UNIAO
Codigo de Barras 89940000000-8 20000001010-6
95523151882-4 20491820416-5
Data do pagamento 01/12/2011
Competencia MM/AAAA 11/2011
Data de Vencimento 23/12/2011
CNPJ 09307904/0001-39
Valor Principal 20,00
Valor em Dinheiro 20,00
Valor em Cheque 0,00
Valor Total 20,00

NR.AUTENTICACAO A:51D.A5F.2E4.05A.DC7

Gerado a partir do sítio da Secretaria do Tesouro Nacional

SR. CONTRIBUINTE: ESTA GUIA NÃO PODERÁ SER LIQUIDADADA COM CHEQUE

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Guia de Recolhimento da União - GRU	Código de Recolhimento	18822-0
	Número de Referência	
	Competência	11/2011
	Vencimento	23/12/2011
Nome do Contribuinte / Recolhedor ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DO POVO DE DOM VIÇOSO	CNPJ ou CPF do Contribuinte	09.307.904/0001-39
Nome da Unidade Favorecida COORDENACAO GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS	UG / Gestão	410003 / 00001
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos. SR. CAIXA: NÃO RECEBER EM CHEQUE	(=) Valor do Principal	20,00
	() Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
	(+) Juros / Encargos	
	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	20,00
GRU SIMPLES Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STN6F5136A58169CE2E7FC69AAFB55F20C]		

89940000000-8 20000001010-6 95523151882-4 20491820416-5



MANIFESTAÇÃO DE APOIO INDIVIDUAL

Eu, _____ (nome
da pessoa que está manifestando apoio), portador da carteira de
identidade nº _____, residente na
_____, na cidade de
_____, Estado de
_____, pessoa física, venho, nos termos de que trata
o subitem 8.1 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MCT nº 462 de
14 de Outubro de 2011, demonstrar o meu total apoio à iniciativa da
_____ (denominação da entidade requerente), que tem por interesse
executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do
Serviço.

_____, _____ de _____ de _____.
(local e data)

assinatura da pessoa que manifesta o seu apoio

16 JAN 2012
[Assinatura]

Nós baixo assinado, pessoa física, vimos, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462 de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o meu total apoio à iniciativa da Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Nome	Identidade	Endereço	CEP	Assinatura
Roberto Maria Gomes	M.4.316.248	Rua Valdemar de Oliveira	37.474.000	[Assinatura]
Daniela de Souza	MG.1827292	Rua: Dom Lorenzo nº 478	348.196.478	[Assinatura]
Maria Lúcia de Lima	M.1.226.973	Praca Dr AUGUSTO ALKIMIN, 12	11	[Assinatura]
Guarua G. J. Rosa	M.8.561.741	R. Valdemar de Oliveira	37474.000	[Assinatura]
Polizângela Maria da Silva	MG.10.701.351	R. Benedito Valadares 419	37474.000	[Assinatura]
José Pitar de Lima	9627768	BAIRRO DA BOCAIM	37474.000	[Assinatura]
Genesile Aparecida da Silva	MG.17.605.314	R. Benedito Valadares	37474.000	[Assinatura]
Silvana Aparecida da Silva		R. Benedito Valadares	37474.000	[Assinatura]
Marlene Aparecida dos Santos	MG.11.651.792	R. Benedito Valadares	11	[Assinatura]
Simone Menezes de Souza	M.8.165.595	R. José Bruno e Aguiar	37474.000	[Assinatura]
Claudineia de Rorônio Ribeiro	MG.11.500.759	Bairro Viciosa Velha	37474.000	[Assinatura]
Jose Wagner Ribeiro	MG.206035	R. ALTAMIRO COLLI	374-74000	[Assinatura]
Emília de Camargo	MG.10.933.593	R. Joaquim Gomes de Oliveira	37474.000	[Assinatura]
Mair, Luana de Freitas	MG.239.280	R. Benedito Valadares 413	11	[Assinatura]
Roberto de Souza	M.632.617	Rua Cou João D. 1113 565	571.202.006/12	[Assinatura]

Afirmo ainda que a minha residência se situa na área pretendida para a execução do Serviço.

Manifestação de Apoio em prol da Rádio Comunitária Colinas FM – da Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso.

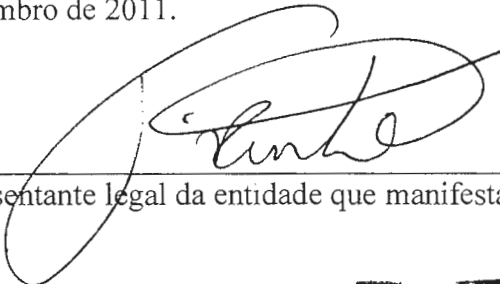
Nós abaixo assinados declaramos apoio à Radio Comunitária Colinas FM, inscrita no CNPJ nº 09.307.904/0001-39, da Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso.

Nome	Identidade	Endereço	CEP	Assinatura
Américo José Maia	G.750.995	R. Negro J. B. Maia	37.474.000	Américo J. Maia
Roseli Ap. Ribeiro	MG-11.160.200	Altamiro Lelli	37.474.000	Roseli Ribeiro
Yorga dos Santos Junior	MG-3646400	R. Ilam Ferraz	37474.000	Yorga
João Silveiro	MG-19.326.775	Joaquim Romes de O.	37474.000	João Silveiro
João Silveiro	MG-4232553	Joaquim Romes de O.	37474.000	João Silveiro
João Sebastião da Silva	MG-6.308.383	Joaquim Romes de Oliveira	37474.000	João Silveiro
Roberta Ap. Silveiro	MG-18.143.766	Joaquim Romes de Oliveira	37474.000	Roberta Silveiro
Maria Ap. dos Santos Ribeiro	MG-13.797.098	Joaquim Romes de Oliveira	37474.000	Maria Ap. dos Santos Ribeiro
Sebastião F. Pinto Junior	MG-12.549.058	Lônego José Silveiro	37474.000	Sebastião F. Pinto Junior
Adriana M. G. da Silva	MG-11.573.330	Quadam Ferraz 532	37474.000	Adriana
Patrícia da Silva	MG-13.588.837	Valdemar de Oliveira 94	37474.000	Patrícia
Alkurna S. de Almeida	MG-11.766.523	Bairro Viçoso Velho	37474.000	Alkurna
Edson de Paula	MG-15.099.141	Bairro Viçoso Velho	37474.000	Edson
Sebastião Milton Dias	MG-12.679.6	Dom Viçoso	37474.000	Sebastião
João M. da Silva	M. 2.776.517	Rua João Ferraz	37474.000	João
Galvão Gomes	14.184.788	Rua Bela Vista 456	37474.000	Galvão

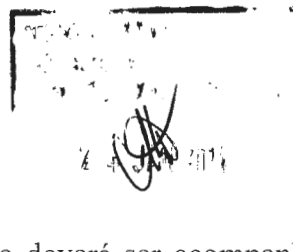
MANIFESTAÇÃO DE APOIO DE ENTIDADES ASSOCIATIVAS E
COMUNITÁRIAS
LEGALMENTE CONSTITUÍDAS HÁ MAIS DE 2 (DOIS) ANOS

*A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE DE DOM VIÇOSO, inscrita no CNPJ sob o nº-07.793.799/0001-60 , com sede à Praça Dr. Augusto de Alkimim, centro, na cidade de Dom Viçoso, Estado de Minas Gerais, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente registrada no órgão competente, há mais de 02 (dois) anos vem, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o seu total apoio à iniciativa da **Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso**, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. Afirmo, ainda, que a sede desta entidade se situa na área pretendida para a execução do Serviço.*

Dom Viçoso, 06 de dezembro de 2011.


assinatura do representante legal da entidade que manifesta o seu apoio

Nome do representante legal: Francisco Rosinei Pinto
CPF:032.844.616.55



ATENÇÃO: Para ser considerada válida, esta declaração, deverá ser acompanhada de cópia autenticada do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição ou do Termo de Posse do Declarante.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

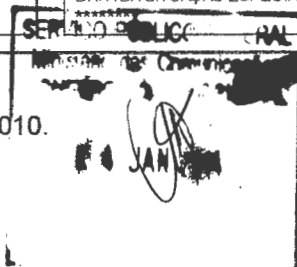
Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 07.793.799/0001-60 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 11/07/2005
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE DOM VICOSO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) APAE			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-5-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO PC DR. AUGUSTO DE ALKIMIM	NÚMERO 10	COMPLEMENTO	
CEP 37.474-000	BARRIO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO DOM VICOSO	UF MG
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 11/07/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010.

Emitido no dia **07/12/2011** às **14:25:30** (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)



Registro Civil

MASSA

RECEB

Saldo de Fiscalização

Autenticação

BLH 46011

exibido. Dou Fé

Dom Viçosa 16 / 12 / 2011

Fernanda Marcia Alves de Alkmim
FERNANDA MARCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA

1 Pa: 35

1 Rubrica

12

30 de junho

Adriane Cristina de Paula Silva, Luciana Maria Branco, Jaques Junqueira
di Souza, Ariane Costa Souza Calhe, Jean J.G. Camargo, Helina R. Melo,
João Carlos de Fátima, Cláudia Aparecida Moraes, Ana Lúcia
Abranches de Mello, Elene Marly Gomes Gomes / Maria Vini /
Regiane Raquel da Silva, Edson José Nogueira Feres, Lúcia da Silva,
Maria Nereza Soares da Silva, Moisés Fernandes Silva

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
CERTIDÃO

Certifico e dou fé que registrei o presente

Documento, no Livro próprio nº 9A

fls. 82, sob o nº 694

Carmo de Minas, 26 de 12 de 2011

Luiz Sérgio Nogueira Junqueira



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
CARMO DE MINAS - MG
Maria Aparecida Carneiro Nogueira - Oficial
Luiz Sérgio Nogueira Junqueira - Substituto
COMARCA DE CARMO DE MINAS - MG

Ata da 1ª Assembleia Geral Ordinária
As dez e duas de mês de novembro de dois mil e dez, às
dez e nove horas e trinta minutos, foi instalada a 1ª Assembleia
Geral Ordinária, no Círculo Recreativo Dr. João de Lima, a Rua
Moldemar de Oliveira, s/nº, para tratar da eleição da nova
diretoria da APAE de Dom Viçosa, para o mandato de dois mil e
um e onze de dois mil e treze. Na. Cláudia Rosa Ferreira, Presi-
dente da APAE, iniciou solicitando um voluntário para presidir a
Assembleia e outro para secretária. Não houve
voluntários, a mesma indicou Helene dos Santos para Presidente
e Cláudia Aparecida Braga para Secretária. A seguir, como manda
o Estatuto Social da APAE no seu Capítulo II, Art. 28, arti-
cula 1, a Srta. Presidente, passou a fazer sua prestação de contas,
encimando a parte Relatores de Atividades, principalmente realizadas pelo
Comitê Fiscal e a parte de Administração. Concluída a
prestação de contas, apresentou a Chapa que concernia ao período
de 2011 a 2013, sendo esta unanimemente aceita por unanimidade
pelo regime de aclamação. Ficou a Chapa composta da seguin-
te forma: Diretoria Executiva: Presidente: Francisco Rosnei Pinto,
CPF 032.844.616-55, RG. M-8.378.403 SSP-MG, residente na Rua
Altamir de Azevedo, 193, Dom Viçosa, Vice-Presidente: Maria Martins Campos,
CPF 058.208.216-67, RG. MG-13.891.279 SSP-MG, residente na Rua

U no Ponte de Pedra (fria Rural), Dom Lúcio, 1º Diretor Secretária;
P Elizabeth Rosa Lima, CPF 064.446.608-00, RG 3.206.230 SSP-RS,
residente em Rua Bela Vista, 372, Dom Lúcio, 2º Diretor Secretária;
v Genivalde Ramos de Mello, CPF 694.285.490-49, RG MG-10.331.226,
residente no Bairro da Perincha (fria Rural), Dom Lúcio, 1º Diretor
e Simeone Calquilha Imoculada de Paula CPF 045.886.936-83, RG
L MG-11.466.523 SSP-MG, residente no Bairro Lúcio Leite (fria Rural),
ic Dom Lúcio, 2º Diretor Simeone Flávia de Castro Mera, CPF 496.360.
816-20, RG M-2.448.614 SSP-MG, residente em Rua Dom Figueira s/nº,
ber Dom Lúcio, Diretor de Patrimônio Waver Gomes, CPF 019.613.258-45,
S RG MG-13.418.431, residente em Rua Gêise Vargas, 54, Dom Lúcio, Di-
rutor Social Maria Aparecida Mello, CPF 048.319.346-44, RG M-8.141.
M 856 SSP-MG, residente no Bairro Perincha (fria Rural), Dom Lúcio.
Conselho Fiscal prestação mairis marques, CPF 622.450.586-15, RG-
J M-4.316.249 SSP-MG, residente em Rua Woldemar de Oliveira, Dom
Lúcio; Waver Gomes mairis, CPF 122.349.066-53, RG M-2184.421 SSP-
MG, residente em Rua Antônio José de Aguiar, 459, Dom Lúcio; Plávia Ma-
ria Campos, CPF 540.615.216-00, RG M-3.455.631 SSP-MG, residente Bairro
da Perincha (fria Rural), Dom Lúcio. Suplentes de Conselho Fiscal: Cláudia
Aparecida Mera, CPF 040.884.436-16, RG MG-10.564.466 SSP-MG, res-
V idente Bairro Lúcio Leite (fria Rural), Dom Lúcio; Amora da Silva,
CPF 031.218.496-46, RG M-8.441.463 SSP-MG, residente em Rua
Woldemar de Oliveira, 125, Dom Lúcio; Luciana Pereira Leite, CPF
24.324.068-30, RG 323.249.223 SSP-MG, residente em Rua Dom Figueira
s/nº, Dom Lúcio. Conselho de Administração: José Ramos de Mello, CPF
133.423.406-82, RG M-1.604.882, residente Bairro Perincha (fria Rural)
Dom Lúcio; Sílvia Ramos de Mello, CPF 049.148.816-92, RG MG-12.118.
510 SSP-MG, residente no Bairro da Perincha (fria Rural), Dom Lúcio;
José Basso Cândido, CPF 694.230.436-42, RG MG-14.420.001 SSP-MG,
A residente em Rua Bela Vista, s/nº, Dom Lúcio; Maria Luciana Cândido,
na CPF 058.011.626-31, RG MG-14.392.430 SSP-MG, residente em Rua Bela
Vista, s/nº, Dom Lúcio; José Reis, CPF 346.836.086-53, RG M-3.
038.546 SSP-MG, residente em Rua Gêise Vargas, 19, Dom Lúcio;
Benedita da Látima da Silva, CPF 059.143.426-40, RG MG-13.892.648

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E
TABELIONATO DE NOTAS
Dom Viçoso - MG

de 30/12/2007
Emolumentos: R\$ 3,22
Taxa Fiscalização: R\$ 1,00
Total: R\$ 4,23

de Registro Civil e Tabelionato
de Notas
NDA MARIA APARECIDA DE ALKMIN
SIS BLN 46012
Dom
Carmo de Minas
CEP: 37.474-000

Compare com o original que me foi
exibido. Dou Fé
Dom Viçoso 16 / 12 / 2014
Fernanda Marcia Alves de Alkmin
FERNANDA MARCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA

13
Fs: 36
Publ: 4
es: 03/11/2014

Patricia Wuniz CPF 047.608.288-21, RG 14.554.182 SSP.MG,
residente no Bairro da Becaria (fria Rural), Wom Lixos, Maria
do Carmo Beira, CPF 049.882.296-61, RG M-8369.140 SSP.MG,
residente no Bairro Lixo Lixo (fria Rural), Maria Ribeiro, CPF
047.205.936-91, RG M-6.426.801 SSP.MG, residente Bairro
Lixos (fria Rural), Wom Lixos. nada mais havendo para ser tra-
tado, saiu - se por encerrada a Petição Sumária Geral Ordinária,
por mim Chelene Aparecida Braga assinada, Petição desta
Sumária e seguinte parte Presidente da Sumária de Lixos de
Santos Chelene Aparecida Braga

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
CARMO DE MINAS - MG
Maria Aparecida Carneiro Nogueira-Oficial
Luiz Sérgio Nogueira Junqueira-Substituto
COMARCA DE CARMO DE MINAS - MG

Selo de Fiscalização
ISENTO
ACQ 73077

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
CERTIDÃO
Certifico e dou fé que registrei o presente
Documento no Livro próprio nº 9-1
fs. 129/131 sob o nº 706
Carmo de Minas, 05/12/2014
Supl. Leg. C. Tempore

Carmo de Lixo

Ao dia quinze de janeiro de dois mil e onze, na sede da
APAE de Wom Lixos, situada na Traca Nr Augusto de Alkmin,
nº 10, Centro, Wom Lixos - MG, tomaram parte os membros da
Comissão eleita em dez de novembro de dois mil e onze, para
mandate de Três anos iniciando-se em primeiro de janeiro de
dois mil e onze e que findará em trinta e um de dezembro de
dois mil e treze. Eu, Francisco Resine Pinto, na condição de
Presidente, saio a assinar o presente Carmo de Lixo, assim
como os demais membros da Comissão Executiva, Anelise Fiscal
e Conselheira de Administração cíveis e era empessados.

Comissão Executiva

Presidente: Francisco Resine Pinto
Vice Presidente: Maria Martins Campos
1º Secretário: Elizete Rosa Ferreira
2º Secretário: Genécioa Ramos da Mota
Germelo

1º Diretor Financeiro: Catharina Imaculada de Paula *Paulina S. de Paula*
 2º Diretor Financeiro: Elaine de Castro Moura *Elaine Moura*
 Diretor de Patrimônio: Daisy Gomes *Daisy*
 Diretor Social: Maria Aparecida Melo *Maria Aparecida de Melo*
 Conselho Fiscal:
 Sebastião Marcos Marques *Sebastião Marcos Marques*
 Daisy Gomes Moura *Daisy Gomes Moura*
 Pedro Moura Campos *Pedro de Moura Campos*
 Suplentes:
 Luciana Pereira Sever *Luciana Sever*
 Simone da Silva *Simone da Silva*
 Cláudia Aparecida Moura *Cláudia Aparecida Moura*
 Conselho de Administração:
 João Gomes de Melo *João Gomes de Melo*
 Alzira Gomes de Melo *Alzira Gomes de Melo*
 José Bessa Cândido *José Bessa Cândido*
 Maria Lígia Cândido *Maria Lígia Cândido*
 José Roberto *José Roberto*
 José Adilson da Silva *José Adilson da Silva*
 Benedita de Fatima da Silva *Benedita de Fatima da Silva*
 Cláudia Patrícia Miniz *Cláudia P. Miniz*
 Maria de Carmo Pereira *Maria de Carmo Pereira*
 Marcos Roberto Soares *Marcos Roberto Soares*



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS	
CERTIDÃO	
Certifico e dou fé que registrei o presente Documento, no Livro próprio nº <u>9-3</u>	
fls. <u>133</u>	sob o nº <u>708</u>
Carmo de Minas, <u>14</u> de <u>01</u> de <u>1961</u>	

Ofício de Registro Civil e Tabelionato
 FERNANDA MÁRCIA ALVES DE ALKMIN
 REGISTRADORA
 Dom Viçoso - MG
 Comarca de Carmo de Minas
 CEP. 37.474-000

MANIFESTAÇÃO DE APOIO DE ENTIDADES ASSOCIATIVAS E
COMUNITÁRIAS
LEGALMENTE CONSTITUÍDAS HÁ MAIS DE 2 (DOIS) ANOS

A Associação dos Moradores do Bairro Viçoso Velho - AMOVE, inscrita no CNPJ sob o nº 10.505.308/0001-42, com sede no bairro Viçoso Velho s/n, zona rural, na cidade de Dom Viçoso, Estado de Minas Gerais, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente registrada no órgão competente há mais de 02 (dois) anos, vem, nos termos de que trata o subitem 8.1 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, demonstrar o seu total apoio à iniciativa da **Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso**, que tem por interesse executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. Afirmando, ainda, que a sede desta entidade se situa na área pretendida para a execução do Serviço.

Dom Viçoso, 06 de dezembro de 2011.

Joaquim Mendes Moreira

assinatura do representante legal da entidade que manifesta o seu apoio

Nome do representante legal: Joaquim Mendes Moreira

CPF: 468.801.606-97

ATENÇÃO: Para ser considerada válida, esta declaração deverá ser acompanhada de cópia autenticada do comprovante de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da ata de eleição ou do Termo de Posse do Declarante.



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

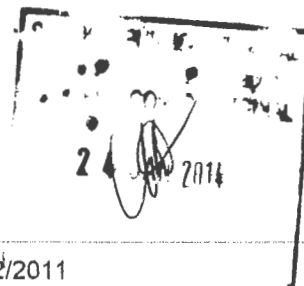
confirma os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 10.505.308/0001-42 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 01/10/2008
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DOS MORADORES DO BAIRRO VICOSO VELHO		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) AMORVIVE		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA		
LOGRADOURO EST ESTRADA DOM VICOSO A VICOSO VELHO	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO BRCAO: PERTO DA IGREJA;
CEP 37.474-000	BAIRRO/DISTRITO VICOSO VELHO	MUNICÍPIO DOM VICOSO
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/10/2008
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Regulado pela Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010.

emitido no dia 06/12/2011 às 16:52:00 (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)

ATA DE CONSTITUIÇÃO

No dia dezesseis de abril de 2008, reuniram-se na Escola Municipal João Pereira de Castro, no Bairro Viçoso Velho, município de Dom Viçoso, os moradores do bairro com a finalidade de constituir uma associação. Na ocasião apresentado pelo técnico da EMATER MG, Luciano Neves, uma fita de vídeo sobre a importância da criação de uma associação visando o bem-estar da população do bairro nos aspectos sociais, econômicos e ambientais tanto junto aos poderes públicos bem como através da mobilização da comunidade. Várias manifestações foram dadas pelos presentes sobre a importância do Bairro Viçoso Velho ter a sua associação. E foi através dessa motivação que foram apresentados pelos presentes nomes para comporem a primeira diretoria, que, colocados à apreciação dos presentes foram aprovados por aclamação, ficando a Diretoria, bem como o Conselho Fiscal da Associação dos Moradores do Bairro Viçoso Velho assim constituído: Joaquim Mendes Moreira, Presidente; Pedro de Paula Souza, Vice-Presidente; José Divino Cordeiro da Silva, Tesoureiro; Érica Aparecida M. Pereira, Vice-Tesoureiro; Luiz Antônio da Silva, 1º Secretário e Lúcia Vanda Abanca Moreira 2ª secretária. O Conselho Fiscal constituído por: Marcio Luiz Cordeiro; Paulo Sérgio de Freitas; Joaquim Marcos Pinto; Francisca Audiéria Abanca e Evaldo de Paulo e seus respectivos suplentes: Ivanilson de Paula, Joaquim Balbino Ribeiro, Romeu Aparecido de Oliveira, Odair José Aparecido Lemes e Joaquim Euzébio Abanca. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente ata que após lida e aprovada por todos vai por mim assinada e pelos demais presentes, Luciano Neves, Terezinha Pereira da Silva, Luiz Antonio da Silva, Joaquim Mendes Moreira, Pedro de Paula Souza, Josué Aparecido Cordeiro, Cleofas Ribeiro Pires, José Leandro da Silva, Sebastião Celso de Paula, Lucelino Aparecido Abanca, Joaquim de Assis Soares, Lúcia Abanca Moreira, Érica Aparecida Marcelino Moreira, José Donizete Balbino, Sebastião Balbino, Josimar Aparecido Soares da Cunha, José Divino Cordeiro da Silva, Ivonisas de Paulo, Geraldo Silvério Filho, Joaquim Joaquim Balbino Ribeiro, Evaldo Francisco de Paula, Antonio Paula Oliveira, Joaquim Euzébio Abanca, Paulo Sergio de Freitas, Benedita Ribeiro da Silva, José Donizeth de Souza, Francisco Rosinei Pinto, Rodrigo Aparecido Moreira, Sebastião Aparecido Torres, Fernando Abanca, Odair José Aparecido, Fernando Benedito Torres, Romeu Aparecido de Oliveira, Flavio Augusto Abanca, Izidoro Mendes Moreira Filho, Marcelene Balbino Ribeiro, Ana Maria Balbino, Geovane Balbino Ribeiro, Ana Antonia Nogueira Ribeiro, Kária Augusta de Moraes Balbino, Wellington Aparecido Cordeiro, Joaquim Bertoldo Neto, Ângela Karine Abanca, Amanda Priscila, Elenilson Francisco Soares, Wanderson Alves de Moraes, Felipe Aparecido Bertoldo, Gilmar Aparecido Soares da Cunha, Tadeu Augusto de Moraes, Sebastião de Assis Soares da Cunha, José Pereira da Silva, Fabio Augusto de Moraes, Luciano Aparecido Augusto de Moraes, Telma Aparecida da Silva, Edna Maria R. Campos, José Roberto Moreira Terezinha Cândida Abanca, Jozi Mara Marcelino Soares, Sidnéa Ab. Marcelino, Meire Vanise Luz Marcio Luiz Cordeiro, Valdir Marques Pereira, Aparecida Isabel Torres, Otilia de Fátima Balbina, Maria das Dores Lopes Pereira de Moraes, Jaqueline M. P. de Paula, Maria Norai Pereira, Maria Aparecida Soares, Rafaela Fernandes Torres, Luana Maria Abanca, José Reginaldo de Paula, João Batista Cordeiro, Ana Paula Marques, Ana Eliza Pereira, Vera Lucia de M. Abanca, Jorge Gouveia Mira, Ana Terezinha de O. Paula, Lucia Geralda Balbino, Antonio Marcos Moreira, Maria Aparecida Coli Moreira, Joaquim Aparecido da Silva, Lucimara Aparecida Abanca Ribeiro, Geraldo João da Silva, Edson José Ribeiro, Altair Henrique da Silva, Romivaldo João da Silva, Ivanilson Rodrigo Ribeiro, Ana Antonia dos Santos, Viviane Aparecida Cordeiro Santos, Ana Izildinha dos Stos Diniz, Cristiane de Fátima Diniz. Após a aprovação da Ata de Constituição da Associação foi colocada em votação o Estatuto da Associação dos Moradores do Bairro Viçoso Velho.

Certifico que em data de 18/10/08, foi registrado neste Cartório sob o nº 101 fls. 84 do L/A-01 de Registros Especiais, o Estatuto da Associação dos Moradores do Bairro Viçoso Velho em Dom Viçoso, juntamente com a Ata acima.

Carmo de Minas, 18 de outubro de 2008.

BELA DINA COLI RIBEIRO - Escrivã de Paz e Oficial do Registro de Imóveis Pessoas Jurídicas
DALVA COLI RIBEIRO DIAS - Escrevente Substituta
ALBA MARIA COLI RIBEIRO - Escrevente Substituta
CARMO DE MINAS - MG

Yacine Pereira
Oficial
OAB/MG 7591

Paz e
Ordem
Bela Dina Coli Ribeiro
Dalva Coli Ribeiro Dias
Alba Maria Coli Ribeiro
Carmo de Minas - MG

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E
TABELIONATO DE NOTAS

Dom Viçoso - MG

Comarca de Carmo de Minas

Confere com o original que me foi
exibido. Dou Fé

Dom Viçoso 16 / 12 / 2011

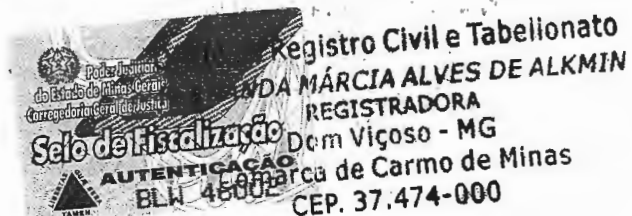
Fernanda Márcia Alves de Alkmin
FERNANDA MÁRCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA

Tabela nº 1 - Lei 15.424
de 30/12/2004

Emolumentos: R\$ 3,22

Taxa Fiscalização: R\$ 1,01

Total: R\$ 4,23





PREGÃO Nº 5/2011 - UASG 257049

Nº Processo: 2506100004201165. Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para realizar serviços funerários para atender as demandas da Casa de Guajará-Mirim/RO, incluindo as aldeias dos Municípios de Costa Marques/RO e São Miguel do Guaporé/RO. Total de Itens Licitados: 00009. Edital: 26/10/2011 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h30. Endereço: Rua Festejos 167 - Porto Velho/ro Costa e Silva - PORTO VELHO - RO. Entrega das Propostas: 16/11/2011 às 08h30. Endereço: Av. Princesa Isabel, 3462 10 de Abril - GUAJARA-MIRIM - RO

ANTONIO JOSE DE RIBAMAR MONTEIRO
Projeiro

(SIDEI - 25/10/2011) 257049-00001-2011NE000008

**SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
INSTITUTO EVANDRO CHAGAS**

**RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 44/2011**

Tomo público o RESULTADO DE JULGAMENTO do Pregão Eletrônico 44/2011, cujas vencedoras foram: 1.COMERCIAL AVANTITEM 8/2.COMERCIAL GLOBAL(ITEM 043.ESTRELA DALVA(ITEMS 3.7 e 104.LIMBEL(ITEMS 01,02,11,12 A 15).S.M.C DE L. MACHADO(ITEMS 5.6 e 9).Com valor global da ATA R\$ 12.796,00.

DANIEL PORTAL CANATANHEIDE
Projeiro

(SIDEI - 25/10/2011)

CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 28/2011 - UASG 257005**

Nº Processo: 25208000268201115. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de materiais de atendimento clínico - cirúrgico. Total de Itens Licitados: 00034. Edital: 26/10/2011 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 16h00. Endereço: Rodovia Br 316, Km 7 S/n - Centro ANANINDEUA - PA. Entrega das Propostas: a partir de 26/10/2011 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 09/11/2011 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

PAULO RODRIGUES FERREIRA
Projeiro

(SIDEI - 25/10/2011) 257005-00001-2011NE900061

Ministério das Cidades

**COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS
SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS
DE RECIFE**

EXTRATOS DE CONTRATOS

ESPÉCIE: Contrato nº 022/2011; CONTRATANTE: CBTU/STU-REC; CONTRATADA: Bússola Comércio e Serviços Ltda.; RESUMO DO OBJETO: Reparo em equipamentos sobressalentes de locomotivas RS/8 para equipamentos mecânicos - Lote I; PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Eletrônico 043/2011; VALOR DO CONTRATO: R\$ 312.400,00 (trezentos e doze mil e quatrocentos reais); PRAZO DE VIGÊNCIA: 150 (cento e cinquenta) dias, contados a partir da emissão da OIS; DATA DA ASSINATURA: 24/10/2011; NOME E CARGO DOS SIGNATÁRIOS: Pela contratante: Dr. Ricardo Esberard de Albuquerque Beltrão - Superintendente e Dr. José Renato Freire de Lira - Gerente Regional I de Administração e Finanças; Pela contratada: Sr. Adlan Alexandre Apolinário Silva - Representante legal.

ESPÉCIE: Contrato nº 020/2011; CONTRATANTE: CBTU/STU-REC; CONTRATADA: MWL Brasil Rodas & Eixos Ltda.; RESUMO DO OBJETO: Aquisição de roda ferroviária - Para manutenção em geral; PROCESSO LICITATÓRIO: Inexigibilidade 008/2011; VALOR DO CONTRATO: R\$ 742.159,00 (setecentos e quarenta e dois mil, cento e cinquenta e nove reais); PRAZO DE VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias, contados a partir da emissão da AFM; DATA DA ASSINATURA: 24/10/2011; NOME E CARGO DOS SIGNATÁRIOS: Pela contratante: Dr. Ricardo Esberard de Albuquerque Beltrão - Superintendente e Dr. José Renato Freire de Lira - Gerente Regional I de Administração e Finanças; Pela contratada: Sr. Bernhard Kuchanock e pelo Sr. Antônio José de Araújo Porto - Representante legal.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032011102600132

ESPÉCIE: Contrato nº 023/2011; CONTRATANTE: CBTU/STU-REC; CONTRATADA: Suporte Automação Ltda.; RESUMO DO OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção elétrica da Níveladora Plasser 01; PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Eletrônico 063/2011; VALOR DO CONTRATO: R\$ 295.330,00 (duzentos e noventa e cinco, trezentos e trinta reais); PRAZO DE VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias, contados a partir da emissão da OIS; DATA DA ASSINATURA: 24/10/2011; NOME E CARGO DOS SIGNATÁRIOS: Pela contratante: Dr. Ricardo Esberard de Albuquerque Beltrão - Superintendente e Dr. José Renato Freire de Lira - Gerente Regional I de Administração e Finanças; Pela contratada: Sr. José Aparecido de Sobral - Representante legal.

ESPÉCIE: Contrato nº 021/2011; CONTRATANTE: CBTU/STU-REC; CONTRATADA: MJL Comércio e Representação de Equipamentos Ferroviários; RESUMO DO OBJETO: Aquisição de bobina para disjuntor UR26; PROCESSO LICITATÓRIO: Inexigibilidade 003/2011; VALOR DO CONTRATO: R\$ 21.100,00 (vinte e um mil e cem reais); PRAZO DE VIGÊNCIA: 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da emissão da AFM; DATA DA ASSINATURA: 24/10/2011; NOME E CARGO DOS SIGNATÁRIOS: Pela contratante: Dr. Ricardo Esberard de Albuquerque Beltrão - Superintendente e Dr. José Renato Freire de Lira - Gerente Regional I de Administração e Finanças; Pela contratada: Sr. Albert Blum - Representante legal.

**EMPRESA DE TRENS URBANOS
DE PORTO ALEGRE S/A**

AVISOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TREN-SURB, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público a inexigibilidade de licitação para a Contratação de Curso Cálculos Trabalhistas, concedido à empresa EP Treinamentos, no valor de R\$ 1.196,00 (Mil cento e noventa e seis reais), com base no Artigo 25, inciso II, combinado com o art 13, inciso VI, ambos da lei 8.666/93. Processo nº 2724/2011.

Porto Alegre, 25 de outubro de 2011
ANALU MACIEL COELHO
Projeiro

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TREN-SURB, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público a inexigibilidade de licitação para atualização de software tarifador telefônico STI Windows Atenas, no valor de R\$ 6.675,00, com base no Artigo 25, inciso I da lei 8.666/93. Processo nº 2262/2011.

Porto Alegre, 25 de outubro de 2011
GABRIEL GROSS D'AMICO
Projeiro

**AVISOS DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 226/2011**

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TREN-SURB, Sociedade de Economia Mista, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público que receberá as propostas para a licitação supra mencionada, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA COLOCAÇÃO DE BARREIRAS FÍSICAS E BLOQUEIOS NO SISTEMA ELÉTRICO DE TRACÇÃO, demais especificações constantes no Edital e seus Anexos, na modalidade Tomada de Preço do tipo Menor Preço. As propostas serão recebidas no dia 10/11/2011, às 10:00 horas, no Auditório da Trensurb, sito à Av. Ernesto Neugebauer, nº 1985, Porto Alegre/RS. O edital poderá ser obtido no mesmo local no horário das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 ou no endereço eletrônico www.trensurb.gov.br link - Licitações. Processo Administrativo: 2157/2011.

Porto Alegre, 25 de outubro de 2011
JOSIANE HENSEL DO CANTO
Presidente da CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 231/2011

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TREN-SURB, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 8 de novembro de 2011, às 08:30h se dará a abertura de propostas do pregão em epígrafe e às 09h terá início a disputa em sessão pública. OBJETO: carne de contrateiros, de acordo com as especificações e quantidades constantes no Edital e seus Anexos. Limite para recebimento de propostas até às 08h na mesma data da Licitação no site www.licitacoes-e.com.br. Maiores informações pelo fone (51) 3363-8344 ou pelo site www.trensurb.gov.br. Processo nº 2714/2011.

Porto Alegre, 24 de outubro de 2011
LUCIANO DA SILVA OLIVEIRA
Projeiro

**RESULTADOS DE JULGAMENTOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 207/2011**

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TREN-SURB, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados, o resultado de julgamento, referente à licitação em epígrafe. OBJETO: LÂMINA DE CONTATO GRAFITE VIA SRP. Lote único - Schunk do Brasil Sinterizados e Eletrografites Ltda - R\$ 200.000,00. Processo nº 2480/2011.

Porto Alegre, 25 de outubro de 2011
LUCIANO DA SILVA OLIVEIRA
Projeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 210/2011

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TREN-SURB, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados, o resultado de julgamento, referente à licitação em epígrafe. OBJETO: AQUISIÇÃO DE ESPELHOS PARA ESTAÇÕES RIO DOS SINOS E LIBERDADE COM INSTALAÇÃO. Lote Único - R\$ 20.822,00. Empresa: DONNA CLEAN VIDROS LTDA. Processo nº 2025/2011.

Porto Alegre, 25 de outubro de 2011.
MARCIA HELENA CARVALHO BOM
Projeiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 213/2011

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados, o Resultado de Julgamento, do Pregão Eletrônico 213/2011. OBJETO: AQUISIÇÃO DE BATERIAS DE CHUMBO ÁCIDA. Empresa vencedora: LOTE ÚNICO: LICIPAR LTDA. ME. no valor de R\$ 9.449,84,00. Processo 2467/2011.

Porto Alegre, 25 de outubro de 2011.
GABRIEL GROSS D'AMICO
Projeiro

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: União e Estação Plaza Rádio FM Ltda.
ESPÉCIE: Contrato de Adesão de Permissão outorgada por meio da Portaria nº 966, de 20 de novembro de 2006, publicado no Diário Oficial da União de 28 de novembro de 2006.
OBJETO: Execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Ajuricaba, Estado do Rio Grande do Sul.
VIGÊNCIA: O contrato tem vigência de 10 (dez) anos e entra em vigor na data de publicação deste extrato no Diário Oficial da União.
DATA E ASSINATURA: 21 de outubro de 2011. Paulo Bernardo Silva - Ministro de Estado das Comunicações, e Iara Terezinha Soares - Sócia-Gerente da Estação Plaza Rádio FM Ltda.

AVISO DE HABILITAÇÃO Nº 12/2011 (*)

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 13 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, resolve tornar público o presente Aviso de Habilitação para inscrição das entidades interessadas em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária nas localidades e canais constantes do Anexo 1, conforme a seguir especificado:

- Prazo: o prazo para inscrição e apresentação da documentação instrutória é de 60 (sessenta) dias;
- Taxa de cadastramento: o pagamento da taxa no valor de R\$ 20,00 (vinte reais), incluindo as despesas de cadastramento, deverá ser efetuado em qualquer agência do Banco do Brasil S.A., mediante preenchimento de Guia de Recolhimento de União - Depósito Identificado (código: 400030000118822-0, sendo como favorecido CGRL/MC, podendo ser realizado, conforme segue:
 - No guel de caixa, em dinheiro;
 - Nos totais de auto-arquidimento - TAA (clientes do Banco do Brasil), tendo as seguintes opções: - Transferência; - Tela de Instruções; - Outras Transferências e Conta corrente para Conta Única do Tesouro. Informar na identificação 1, o código identificador da GRU DEP, e na identificação 2, o CPF/CNPJ;
 - Na internet (Clientes do Banco do Brasil). No site www.bb.com.br, efetuando a transferência do valor a ser pago de sua conta para a Conta Única do Tesouro, informar o valor, o código identificador de 17 algarismos da GRU - CPF/CNPJ;
- Inscrição: a inscrição deverá ser feita mediante a utilização do formulário constante do Anexo 2 da Norma nº 01/2011, que se encontra disponível na página do Ministério das Comunicações no endereço eletrônico www.mc.gov.br e na Delegacia Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Minas Gerais, no endereço abaixo mencionado;

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



d) Locais de inscrição: a inscrição poderá ser feita via postal, endereçada à Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em Minas Gerais, Avenida Afonso Pena, nº 1270, Térreo, Centro, Belo Horizonte/MG - Cep: 30130-900;

e) Documentação instrutória: a documentação instrutória constante do Anexo 3, necessária à efetivação da inscrição, deverá ser encaminhada, via postal, endereçada à Delegacia Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Minas Gerais, no endereço acima mencionado, no prazo fixado neste Aviso. Qualquer documento postado e apresentado, de forma voluntária, pela entidade, após o esgotamento do prazo, não será passível de análise, sendo considerado intempestivo. A apresentação da referida documentação é obrigatória, acarretando a não apresentação, no prazo estabelecido, no indeferimento do pedido de inscrição.

Brasília-DF, 24 de outubro de 2011.
PAULO BERNARDO SILVA

ANEXO I

AVISO DE HABILITAÇÃO Nº 12/2011

Estado	Município	Canal*
Espírito Santo	Divino de São Lourenço	200
Espírito Santo	Ilhéus	200
Minas Gerais	Além Paraíba	285
Minas Gerais	Bras Pires	200
Minas Gerais	Centópolis	200
Minas Gerais	Capela Nova	284
Minas Gerais	Catui	200
Minas Gerais	Conceição do Mato Dentro	198
Minas Gerais	Desterro do Melo	284
Minas Gerais	Diogo de Vasconcelos	200
Minas Gerais	Divinópolis	285
Minas Gerais	Dom Bosco	285
Minas Gerais	Espírito Santo do Dourado	284
Minas Gerais	Estrela do Indaia	200
Minas Gerais	Guanhães	200
Minas Gerais	Jaguaraçu	284
Minas Gerais	Jaraguá	200
Minas Gerais	Medina	285
Minas Gerais	Miravânia	200
Minas Gerais	Monte Azul	285
Minas Gerais	Olarina	200
Minas Gerais	Passeo-Vinte	200
Minas Gerais	Pescador	285
Minas Gerais	Rosário da Limeira	200
Minas Gerais	São João do Pacuí	200
Minas Gerais	São Sebastião da Vargem Alegre	300
Minas Gerais	Setubinha	200
Minas Gerais	Tupaciguara	285
Minas Gerais	Turvolândia	285
Minas Gerais	Ubatuba	200

* Os canais designados para os municípios poderão ser alterados em decorrência de atos futuros da Anatel, motivados por diversos fatores, inclusive por eventuais solicitações formuladas pelo Ministério das Comunicações, no intuito de viabilizar o maior número possível de estações.

ANEXO II

REQUERIMENTO PARA AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,
A _____
(denominação da requerente), inscrita no CNPJ sob o nº _____, com
sede _____, na cidade de _____, Estado _____
_____, CEP _____, Telefone _____ OXX(_____) _____
_____, correio eletrônico _____, entidade sem fins lu-
crativos, legalmente constituída e devidamente registrada no órgão competente, vem, respeitosamente à
presença de V. Ex., em atendimento ao Aviso nº _____, apresentar a documentação de que trata o
item 8 da Norma nº 12/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no
Diário Oficial da União no dia 18 de outubro do mesmo ano.
_____, de 20 _____
(local e data)

(assinatura do representante legal da entidade)

Nome do representante da entidade: _____

CPF: _____

I - RELAÇÃO DE DOCUMENTOS APRESENTADOS

1 - Cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF. ☐ Sim ☐ Não

2 - Estatuto Social e Ata de Constituição da entidade devidamente registrados no Livro "A" do Registro de Pessoas Jurídicas. ☐ Sim ☐ Não

3 - Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Livro "A" do Registro Civil de Pessoas Jurídicas. ☐ Sim ☐ Não

4 - Relação contendo o nome de todos os associados pessoas naturais, com o número do CPF, número do documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede. ☐ Sim ☐ Não

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticacao.html>, pelo código 00032011102600133

5 - Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados. ☐ Sim ☐ Não

6 - Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade para a qual pretendem executar o serviço acompanhado do comprovante de residência, conforme Parágrafo único do Art. 7 da Lei 9612 de 19 de fevereiro de 1998. ☐ Sim ☐ Não

7 - Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço. ☐ Sim ☐ Não

8 - Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não é executora de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão por assinatura, bem como de que a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados. ☐ Sim ☐ Não

9 - Declaração, assinada pelo representante legal, constando a denominação de fantasia da emissora, se houver. ☐ Sim ☐ Não

10 - Declaração assinada pelo representante legal da entidade, especificando o endereço completo do sistema irradiante, bem como as coordenadas geográficas do mesmo. As coordenadas geográficas deverão ser apresentadas na padronização GPS WGS84, na forma GG° MM' SS", com apenas 02 (dois) dígitos inteiros, em que tanto os segundos (SS") da latitude quanto os da longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59". ☐ Sim ☐ Não

11 - Declaração assinada pelo representante legal da entidade, especificando o endereço completo da sede da entidade, a qual deverá estar situada na área de execução do serviço, bem como as coordenadas geográficas da mesma. As coordenadas geográficas deverão ser apresentadas na padronização GPS WGS84, na forma GG° MM' SS", com apenas 02 (dois) dígitos inteiros, em que tanto os segundos (SS") da latitude quanto os da longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59". ☐ Sim ☐ Não

12 - Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade apresentará Projeto Técnico, de acordo com as disposições desta Norma, e com os dados indicados em seu requerimento, caso lhe seja solicitado. ☐ Sim ☐ Não

13 - Comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas de cadastramento: ☐ Sim ☐ Não

14 - Declaração assinada pelo representante legal da entidade atestando que a Associação não mantém vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, pessoais, familiares, político-partidárias ou comerciais. ☐ Sim ☐ Não

II - MANIFESTAÇÕES DE APOIO

1 - Manifestação de apoio individual contendo o nome, o número da identidade ou CPF, o endereço do domicílio necessariamente localizado na área pretendida para execução do serviço e a assinatura do declarante. ☐ Sim ☐ Não

2.1 - Soma das manifestações individuais apresentadas.

2 - Manifestação de apoio apresentada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas a menos de 2 (dois) e sediadas na área pretendida para a execução do Serviço, contendo a denominação da entidade apoiadora, o endereço da sede e a assinatura do representante legal, acompanhadas de cópia do comprovante de inscrição no cadastro nacional de pessoas jurídicas e ☐ Sim ☐ Não

2.1 - Soma das manifestações de apoio das entidades associativas e comunitárias apresentadas.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7 4 30 2014

Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso

Rua Dom Ferrão, 483, Centro
CEP: 37474-000 – Dom Viçoso – MG

(SEM ASSINATURA E/OU RUBRICA)

STÉRIO DAS COMUNICAÇÕES FERE COM O ORIGINAL	20, 12, 2014
me art. 22, § 3º, Lei nº 9.784/99	12/12



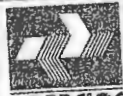

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em
Minas Gerais

Avenida Afonso Pena , nº 1270, Térreo, Centro,
CEP: 30130-900 – Belo Horizonte – MG

Conforme art 22, § 3º, Lei nº 9.784/99

EM 20/12/2011

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

 **SEDEX**
CORREIOS
MANDOU, CHEGOU.
PESO (kg)
SZ 39486775 3 BR


MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.065306/11 Localidade/UF: Dom Vicoso/MG
Entidade: Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso
Aviso: 41 Publicação: 26/10/2011 Prazo: 10/11/2011 Canal: 285

COORDENADAS		
	Proposta (A)	IBGE (B)
Latitude:	22S1511	22S1516
Longitude	45W0937	45W0940

DISTÂNCIA	
Distância A:B (IBGE)	0.18

Processo		
1.	Entregou documentação tempestivamente?	Sim
2.	Endereço da Antena Proposta	
Rua Dom Ferrão, 483		
2.1.	Endereço do Studio	
3.	Relação de concorrentes (d <= 4000 m)	

4.	Dependentes ordenados pela precedência do aviso de inscrição (d < 4000 m)
----	---

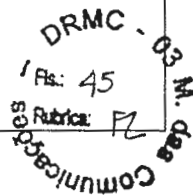
5.	Conclusão com base na análise dos distanciamentos do mesmo canal	VIÁVEL
6.	A estação situa-se em município de Faixa de Fronteira?	Não
7.	Declaração do representante legal da entidade relativa ao item 6.7, IX da Norma 02/98.	Sim
8.	Apresenta planta de arruamento que atende ao item 6.7, X da Norma 02/98?	Sim
9.	A área urbana da localidade é <= 3,5 km?	Sim
10.	Endereço da Sede Administrativa da Emissora	
Rua Dom Ferrão, 483		
11.	Este endereço está sediado na área da comunidade para qual a emissora pretende prestar o serviço?	Sim
12.	Conclusão da Análise	

ANÁLISE TÉCNICA CONCLUÍDA (TÉCNICA 01 - VIÁVEL) - ELZA em 09/02/2012



ELZA DE AZEVEDO
(Analista)

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE TRIAGEM E SELEÇÃO DE RADCOM

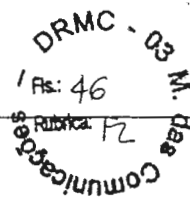


Identificação do Processo

Número: 53000.065306/11 Localidade/UF: Dom Vicoso/MG
 Entidade: Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso
 Aviso: 41 Publicação: 26/10/2011 Prazo: 10/11/2011 Canal: 285

Processo					
1.	A Entidade é uma:	Associação			
2.	Requerimento de Solicitação?	Sim			
Fls. 02					
3.	A Entidade tem por objetivo a execução de Serviço de Radiodifusão?	Sim			
4.	O Estatuto e Atas estão registrados no órgão competente?	Sim			
Estuto: Fls. 04 a 09 (precisa corrigir o registro) Ata de Fundação: Fls. 10 e 11 (precisa corrigir o registro) Ata de Eleição: Fls. 12 e 13 (precisa corrigir o registro)					
5.	Os Estatutos ou Atos Constitutivos da entidade atendem o Art 11º da Lei nº 9.612?	Sim			
6.	Comprovante de que obteve o assentimento prévio do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República?	Não se Aplica			
7.	Manifestações de apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área retendida para a prestação do Serviço ou, no caso de localidades cuja área urbana estiver circunscrita a um círculo com raio menor ou igual a 3,5 Km, sediadas na área urbana da localidade, firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou	Sim			
Manifestações de apoio: Fls. 30 a 39					
8.	Declaração, assinada pelo representante legal, constando, se for o caso, a denominação de fantasia da entidade?	Sim			
Fls. 28					
9.	Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, de que todos os dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso?	Sim			
Fls. 28					
10.	Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não é prestadora de qualquer modalidade de Serviço de Radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de canais de televisão mediante assinatura, bem como de que a entidade não tem como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições participem de outra entidade detentora de outorga para a execução de qualquer dos serviços mencionados?	Sim			
Fls. 28					
11.	Nº de Inscrição no CNPJ(CGC)?	Sim			
Fls. 03					
12.	Quadro Diretivo da Associação ou Fundação	Mandato: 04 anos		Validade: 25/11/2015	
	Nome do Dirigente	CPF	Cargo	Maioridade / Emancipação	Declaracao
	Wanderley Paulino	001.111.111-11	Presidente	Sim	Sim
	Marlene Aparecida dos Santos	002.222.222-22	Vice-Presidente	Sim	Sim
	Valkiria Imaculada de Paula Alves	003.333.333-33	Secretário	Sim	Sim
	Francisco Rosinei Pinto	004.444.444-44	Tesoureiro	Sim	Sim

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE TRIAGEM E SELEÇÃO DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.065306/11 Localidade/UF: Dom Vicoso/MG
Entidade: Associação Comunitária do Povo de Dom Vicoso
Aviso: 41 Publicação: 26/10/2011 Prazo: 10/11/2011 Canal: 285

Nome do Dirigente	CPF	Cargo	Maioridade / Emancipação	Nacionalidade	Declaracao
Elizângela Maria da Silva	005.555.555-55	Diretor de Patrimônio	Sim	Sim	Sim

Relação contendo o nome dos associados: Fls. 14
Comprovante de pagamento de taxa: Fls. 29

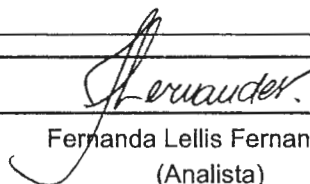
13. Conclusão da Análise

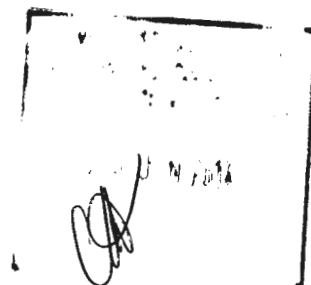
Em face da análise inicialmente efetuada nos autos em detrimento à Lei nº 9.612/98, bem como Norma Complementar nº 01/04, requer a entidade se cumpra as seguintes exigências elencadas abaixo:

- 1) Certidões da justiça estadual e federal.
- 2) Regularidade nos registros da ata de fundação, ata de constituição e do estatuto.

É o relatório.

À Consideração Superior.


Fernanda Lellis Fernandes
(Analista)





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
NO ESTADO DE MINAS GERAIS
Avenida Afonso Pena, nº 1270- Térreo – (ECT) - Centro 30.130-900
Belo Horizonte-MG
(31) 3273-3612

DESPACHO

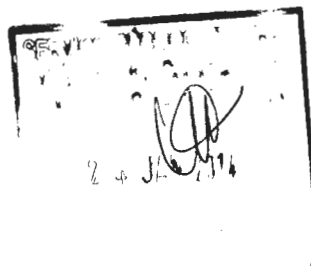
Assunto: **Despacho Inicial de Entidade Participante de Aviso.**

1. Frente a análise inicial da documentação encaminhada pela **Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso** na localidade de **Dom Viçoso / MG**, processo nº **53000.065306/2011-39**, em atendimento ao Aviso de Habilitação nº41, publicado no DOU de 26/10/2011, com prazo final em 26/12/2011, constatou-se que a entidade:

I. está apta com relação a pré-análise efetuada, podendo prosseguir mediante a análise detalhada da documentação, conforme Roteiro de Análise Jurídica a seguir anexado, vez que trata-se de única requerente que se habilitou a executar o serviço na localidade de interesse.

Belo Horizonte, 15 de março de 2012.

FERNANDA LELLIS FERNANDES
Analista Técnico Administrativo





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
NO ESTADO DE MINAS GERAIS
Avenida Afonso Pena, nº 1270- Térreo – (ECT) - Centro 30.130-900
Belo Horizonte–MG
(31) 3273-3612

Ofício nº 159/2012/DRMC-03-MC

Belo Horizonte, 15 de março de 2012.

Ao Senhor

WANDERLEY PAULINO

Representante Legal da Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso

Rua Dom Ferrão, nº 483

37474-000 Dom Viçoso– MG

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.065306/2011-39**

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.065306/2011-39**, na localidade de **Dom Viçoso/ MG**, no qual essa Entidade requer autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 98, que indica pendências passíveis de saneamento pela entidade.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada e esclareça todos os pontos acima questionados. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de outorga será indeferido.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.
4. Aproveitamos para informar que esta Secretaria poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e mantenham atualizado o endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito

por meio de ofício, com assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

Atenciosamente,



LUCIANO ALVES CORGOSINHO

Delegado Regional do Ministério das Comunicações em Minas Gerais
Substituto



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Delegacia Regional em Minas Gerais
Avenida Afonso Pena, 1270, Térreo – Centro - Belo Horizonte/MG - Cep: 30.130-900
(31) 3222-9086

Nota Técnica nº 98/2012/DRMC-03/MC

Assunto: **Constatação de pendências.**

Referência: Processo nº 53000.065306/2011-39

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de autorização da **Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Dom Viçoso / MG**, protocolizado em 20/12/2011.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

I. Cópia do Estatuto Social, na íntegra e legível, **devidamente registrado no Livro "A" do Registro de Pessoas Jurídicas**, ou microfilmado em Pessoas Jurídicas acompanhado de Certidão Cartorária comprovando tal registro, em atendimento ao disposto nos subitens 8.1, alínea "b" e 8.2 alínea "c", da Norma nº 1/2011.

II. Cópia da Ata de Constituição datada de 27/09/2007, na íntegra e legível, **devidamente registrada no Livro "A" do Registro de Pessoas Jurídicas**, ou microfilmado em Pessoas Jurídicas acompanhado de Certidão Cartorária comprovando tal registro, em atendimento ao disposto no subitem 8.1 alínea b da Norma nº 01/2011.

III. Cópia da Ata de eleição dos atuais dirigentes da entidade **devidamente registrada no Livro "A" do Registro de Pessoas Jurídicas**.

VI. certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral, de acordo com o disposto no 10.8, alínea "a" da Norma nº 1/2011;

V. folha de antecedentes da Polícia Federal, e da Polícia dos Estados nos quais os dirigentes da entidade requerente residiram nos últimos cinco anos, expedida, no máximo, há seis meses, de acordo com o disposto no subitem 10.8, alínea "b" da Norma nº 1/2011.

VI. certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual ou do Distrito Federal, e Municipal do local onde está sediada, de acordo com o disposto no subitem 10.8, alínea "c" da Norma nº 1/2011.

VII. certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), de acordo com o disposto no subitem 10.8, alínea "d" da Norma 1/2011.

CONCLUSÃO

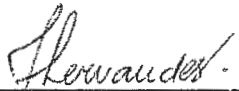
2. Em face do exposto, constatou-se a necessidade de saneamento das referidas pendências.

3. Desta forma, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de outorga será indeferido.

4. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

À consideração superior.

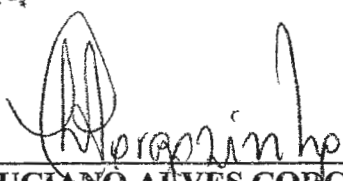
Belo Horizonte, 15 de março de 2012.



FERNANDA LELLIS FERNANDES
Analista Técnico Administrativo

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 98/2012/DRMC-03-MC.

Belo Horizonte, 15 de março de 2012.



LUCIANO ALVES CORGOSINHO
Delegado Regional do Ministério das Comunicações em Minas Gerais
Substituto

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVO DE DOM VIÇOSO

Rua Dom ferrão, 483, centro de Dom viçoso

CNPJ: 09.307.904/0001-39

E-mail: comunitariacolinasm@yahoo.com.br



Dom Viçoso 25 de abril de 2012

Ilmo Sr Luciano Alves Corgosinho

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 020945/2012-55

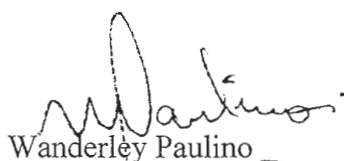
DRMC - 03

30/04/2012-14:03

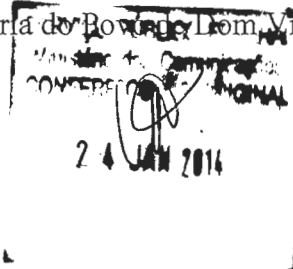
Em atendimento ao ofício nº159/2012 DRMC – 03 – MC, de 15 de março de 2012, recebido em 26 de março de 2012, venho através deste, solicitar de Vossa Senhoria prorrogação do prazo para apresentação dos documentos referentes à Nota Técnica nº 98/2012 DMRMC-03/MC e ao Processo nº 53000.0653/2011-39, uma vez que houve substituição de alguns membros e não foi possível agilizar toda a documentação necessária em tempo hábil, e devido a grande dificuldade de reunir número de pessoas para uma nova assembléia.

Esperando contar com sua atenção, desde já antecipo agradecimento e me coloco à disposição para o esclarecimento de duvidas, caso necessário.

Atenciosamente


Wanderlley Paulino

Representante Legal da Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso



2011/01/11/15/10
Ministério das Comunicações

Delegacia Regional das Comunicações no Estado de Minas Gerais
Avenida Afonso Pena, nº 1070 - Torres (ECT) - Curitiba

CEP- 30.130-900

Belo Horizonte - MG

At: Sumonanda Speller

AR
D.H.
D.H.

AGUAS MINERAIS
MG
26 ABR 2012

10
PESO (kg)
CORREIOS
AR MP
FC0906/36 76240289-2
SEDEX
SX 75238511 5 BR
76240289-2

AGUAS MINERAIS - MG
26 ABR 2012
SÃO LOURENÇO

DRMC-03
18.61
Comunicações

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM: 30/10/12
1001

Conforme art. 22, § 3º, Lei nº 9.784/99

Júlio Wallon Andrade Garro
Agente Administrativo
Mat. 1787578
DRMC-03
26 JAN 2012

Associação Comunidade do Sove da Dona Virgínia

Rua Dom Justo, 1183, Centro da Dona Virgínia

CNPJ: 09.307.904/0001-89


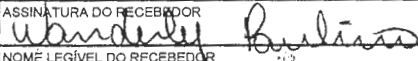
000 37474-000



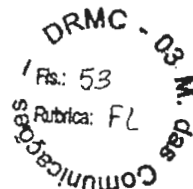
João Wilson Almeida Gama
Agente Administrativo
Mat. 1787576
DMC-03

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

DRMC - 03
1 Ps: 52
Publ: X
Comunicação

 CORREIOS		AVISO DE RECEBIMENTO		DATA DE POSTAGEM	
DESTINATÁRIO WANDERELEY PAULINO A/C REPRESENTANTE LEGAL DA ASSOC.COMUNIT.POVO DOM VIÇOSO RUA DOM FERRÃO 483 CENTRO 37474-000 DOM VIÇOSO-MG				UNIDADE DE POSTAGEM	
R M 75396825 4 BR				AC - DOM VIÇOSO 25 MAR 2012	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES EM MINAS GERAIS AVENIDA AFONSO PENA 1270 TÉRREO CENTRO 30130-900 BELO HORIZONTE-MG				DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) Ofício Ofício 159/2012/DRMC-03-MC.Proc.53000.065306/11.	
TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª ____/____/____ : ____ h 2ª ____/____/____ : ____ h 3ª ____/____/____ : ____ h		MOTIVO DE DEVOLUÇÃO 1 Mudou-se 5 Recusado 2 Endereço insuficiente 6 Não procurado 3 Não existe o número 7 Ausente 4 Desconhecido 8 Falecido 9 Outros _____		RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO	
ASSINATURA DO RECEBEDOR 				DATA ENTREGA	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR				Nº DOC. DE IDENTIDADE MG242448	

24 JAN 2012



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
NO ESTADO DE MINAS GERAIS
Avenida Afonso Pena, nº 1270- Térreo – (ECT) - Centro 30.130-900
Belo Horizonte-MG
(31) 3222-9086

Nota Técnica nº 201/2012/DRM-03-MC

Assunto: **Deferimento de Prorrogação de Prazo.**

Referência: Processo nº 53000.065306/2011-39

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de autorização da **Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Dom Viçoso / MG**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se o que se segue:

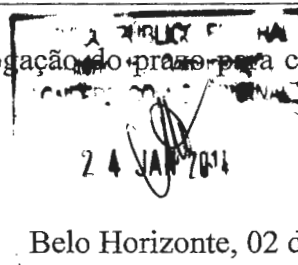
I. Foi encaminhado o Ofício nº 159/2012, de 15/03/2012, AR Postal em 26/03/2012, solicitando à entidade que apresentasse cópia do Estatuto Social, Ata de Constituição e Ata de Eleição devidamente registrados e certidões estaduais e federais exigidas na Norma 1/2011.

II. A entidade postou, tempestivamente, em 26/04/2012, solicitação de prorrogação de prazo relativa às exigências contidas no ofício citado acima, subscrita por pessoa legitimada a fazê-la, justificando que a concessão de prazo adicional se faria necessária.

CONCLUSÃO

3. Em face do exposto, opinamos pela prorrogação do prazo para cumprimento das exigências contidas no Ofício nº 159/2012.

À consideração superior.

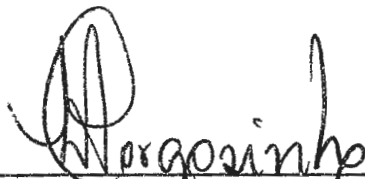


Belo Horizonte, 02 de maio de 2012.


FERNANDA LELLIS FERNANDES
Analista Técnico Administrativo

De acordo. À consideração do Senhor Substituto Delegado Regional do
Ministério das Comunicações em Minas Gerais

Belo Horizonte, 02 de maio de 2012.



LUCIANO ALVES CORGOSINHO

Delegado Regional do Ministério das Comunicações em Minas Gerais
Substituto



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
NO ESTADO DE MINAS GERAIS
Avenida Afonso Pena, nº 1270- Térreo – (ECT) - Centro 30.130-900 –
Belo Horizonte-MG
(31) 3222-9086

Ofício nº 292/2012/DRMC-03-MC

Belo Horizonte, 02 de maio de 2012.

Ao Senhor

WANDERLEY PAULINO

Representante Legal da Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso

Rua Dom Ferrão, nº 483

37474-000 Dom Viçoso – MG

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.065306/2011-39.**

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.065306/2011-39**, na localidade de **Dom Viçoso / MG**, no qual essa Entidade requer autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 201, que indica deferimento do pedido de prorrogação de prazo para apresentação da documentação solicitada.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada no ofício nº 159/2012. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de outorga será indeferido.
3. Aproveitamos para informar que esta Secretaria poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e mantenham atualizado o endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito por meio de ofício, com assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

Atenciosamente,


LUCIANO ALVES CORGOSINHO

Delegado Regional do Ministério das Comunicações em Minas Gerais
Substituto

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE TRIAGEM E SELEÇÃO DE RADCOM

DRMC - 03 M. das Comunicações
 1. Fls.: 55
 Rubrica: f2

Identificação do Processo

Número: 53000.065306/11 Localidade/UF: Dom Vicoso/MG
 Entidade: Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso
 Aviso: 41 Publicação: 26/10/2011 Prazo: 10/11/2011 Canal: 285

Processo					
1.	A Entidade é uma:	Associação			
2.	Requerimento de Solicitação?	Sim			
Fls. 02					
3.	A Entidade tem por objetivo a execução de Serviço de Radiodifusão?	Sim			
4.	O Estatuto e Atas estão registrados no órgão competente?	Sim			
Estatuto: Fls. 04 a 09 (precisa corrigir o registro) Ata de Fundação: Fls. 10 e 11 (precisa corrigir o registro) Ata de Eleição: Fls. 12 e 13 (precisa corrigir o registro)					
5.	Os Estatutos ou Atos Constitutivos da entidade atendem o Art 11º da Lei nº 9.612?	Sim			
6.	Comprovante de que obteve o assentimento prévio do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República?	Não se Aplica			
7.	Manifestações de apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área retendida para a prestação do Serviço ou, no caso de localidades cuja área urbana estiver circunscrita a um círculo com raio menor ou igual a 3,5 Km, sediadas na área urbana da localidade, firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou	Sim			
Manifestações de apoio: Fls. 30 a 39					
8.	Declaração, assinada pelo representante legal, constando, se for o caso, a denominação de fantasia da entidade?	Sim			
Fls. 28					
9.	Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, de que todos os dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso?	Sim			
Fls. 28					
10.	Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não é prestadora de qualquer modalidade de Serviço da Radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de canais de televisão mediante assinatura, bem como de que a entidade não tem como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições participem de outra entidade detentora de outorga para a execução de qualquer dos serviços mencionados?	Sim			
Fls. 28					
11.	Nº de Inscrição no CNPJ(CGC)?	Sim			
Fls. 03					
12.	Quadro Diretivo da Associação ou Fundação	Mandato: 04 anos		Validade: 25/11/2015	
	Nome do Dirigente	CPF	Cargo	Maioridade / Emancipação	Nacionalidade
	Wanderley Paulino	001.111.111-11	Presidente	Sim	Sim
	Marlene Aparecida dos Santos	002.222.222-22	Vice-Presidente	Sim	Sim
	Valkiria Imaculada de Paula Alves	003.333.333-33	Secretário	Sim	Sim
	Francisco Rosinei Pinto	004.444.444-44	Tesoureiro	Sim	Sim

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE TRIAGEM E SELEÇÃO DE RADCOM

DRMC - 03 M. das
Comunicações
Folha: 56
Rubrica: 12

Identificação do Processo

Número: 53000.065306/11 Localidade/UF: Dom Vicoso/MG
Entidade: Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso
Aviso: 41 Publicação: 26/10/2011 Prazo: 10/11/2011 Canal: 285

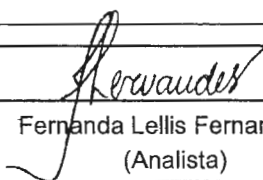
Nome do Dirigente	CPF	Cargo	Maioridade / Emancipação	Nacionalidade	Declaracao
Elizângela Maria da Silva	005.555.555-55	Diretor de Patrimônio	Sim	Sim	Sim

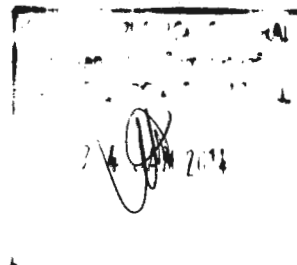
Relação contendo o nome dos associados: Fls. 14
Comprovante de pagamento de taxa: Fls. 29

13. Conclusão da Análise



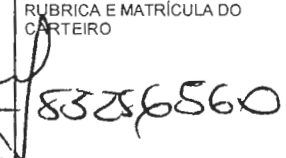
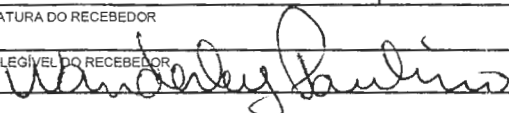
Em face da análise inicialmente efetuada nos autos em detrimento à Lei nº 9.612/98, bem como Norma Complementar nº 01/2011, o pedido de prorrogação de prazo requerido pela entidade foi deferido.

É o relatório.
À Consideração Superior.


Fernanda Lellis Fernandes
(Analista)



DRMC - 03
Hs: 57
Rubrica: R

 CORREIOS		AVISO DE RECEBIMENTO		AR		DATA DE POSTAGEM	
DESTINATÁRIO WANDERELEY PAULINO A/C REPRESENTANTE LEGAL DA ASSOC.COMUNIT.POVO DOM VIÇOSO RUA DOM FERRÃO 483 CENTRO 37474-000 DOM VIÇOSO-MG						UNIDADE DE POSTAGEM	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES EM MINAS GERAIS AVENIDA AFONSO PENA 1270 TÉRREO CENTRO 30130-900 BELO HORIZONTE-MG							
TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª ____/____/____ : ____ h 2ª ____/____/____ : ____ h 3ª ____/____/____ : ____ h				DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) OF.292/2012/DRMC-03-MC.PROC:53000.065306/11.			
MOTIVO DE DEVOLUÇÃO 1 Mudou-se 5 Recusado 2 Endereço insuficiente 6 Não procurado 3 Não existe o número 7 Ausente 4 Desconhecido 8 Falecido 9 Outros _____				RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO 			
ASSINATURA DO RECEBEDOR 						DATA DE ENTREGA 09/05/12	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR Wandereley Paulino						Nº DOC. DE IDENTIDADE 9.924.744-9	

(Área de cola no verso)



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVO DE DOM VIÇOSO

Rua Dom ferrão, 483, centro de Dom viçoso

CNPJ: 09.307.904/0001-39

E-mail: comunitariacolinasm@yahoo.com.br



Of. n.º 002/2012

ASSUNTO: Faz Encaminhamento

SERVIÇO: Secretaria/ Associação

DATA: 08/06/2012

Ilustríssimo Senhor Delegado,

OF EXCG 159/2012

Pelo presente encaminhamento para apreciação de V. Sª. documentos pendentes após análise e requeridos pela Nota Técnica N° 98/2012/DRMC-03/MC, referentes ao processo n° 53000.0065306/2011-39, que trata de autorização da Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso, inscrita, no CNPJ n° 09.307.904/0001-39, para a execução de Radiodifusão Comunitária.

Sendo o que se apresenta para o momento.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 028338/2012-34

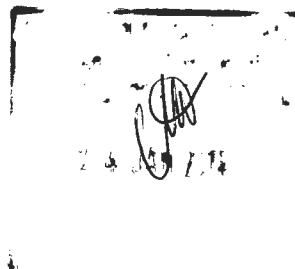
Atenciosamente,

DRMC - 03

13/06/2012-15:17


Wanderley Paulino

Presidente da Associação C. do Povo de Dom Viçoso

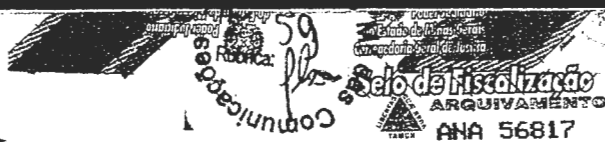


C/T

Ilmo. Senhor

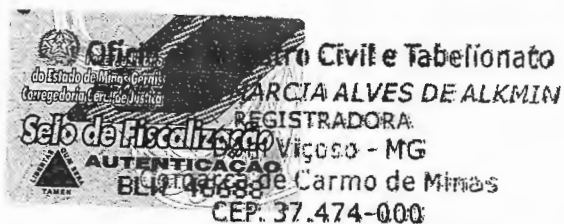
LUCIANO ALVES CORGOSINHO

Delegado Regional de Ministério das Comunicações em Minas Gerais - Substituto
BELO HORIZONTE - MG



FERNANDA MÁRCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA
Dom Vicoso - MG
Comarca de Carmo de Minas
OCEP. 37.474-000

Ata de Eleição da nova Diretoria e Conselho Fiscal da Associação Comunitária do Povo de Ilom Elizoro nos vinte e cinco dias do mês de novembro de dois mil e onze, no salão Paroquial, nesta cidade de Ilom Elizoro, às dezessis horas, reuniram-se em assembleia geral para eleição da nova Diretoria e Conselho Fiscal da Associação Comunitária do Povo de Ilom Elizoro. Assumiu a Presidência dos trabalhos, por aclamação unânime, o sr. ~~João~~ Geraldo Miguel, de nacionalidade brasileira, profissão funcionário público portador da cédula de identidade 15.119.403, CPF nº 738.846.778-53, residente e domiciliado à Rua Ilom Ferrás, 483, na cidade de Ilom Elizoro, Estado de Minas Gerais, convidando a mim, ~~Alkmin~~ Imaculada de Paula Alves, para secretariar a sessão o que aceitei. A pedido do Presidente li a ordem do dia para qual fora convocada esta assembleia geral em que tem o seguinte teor: eleição da nova Diretoria e Conselho Fiscal. Iniciando-se os trabalhos o Presidente me solicitou que procedesse à leitura do Estatuto da Associação Comunitária do Povo de Ilom Elizoro, aprovado e registrado desde maio de dois mil e sete. Finda a leitura o Presidente orientou aos presentes das condições necessárias para compor a Diretoria e/ou Conselho Fiscal da Associação Comunitária do Povo de Ilom Elizoro. Em seguida o Presidente apresentou a Chapa única ~~conduzida~~ a compor Diretoria e Conselho Fiscal, procedendo-se então à eleição para o segundo período de gestão. A chapa única foi eleita por unanimidade entre os presentes, que chegaram ao seguinte resultado: Presidente: Vanderley Paulino, brasileiro, casado, funcionário Público, Portador do RG: M. 9.247.448 e CPF nº 073.600.586-27, residente no bairro Ponte de Pedra, Zona Rural de Ilom Vicoso; Vice-Presidente: Marlene Aparecida dos Santos, brasileira divorciada, do lar, Portadora do RG MG. 11.659.797 e



OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E
TABELIONATO DE NOTAS
Dom Viçoso - MG
Comarca de Carmo de Minas
Confere com o original que me foi
exibido. Dou Fé
Dom Viçoso 13 / 06 / 2012

Fernanda Marcia Alves de Alkmin
FERNANDA MÁRCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA

Tabela nº 1 - Lei 15.424
de 30/12/2004

Emolumentos R\$ 3,44

Taxa Fiscalização R\$ 1,07

Total: R\$ 4,51

- do CPF nº 040.030.286-39, residente a Rua Benedito
- Saladares, nº 445, centro de Bom Sucesso; Secretária: Valéria
- Bonaculada de Paula Alves, brasileira, casada, funcionária pu-
- blica, Portadora do RG nº MG. 11.766.523 e do CPF nº 045.88
- 936-89, residente no bairro Sucesso Velho, zona rural de
- Bom Sucesso; Secretário: Francisco Rosinei Pinto, brasileiro,
- solteiro, funcionário público, Portador do RG nº M. 8.378.40
- e CPF nº 032.844.616-55, residente a Rua Sr. Altamir
- Celi, nº 193 FDS, centro de Bom Sucesso; Diretora de Patrim
- ônio: Elizângela Maria da Silva, brasileira, solteir
- funcionária pública, Portadora do RG nº MG. 10.701.3
- e do CPF nº 044.969.326-01, residente a Rua Benedito
- Saladares, nº 419, centro de Bom Sucesso. Conselho Fiscal
- membros efetivos: Paulo César da Silva, brasileiro, solteiro,
- autônomo RG MG. 4.625.580 e CPF 353.515.006-04, residente
- a Rua Altamir Celi, centro de Bom Sucesso/MG; Elyton
- Prantes de Souza, brasileiro, solteiro, técnico eletrônico para
- cer do CPF nº 096.678.956-37, residente a Rua Bela
- Vista em Bom Sucesso/MG; Cândia Maria Lúcia Benrique
- brasileira, casada, do lar, RG nº 06736713-6, CPF nº 720.735
- 007.49, residente no bairro Sucesso Velho, Bom Sucesso/MG. mem
- bros suplentes: Luiz Antônio da Silva, brasileiro, funcionário
- público, RG nº 5.277.341, CPF nº 738.434.826-91, residente
- no bairro Bocaina, Bom Sucesso/MG; Marcos Roberto Soares,
- brasileiro, solteiro, agricultor, RG. M. 16126801 e CPF 857.
- 205.936-91, residente no bairro Lavoura, Bom Sucesso/MG; Luc
- Heugens Nascimento, brasileiro, solteiro, estudante, RG MG.
- 15.286.445 e CPF nº 016.244.996-86, residente a Rua Getúlio
- Vargas nº 48, Bom Sucesso MG. O Presidente, após apurar os
- elitos, deu-lhes imediata posse para as funções e
- atribuições que se iniciam nesta data, ficando
- livre a palavra; como ninguém alegou sua in
- capacidade suspendeu a sessão pelo tempo necessário para
- lavratura desta ata, que eu fiz, como secretária, e após



OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E
TABELIONATO DE NOTAS

Dom Viçoso - MG

Comarca de Carmo de Minas

Confere com o original que me foi
exibido. Dou Fé

Dom Viçoso 11 / 06 / 2012

Fernanda Marcia Alves de Alkmin
FERNANDA MÂRCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA

Tabela nº 1 - Lei 15.424
de 30/12/2004

Emolumentos R\$ 3,44

Taxa Fiscalização R\$ 1,07

Total: R\$ 4,51

reabertura da sessão a mesma foi lida e aprovada
segue assinada por mim. Dom Vicoso, vinte e cinco de
novembro de dois mil e onze. Valquíria Imaculada de
Paula Alves.



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS	
CERTIDÃO	
Certifico e dou fé que registrei o presente documento, no Livro próprio nº 12 A	
fls. 90/91	sob o nº 744
Carmo de Minas, 06 de 12 de 11	
[Assinatura]	

Certifico que foi autuada a margem do Reg. nº 115 fls 70 do
L. 0-01 de Registro Especial, a ata retida mencionada, datada
de 27/05/07, da Constituição da Associação Comunitária do
Bairro de Dom Vicoso, em 23/05/12, conforme copia arquivada.

Carmo de Minas, 23/março/2012.



Assinatura oficial.



Ofício de Registro Civil e Tabelionato
FERNANDA MÁRCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA
Dom Vicoso - MG
Comarca de Carmo de Minas
CEP. 37.474-000

ATA DA COMISSÃO DE Paz e
Ordem da Região - Juízo de Paz e
Registro Civil - Substituição
[Assinatura]

Ata de reunião extraordinária dos dirigentes da Associação
Comunitária do Bairro de Dom Vicoso.
Em dezesseis de abril de dois mil e onze reuniram-se na
casa do dirigente Francisco Rosinei Linto, membros da
diretoria da Associação Comunitária do Bairro de Dom Vicoso.
Estavam presentes os membros: Wanderley Paulino, Martine
Aparecida dos Santos, Valquíria Imaculada de Paula Alves,
Francisco Rosinei Linto e Belyângela Maria da Silva. O motivo
foi discutir pendências do processo nº 53.000.065.306/2011-39,
referente ao requerimento de autorização da Associação
Comunitária do Bairro de Dom Vicoso para execução de



**OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E
TABELIONATO DE NOTAS**

Dom Vicoso - MG

Comarca de Carmo de Minas

Confere com o original que me foi
exibido. Dou Fé

Dom Vicoso 11 / 06 / 2012

Fernanda Marcia Alves de Alkmin
FERNANDA MÂRCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA

Tabela nº 1 - Lei 15.424
de 30/12/2004

Emolumentos R\$ 9,44

Taxa Fiscalização R\$ 1,07

Taxa R\$ 4,51

reabertura da sessão a mesma foi lida e aprovada
segu assinada por mim. Dom Vicoso, vinte e cinco de
novembro de dois mil e onze. Valquíria Imaculada de
Paula Alves.



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS CERTIDÃO	
Certifico e dou fé que registrei o presente documento, no Livro próprio nº <u>102A</u>	
fls. <u>70/31</u>	sob o nº <u>799</u>
Carmo de Minas, <u>06</u> / <u>12</u> / <u>11</u>	
<i>[assinatura]</i>	

certifico que foi autuada a margem do Reg. nº 115 fls 70 do
L. 01 de Registro Especial, e sta retos mencionada, datada
de 27/05/07, da Constituição da Associação Comunitária do
Bairro de Dom Vicoso, em 23/05/12, conforme copia anexada.

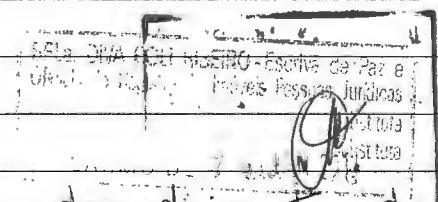
Carmo de Minas, 23/março/2012.



leitura oficial.



Ofício de Registro Civil e Tabelionato
FERNANDA MÁRCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA
Dom Vicoso - MG
Comarca de Carmo de Minas
CEP. 37.474-000



Ata de reunião extraordinária dos dirigentes da Associação
Comunitária do povo de Dom Vicoso.

Em dezessepte de abril de dois mil e doze reuniram-se na
casa do dirigente Francisco Rosinei Pinto, os membros da
diretoria da Associação Comunitária do povo de Dom Vicoso.
Estavam presentes os membros: Wanderley Paulino, Marlene
Aparecida dos Santos, Valquíria Imaculada de Paula Alves,
Francisco Rosinei Pinto e Belyângela Maria da Silva. O motivo
foi discutir pendências do processo nº 53.000.065306/2011-39,
referente ao requerimento de autorização da Associação
Comunitária do povo de Dom Vicoso para execução de



OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E
TABELIONATO DE NOTAS

Dom Viçoso - MG

Comarca de Carmo de Minas

Confere com o original que me foi
exibido. Dou Fé

Dom Viçoso 14 / 06 / 2012

Fernanda Márcia Alves de Alkmin
FERNANDA MÁRCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA

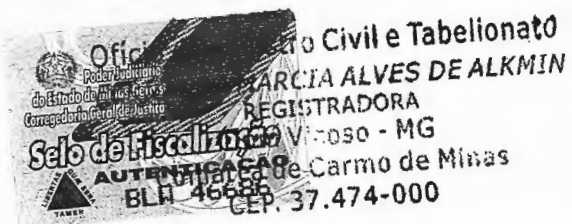
Tabela nº 1 - Lei 15.424
de 30/12/2004

Emolumentos R\$ 3,44

Taxa Fiscalização R\$ 1,07

Total: R\$ 4,51

- Serviços de Rádio-função Comunitária, protocolado na Delegacia
 - Regional em Minas Gerais do Ministério das Comunicações
 - em 20/12/2012. O Presidente Wanderley Bulcão abriu a reunião
 - cumprimentando os presentes e comunicando que, após
 - recebimento do ofício 159/2012 DRMV-03/MC e Nota Técnica
 - 98/2012/DRMV-03/MC os membros desta Associação precisava
 - discutir sobre pendências apresentadas nos documentos
 - recebidos. A principal delas é que, de acordo com a Nota
 - Técnica recebida os registros do Estatuto Social e das atas
 - de constituição e eleições atuais dirigidos encontram
 - errados. Estes registros devem ser feitos no Livro "A" do
 - Registro de Livro Jurídica. Informou que busca de diversas
 - formas o Estatuto original para fazer o registro correto,
 - mas os antigos dirigentes não têm notícia do mesmo, aleganc
 - ter a cópia de que o mesmo tenha sido enviado em
 - formato original, há cerca de cinco anos, para o Ministério
 - das Comunicações. A secretária desta Associação, Valquíria
 - Imaculada de Paula, Aires, relatou aos presentes que fez
 - contato com a Delegacia Regional em Minas Gerais do
 - Ministério das Comunicações, com a pessoa de Fernando
 - Pellis Fernandes, analista técnico administrativo, para
 - buscar uma solução para o caso. Neste contato foi
 - informado que o Estatuto poderá ser atualizado assimode
 - pelo novo presente e registrado de maneira correta. Na
 - oportunidade de atualizar o analista ainda informou que
 - uma vez que a atualização estava sendo feita, a associação
 - deveria fazer constar no mesmo no artigo 3º que a
 - associação terá como objetivo a exploração e instalação de
 - serviços de rádio difusão comunitária, já que no estatuto
 - original omitia-se a palavra comunitária. Os dirigentes
 - presentes entenderam o fato e concordaram com a atualiza
 - do estatuto, sendo assim a secretária Valquíria Imaculada
 - de Paula, Aires se encarregou de providenciar a atualização
 - do estatuto e seu registro conforme exigido pelo



OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E
TABELIONATO DE NOTAS

Dom Viçoso - MG

Comarca de Carmo de Minas

Confere com o original que me foi
exibido. Dou Fé

Dom Viçoso 11 / 06 / 2012

Fernanda Márcia Alves de Alkmin
FERNANDA MÁRCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA

Tabela nº 1 - Lei 15.424
de 30/12/2004

Emolumentos R\$ 3,44

Taxa Fiscalização: R\$ 1,07

Total: R\$ 4,51

64
1ª Rubrica
3ª M. das
Comunicações

Ministério das Comunicações. Nada mais havendo a
futar o presidente encorpo a reunião e para constar eu,
Valéria Imaculada de Paula Alves, secretária, lavrei a
presente ata que segue assinada por mim, pelo presidente
e demais presentes. Valéria F. de Paula Alves, Elizabeth
Maria da Silva, Marlene Apa dos Santos, Wánderley Kildiner
Francisco Rosini Pinto

Ofício do Estado de Minas Gerais
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
BLW 48687
CEP. 37.474-000

Registro Civil e Tabelionato
MÁRCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA
Dom Viçoso - MG
Comarca de Carmo de Minas
CEP. 37.474-000

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E
TABELIONATO DE NOTAS
Dom Viçoso - MG
Comarca de Carmo de Minas
Confere com o original que me foi
exibido. Deu Fé
Dom Viçoso 11 / 06 / 2012
Fernanda Márcia Alves de Alkmin
FERNANDA MÁRCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA

Tabela nº 1 - Lei 15.424
de 30/12/2004
Emolumento: R\$ 3,44
Taxa Fiscalização: R\$ 1,02
Total: R\$ 4,51

2012

Oficina do Registro de Imóveis Pessoas Jurídicas
CALLEIA COLARIBEIRO DMS - Escrevente Substituta
ALEX MARINELLI MDC - Escrevente Substituta

conf. copia arge
vada l. d. mun
08/06/12. 12.12.12
2/12/12

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
 Comarca de Juiz de Fora
 Selo de Fiscalização
 BPA 61950



Registro Civil e Tabelionato
MÁRCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA
Dom Viçoso - MG
Comarca de Carmo de Minas
CEP. 37.474-000

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E
TABELIONATO DE NOTAS

Dom Viçoso - MG

Comarca de Carmo de Minas

Confere com o original que me foi
exibido. Dou Fé

Dom Viçoso 11 / 06 / 2012

Fernanda Márcia Alves de Alkmin
FERNANDA MÁRCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA

Tabela nº 1 - Lei 15.424
de 30/12/2004

Emolumentos: R\$ 3,49

Taxa Fiscalização: R\$ 4,02

Total: R\$ 7,51

Ata de Constituição da Comunidade de Perceiros

19:00 horas (dezesseis horas), no Hotel Municipal, nesta cidade de Dom Bosco,
 reuniram-se em Assembleia Geral de Constituição e Fundação as seguintes
 pessoas fundadoras da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVO DE DOM BOSCO: o
 senhor ex-presidente de Triluz, por aclamação unânime, o senhor José
 Geraldo Miguel, naturalidade São Paulo, estado civil: casado, profissão: fun-
 cionário público, CPF nº 1388465-28-53, portador da carteira de identidade nº
 nº 15159403, residente e domiciliado à rua Mem Lívio nº 483, na cidade de
 Dom Bosco, estado de Minas Gerais; comendador da ordem Frei Inácio Ribeiro,
 em representação da ordem, a quem se deu o nome de Presidente, para a primeira
 reunião, para a qual se deu o nome de Assembleia Geral e que tem por objetivos:
 1ª) Discussão e aprovação do projeto do Estatuto Social; 2ª) Constituição e fun-
 dação definitiva da associação, o nome da mesma e de Conselho Fiscal; 3ª)
 tratar assuntos relacionados com a constituição e fundação da associação. —
 ficando-se os Triluzes, o Presidente no sentido que precedeu a reunião de
 2ª) do Estatuto Social, cujas cópias se encontram nos autos desta primeira
 reunião. — Fim da reunião, o Presidente permitiu; e assim por artigos
 de apreciação e discussão e, em seguida, a
 Associação foi constituída e se emendou
 a seguinte: a Associação definitivamente fundada e constituída, a ASSOCIAÇÃO COM-
 UNITÁRIA DO POVO DE DOM BOSCO, presidida por João, da família de D. João
 e de Conselho Fiscal, para o primeiro período de gestão, que dirige ao seguinte
 estatuto: Presidente: José Geraldo Miguel, com documentação e endereço citados
 acima, Vice-Presidente: Eduardo de Jesus, naturalidade Brasília, endereço, un-
 derwood Wilton, RG - M 8.802.330, CPF - 030.640.136/37, residente na praça Dr.
 Augusto Almeida, 12 Dom Bosco/MB, Treasurers: Ivo Antônio da Silva, na-
 tionalidade Marília, estado, funcionário público, RG - M 423.2638 SSP/MB. e
 CPF - 541202006-83 residente à rua, Antônio Rêgo 616 Dom Bosco/MB. Acu-
 sado: Frei Inácio Ribeiro, naturalidade São Paulo, endereço, RG - M 9206035 SSP/MB
 CPF - 583858346-00, residente à rua, Antônio Rêgo nº 298, Dom Bosco/MB;
 autor de Patrimônio: Leônidas Augusto Nascimento, naturalidade São Paulo, o-
 no, endereço, RG - M 15.286.445 e CPF - 016.244.236-86, residente à rua



OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E
TABELIONATO DE NOTAS

Dom Vicoso - MG

Comarca de Carmo de Minas

Confere com o original que me foi
exibido. Dou Fé

Dom Vicoso 14 / 06 / 2012

Fernanda Marcia Alves de Alkmin
FERNANDA MÁRCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA

Tabela nº 1 - Lei 15.424
de 30/12/2004

Emolumentos: R\$ 3,44

Taxa Fiscalização: R\$ 1,07

Total: R\$ 4,51

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVO DE DOM VIÇOSO

Ofício de Registro Civil e Tabelionato
FERNANDA MÁRCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA
Dom Viçoso - MG
Comarca de Carmo de Minas
CEP. 37.474-000

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVO E DURAÇÃO

ARTIGO 1. Sob a denominação de **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVO DE DOM VIÇOSO**, fica constituída uma associação comunitária, sem fins lucrativos, que se regerá pelo presente Estatuto e pela legislação específica.

ARTIGO 2. A sede da Associação será a Rua Dom Ferrão, nº 483, centro, na cidade de Dom Viçoso, CEP: 37474-000.

ARTIGO 3. A Associação terá como objetivo a exploração e instalação de serviços de radiodifusão comunitária, com finalidade de dar oportunidade à difusão de idéias culturais, tradições, hábitos sociais da comunidade, formação e integração da comunidade nos aspectos de lazer, cultura e convívio social, prestar serviços de utilidade pública, contribuir para o aperfeiçoamento profissional, permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão, respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e do povo de Dom Viçoso, mediante concessão, permissão ou autorização que lhe outorgada por ato de poder público competente para a exploração dos serviços de radiodifusão, exploração que está sujeita e de acordo com a legislação específica.

PARÁGRAFO ÚNICO: Receberá o nome de **RADIO COMUNITÁRIA COLINAS FM**

ARTIGO 4. A duração da sociedade é por prazo indeterminado.

DOS SÓCIOS

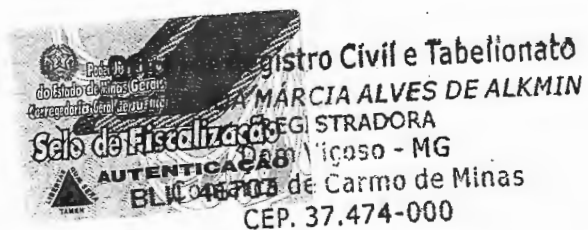
ARTIGO 5. São considerados sócios todos aqueles que, sem impedimentos legais, forem residentes na área de atuação da Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso, mediante preenchimento de formulário próprio, seja pessoa física ou entidade de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores desde que legalmente instituídas e sejam aprovados pela Diretoria e que mantenham fiel obediência a este estatuto e deliberações da sociedade.

ARTIGO 6. Ficam criadas duas categorias de sócios, a saber:

1. **Sócios Contribuintes:** são considerados sócios contribuintes quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que contribuam mensalmente com qualquer importância por ela designada.
2. **Sócios Beneméritos:** Quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que tenham prestado relevantes serviços à Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso.

ARTIGO 7. Terão direito a voto nas assembleias as duas categorias de sócios: beneméritos e





OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E
TABELIONATO DE NOTAS

Dom Viçoso - MG

Comarca de Carmo de Minas

Confere com o original que me foi
exibido. Dou Fé

Dom Viçoso 11 / 06 / 2012

Fernanda Marcia Alves de Alkmin
FERNANDA MARCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA

Tabela nº 1 - Lei 15.424
de 30/12/2004

Emolumentos R\$ 3,44

Taxa Fiscalização R\$ 1,07

Total: R\$ 4,51

- II. Representar ativa e passivamente a Associação judicial e extrajudicialmente, podendo para tal fim designar procurador;
- III. Em conjunto com o tesoureiro, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, assinar convênios, contrair obrigações, empréstimos e transigir desde que emitido parecer antecipado pelo Conselho Fiscal;
- IV. Tomar medidas urgentes em defesa dos interesses da Associação.

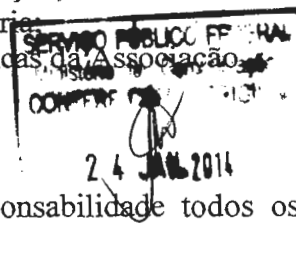
ARTIGO 14. São atribuições do **Vice-Presidente:**

- I. Substituir o presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II. Desempenhar as funções que o Presidente lhe confiar.

PARÁGRAFO ÚNICO: Ocorrendo a vacância do cargo de Presidente, o Vice-Presidente assumirá o cargo de Presidente e nele permanecerá até o restante do prazo para o qual foi o membro substituído.

ARTIGO 15. São atribuições do **Secretário:**

- I. Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembléia Geral e redigir as competentes atas;
- II. Publicar todas as atividades da Associação;
- III. Assinar correspondências da Associação;
- IV. Superintender os serviços de secretaria;
- V. Exercer no sentido de relações públicas da Associação.



ARTIGO 16. São atribuições do **Tesoureiro:**

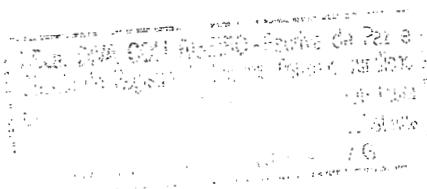
- I. Arrecadar e guardar sob sua responsabilidade todos os valores e pertences da Associação;
- II. Cobrar e receber contribuições, donativos ou rendas devidas à associação;
- III. Pagar todas as despesas, contas, obrigações, assinando com o presidente os cheques e ordem de pagamento;
- IV. Manter em ordem, clareza e atualizada a escritura contábil.

PARÁGRAFO ÚNICO: O tesoureiro será substituído em suas faltas ou impedimentos pelo Vice-Presidente.

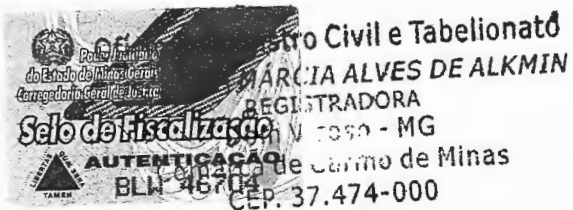
ARTIGO 17. São atribuições do **Diretor de Patrimônio:**

- I. Manter em ordem e atualizado o patrimônio móvel e imóvel da associação;
- II. Elaborar e apresentar o relatório patrimonial a Assembléia Geral e Conselho Fiscal.

ARTIGO 18. Nenhum membro da Diretoria será remunerado, para o desempenho de suas funções e respectivas atribuições.



[assinatura]



OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E
TABELIONATO DE NOTAS

Dom Viçoso - MG

Comarca de Carmo de Minas

Confere com o original que me foi
exibido. Dou Fé

Dom Viçoso 11 / 06 / 2012

Fernanda Marcia Alves de Alkmin
FERNANDA MÁRCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA

Tabela nº 1 - Lei 15.424
de 30/12/2004

Emolumentos R\$ 3,44

Taxa Fiscalização R\$ 1,07

Total: R\$ 4,51



PARÁGRAFO ÚNICO: Somente terão direito a voto nas Assembléias os brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

ARTIGO 8. Os membros da associação não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

DA DIRETORIA

ARTIGO 9. A associação será dirigida por uma Diretoria Executiva eleita em Assembléia Geral, para um período de quatro anos (04), podendo ou não ser reeleita.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os membros da diretoria deverão manter domicílio ou residência na área da comunidade atendida.

ARTIGO 10. Os membros da diretoria deverão ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

PARÁGRAFO ÚNICO: É vedado participar da administração membros que ocupem cargo eletivo, que assegure imunidade parlamentar ou foro especial.

ARTIGO 11. A Diretoria será composta dos seguintes cargos diretores:

1. Presidente
2. Vice-Presidente
3. Secretário
4. Tesoureiro
5. Diretor de Patrimônio

Ofício de Registro Civil e Tabelionato
FERNANDA MÁRCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA
Dom Vicoso - MG
Comarca de Carmo de Minas
CEP. 37.474-000

ARTIGO 12. Compete a Diretoria Executiva:

- I. Cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias e as deliberações da Assembléia Geral e Conselho Fiscal;
- II. Elaborar e apresentar anualmente à assembléia geral e Conselho Fiscal até vinte e oito(28) de fevereiro relatório circunstanciado de suas atividades, balanço patrimonial e a prestação de contas do exercício findo;
- III. Orientar toda a administração da Associação;
- IV. Apresentar ao Conselho Comunitário toda e qualquer Programação para acompanhar, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e das finalidades estabelecidas no artigo 3;
- V. Compete a diretoria compor o quadro pessoal da Rádio ao menos de dois terços (2/3) de trabalhadores brasileiros.

ARTIGO 13. Serão atribuições do **Presidente:**

- I. Os poderes de administração em geral, salvo os que neste estatuto são conferidos a Assembléia Geral e Conselho Fiscal, necessários ao desenvolvimento de suas atividades na Associação;
- II. Representar ativa e passivamente a Associação judicial e extrajudicialmente, podendo para tal fim designar procurador;
- III. Em conjunto com o tesoureiro. abrir, movimentar e encerrar contas





Registro Civil e Tabelionato

FERNANDA MARCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA
Dom Viçoso - MG
Comarca de Carmo de Minas
CEP. 37.474-000

**OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E
TABELIONATO DE NOTAS**

Dom Viçoso - MG

Comarca de Carmo de Minas

**Confere com o original que me foi
exibido. Dou Fé**

Dom Viçoso 14 / 06 / 2012

Fernanda Marcia Alves de Alkmin
FERNANDA MARCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA

**Tabela nº 1 - Lei 15.424
de 30/12/2004**

Emolumentos: R\$ 3,44

Taxa Fiscalização: R\$ 1,07

Total: R\$ 4,51

CONSELHO FISCAL

ARTIGO 19. O Conselho Fiscal compor-se-á de três (03) membros efetivos, cada um dos quais com um suplente, eleitos a cada dois anos pela Assembléias Geral da Associação, podendo ser reeleitos.

ARTIGO 20. O Conselho Fiscal tem suas atribuições e os poderes que são conferidos, podendo ser reeleitos.

ARTIGO 21. Os membros do Conselho Fiscal desempenharão suas funções e atribuições se remuneração.

ASSEMBLÉIA GERAL

ARTIGO 22. As Assembléias Gerais serão ordinárias com reunião no dia trinta (30) de Novembro(11) de cada ano, para eleger a Diretoria quando for o caso, aprovar as suas contas, eleger os membros do Conselho Fiscal e Conselho Comunitário.

ARTIGO 23. As Assembléias Gerais serão extraordinárias sempre que os interesses da Associação exigir o pronunciamento dos sócios e para os fins previstos por lei e nos seguintes casos: reforma dos estatutos, eleição de nova diretoria, por renúncia de membros em exercício.

ARTIGO 24. As Assembléias Gerais serão dirigidas Presidente da Associação que convidará um ou dois sócios presentes para servir de secretários, na composição da mesa que dirigirá os trabalhos da Assembléia.

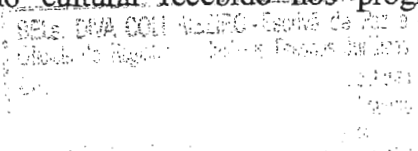
CONSELHO COMUNITÁRIO

ARTIGO 25. O Conselho Comunitário será instituído de no mínimo cinco (05) pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações, de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas.

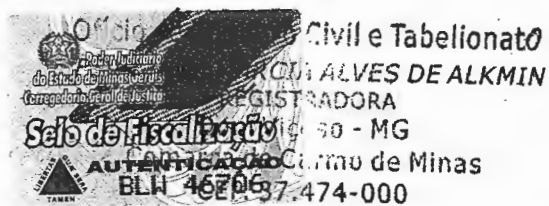
ARTIGO 26. O Conselho Comunitária terá o fim específico de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e aos princípios da Lei que rege a matéria.

PATRIMÔNIO

ARTIGO 27. O patrimônio social será constituído das contribuições dos seus sócios doações, subvenções, legados e do apoio cultural recebido nos programas transmitidos pela Rádio Comunitária Colinas FM.



[assinatura]



**OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E
TABELIONATO DE NOTAS**

Dom Vicoso - MG

Comarca de Carmo de Minas

**Confere com o original que me foi
exibido. Dou Fé**

Dom Vicoso 11 / 06 / 2012

Fernanda Marcia Alves de Alkmin
FERNANDA MÁRCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA

**Tabela nº 1 - Lei 15.424
de 30/12/2004**

Emolumentos: R\$ 3,44

Taxa Fiscalização: R\$ 1,07

Total: R\$ 4,51

ARTIGO 28. A alienação, hipoteca, penhor, venda ou troca dos bens patrimoniais da Associação somente poderá ser decidida por aprovação da maioria absoluta da assembléia geral extraordinária, convocada especificamente para tal fim.

EXERCÍCIO SOCIAL

ARTIGO 29. O exercício social terá a duração de um ano, terminando em 31 de dezembro de cada ano.

ARTIGO 30. No fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar com base na escrituração contábil da Associação, um balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício e uma demonstração das origens e aplicações de resultados.

LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 31. A Associação poderá ser extinta por deliberação da maioria dos associados, em qualquer tempo, desde que seja convocada uma assembléia geral extraordinária para tal fim.

ARTIGO 32. A Associação também poderá ser extinta por determinação legal.

ARTIGO 33. No caso de extinção, competirá a Assembléia Geral extraordinária estabelecer o modo de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que devam funcionar durante o período de liquidação.

ARTIGO 34. Em caso de extinção da associação competirá a Assembléia Geral extraordinária designar a que entidade serão doados os bens.

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

ARTIGO 35. O estatuto desta associação poderá receber alterações, desde que mantidos os termos e condições inicialmente exigidos para outorga da autorização, devendo apresentar ao poder concedente para fins de registro e controle os atos que caracterizam as alterações devidamente averbadas ou registradas dentro de 30 (trinta) dias contados de sua efetivação.

ARTIGO 36. Os casos omissos serão analisados pela Diretoria Executiva e encaminhados a assembléia geral para apreciação.

ARTIGO 37. Fica eleito o foro da Comarca de Carmo de Minas, Estados de Minas Gerais, para qualquer ação fundada neste estatuto.

ARTIGO 38. O presente estatuto entra em vigor a partir da data de seu registro.

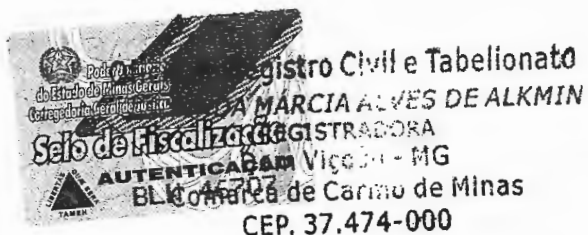
Dom Viçoso, MG, maio de 2007.

Atualizado em 18 de abril de 2012.

Wanderley Paulino
Wanderley Paulino
Presidente



Certifico que em data de 23/05/12, foi feito o registro do Estatuto antes mencionado sob o nº 115 fls 70 do L.A.O. de registros especiais, datado de 18/04/12, conforme copia aqui anexa.



OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E
TABELIONATO DE NOTAS

Dom Viçoso - MG

Comarca de Carmo de Minas

Confere com o original que me foi
exibido. Dou Fé

Dom Viçoso 11 / 06 / 2012

Fernanda Marcia Alves de Alkmin
FERNANDA MÂRCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA

Tabela nº 1 - Lei 15.424
de 30/12/2004

Emolumentos: RM 3,40

Taxa Fiscalização: RM 1,00

Taxa: RM 4,40



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

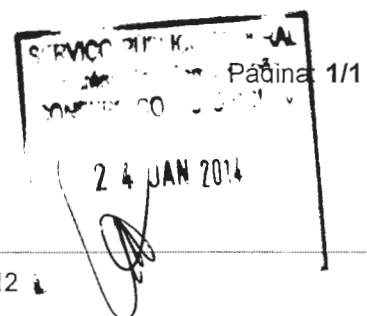
Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 09.307.904/0001-39 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 04/09/2007
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA DO POVO DE DOM VICOSO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASSOCIACAO COMUNITARIA DO POVO DE DOM VICOSO			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R DOM FERRAO	NÚMERO 483	COMPLEMENTO CASA: DO GERALDINHO;	
CEP 37.474-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO DOM VICOSO	UF MG
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/09/2007	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **03/04/2012** às **12:32:02** (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: **ASSOCIACAO COMUNITARIA DO POVO DE DOM VICOSO**
CNPJ: **09.307.904/0001-39**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

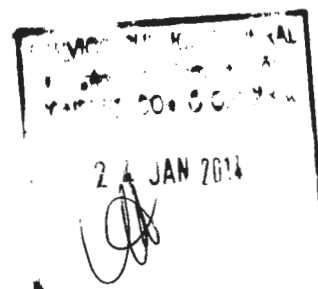
Emitida às 15:11:03 do dia 24/04/2012 <hora e data de Brasília>.

Válida até 21/10/2012.

Código de controle da certidão: **7BFB.4543.C28A.CEE6**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

DRMC - 03
Fls.: 74
Rubrica: [assinatura]
Comunicação**CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS**
NegativaCERTIDÃO EMITIDA EM:
29/03/2012CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
27/06/2012

NOME: ASSOCIACAO COMUNITARIA DO POVO DE DOM VICOSO

CNPJ/CPF: 09.307.904/0001-39

LOGRADOURO: DOM FERRÃO

NÚMERO: 483

COMPLEMENTO:

BAIRRO: centro

CEP: 37474000

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: DOM VICOSO

UF: MG

Certificamos não haver débito de responsabilidade do interessado acima identificado, ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual vir a constituir e cobrar novos créditos tributários que ainda não foram apurados ou lançados até esta data. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na internet, página da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (<http://www.fazenda.mg.gov.br>).

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2012000089188349

SECRETARIA DE FAZENDA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
FISCALIA
JAN 2014

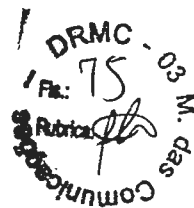


PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM VIÇOSO - MG

Rua Valdemar de Oliveira, 01 Centro 37.474-000 Dom Viçoso / MG.

CNPJ: 18.188.268/0001-64 Fone/Fax: (35) 3375-1100 E-mail: prefdomvicoso@starweb.com.br

Tributação Municipal



Certidão Negativa

Identificação

Nome: **Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso –**

CNPJ: nº 09.307.904/0001-39

Endereço: Rua Dom Ferrão, 483 - Centro- CEP: 37474-000 Dom Viçoso –

Início em: 18/02/2008

Atividade: Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte

Inscrição

Controle: 000175

Certifico de acordo com o despacho da seção de tributação da Prefeitura Municipal de Dom Viçoso, Estado de Minas Gerais, exarado em requerimento protocolado nesta Prefeitura que revendo os rol's de lançamento, verifiquei que **NADA É DEVIDO** à Fazenda Municipal até a presente data, com referência ao IPTU, Água, Esgoto, ISS, Alvará e taxas nos exercícios de 03/04/05/06/07/08/09/10/11/12 que recaem sobre o contribuinte acima.

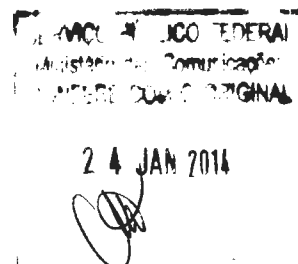
OBS.: Esta certidão é válida por 90 dias

O referido é verdade e dou fé, eu, responsável pelo serviço tributário de Dom Viçoso, Estado de Minas Gerais, conferi, subscrevo e assino.

Dom Viçoso, 02 de abril de 2012.

Valkíria Imaculada de Paula
Valkíria de Paula Alves
Supervisora do Cadastro
CPF: 045.886.936-89

Tributação Municipal
Assinatura e Carimbo





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
E ÀS DE TERCEIROS

Nº 000112012-11031904

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DO POVO DE DOM VICOSO

CNPJ: 09.307.904/0001-39

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art. 931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

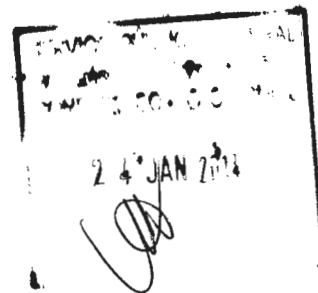
Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 24/04/2012.

Válida até 21/10/2012.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 09307904/0001-39
Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA DO POVO DE DOM VICOSO
Nome Fantasia: ASSOCIACAO COMUNITARIA DO POVO DE DOM VICOSO
Endereço: RUA DOM FERRAO 483 CASA DO GERALDINHO / CENTRO / DOM VICOSO / MG / 37474-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

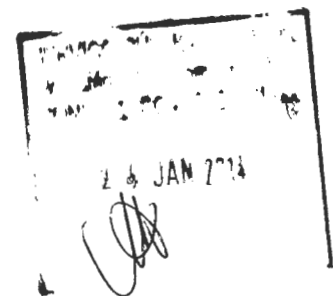
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 05/06/2012 a 04/07/2012

Certificação Número: 2012060517362711007234

Informação obtida em 06/06/2012, às 11:10:51.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.calxa.gov.br**



Bureau de Radiodifusão Comunitária, intercedido na Delegacia Regional em Minas Gerais do Ministério das Comunicações em 02/12/2012. O Presidente Wanderley Paulino abriu a reunião cumprimentando os presentes e comunicando que, após recebimento do ofício 159/2012 DRMV-03/MC e Nota Técnica 98/2012/DRMV-03/MC os membros desta Associação precisaram discutir sobre pendências apresentadas nos documentos recebidos. A principal delas é que, de acordo com a Nota Técnica recebida os registros do estatuto social e das atas de constituição e eleições dos atuais dirigentes encontram-se errados. Estes registros deverão ser feitos no Livro "A" do Registro de Pessoa Jurídica. Informou que buscou de diversos lugares o Estatuto original para fazer o registro correto, mas os antigos dirigentes não têm notícia do mesmo, alegando ter a cópia de que o mesmo tenha sido enviado em formato original, há cerca de cinco anos, para o Ministério das Comunicações. A secretária desta Associação, Valquíria Imaculada de Paula, Aires, relatou aos presentes que fez contato com a Delegacia Regional em Minas Gerais do Ministério das Comunicações com a pessoa de Fernando Pellis Fernandes, analista técnico administrativo, para buscar uma solução para o caso. Neste contato foi informada que o Estatuto poderia ser atualizado e registrado pelo novo presidente e registrado de maneira correta. Na oportunidade de atualização a analista ainda informou que uma vez que a atualização estava sendo feita, a Associação deveria passar constar no mesmo no artigo 3º que a Associação tem como objetivo a exploração e instalação de serviços de rádio difusão comunitária, já que no estatuto original omitia-se a palavra comunitária. Os dirigentes presentes entenderam o fato e concordaram com a atualização do estatuto. Sendo assim a secretária Valquíria Imaculada de Paula, Aires se encarregou de providenciar a atualização do estatuto e seu registro conforme exigido pelo

SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
INTERE COM O TRIBUNAL

24 JAN 2014



OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E
TABELIONATO DE NOTAS

Dom Viçoso - MG

Comarca de Carmo de Minas

Confere com o original que me foi
exibido. Dou Fé

Dom Viçoso 06 / 06 / 2012

Fernanda Marcia Alves de Alkmin
FERNANDA MÁRCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA

Tabela nº 1 - Lei 15.424
de 30/12/2004

Emolumentos R\$ 3,44

Taxa Fiscalização R\$ 1,07

Total: R\$ 4,51

Ministério das Comunicações. Nada mais havendo a
tratar o presidente encerrou a reunião e para constar eu,
Talciria Imaculada de Paula Alves, secretária, lavrei a
presente ata que segue assinada por mim, pelo presidente
e demais presentes. Talciria F. de Paula Alves, Elizângela
Maria da Silva, Marlene Apa dos Santos, Wanderley Paulino
Francisco Resini Pinto

Ofício Civil e Tabelionato
MARCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA
Dom Viçoso - MG
Comarca de Carmo de Minas
CEP. 37.474-000

OFICIO DE REGISTRO CIVIL E
TABELIONATO DE NOTAS
Dom Viçoso - MG
Comarca de Carmo de Minas
Confere com o original que me foi
exibido. Dou Fé
Dom Viçoso 06/06/2012

Fernanda Marcia Alves de Alkmin
FERNANDA MARCIA ALVES DE ALKMIN
REGISTRADORA

Tabela nº 1 - Lei 15.424
de 30/12/2004
Emolumentos R\$ 3,44
Taxa Fiscalização R\$ 1,07
Total: R\$ 4,51

24 JAN 2013

100-443886-100
JAN 2 1964

 imprimir

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais,
Fiscais e JEF (Cível e Criminal)

Nº 128596

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

WANDERLEY PAULINO, ou vinculado ao **CPF: 073.600.586-27**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**, com base na Portaria nº 851/04-DIREF;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais (**www.jfmg.jus.br**);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.

Belo Horizonte - MG, 15h53, 29/03/2012.

Endereço: Av. Álvares Cabral, 1807 - Bairro Santo Agostinho, CEP: 30170-001, Belo Horizonte-MG.
Fone: (31) 2129-6502. e-Mail: nucju.mg@trf1.jus.br



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 559012

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

WANDERLEY PAULINO, ou vinculado ao **CPF: 073.600.586-27**,

NADA CONSTA no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

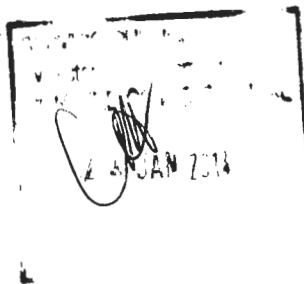
Esta certidão abrange apenas o Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**, com base na Portaria nº 600-276 de 31 de Agosto de 2009;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**www.trf1.jus.br**);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1

Brasília - DF, 14h24, 28/03/2012.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A
Praça dos Tribunais Superiores.CEP: 70070-900 Brasília/DF.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: secju@trf1.jus.br



* A T E S T A D O D E A N T E C E D E N T E S *

Nome: WANDERLEY PAULINO

Registro Geral: M - 9247448

Nome do Pai: SEBASTIAO VICENTE PAULINO

Nome da Mãe: ROSA MARIA PAULINO

Data de Nascimento: 06/08/1976

Naturalidade: DOM VICOSO / MG

Nacionalidade: BRASILEIRA



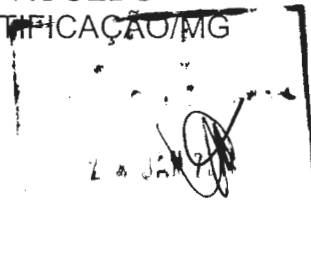
ATESTO que, em pesquisa realizada nesta data, às 13 h. 56 min., no sistema de informações policiais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, nenhum registro de antecedente criminal foi encontrado em desfavor da pessoa acima qualificada.

Belo Horizonte, 28/03/2012

Autoridade Policial:

Dr.ª LETÍCIA ALESSI MACHADO ROGÊDO
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO/MG

Número de Controle: 5548322



Atenção! Para verificar a autenticidade do atestado:

- Acesse o site: www.pc.mg.gov.br/atestado
- Clique no botão [Conferir]
- Preencha o campo [Número do RG] e [Número de Controle] e informe os caracteres no campo solicitado
- Clique no botão [Conferir]



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

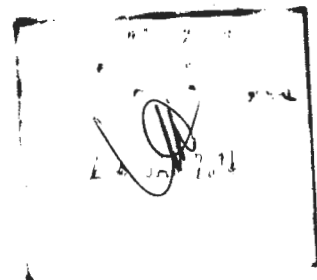
**Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **WANDERLEY PAULINO**
Inscrição: **102889480213** Zona: 75 Seção: 35
Município: 44555 - DOM VIÇOSO UF: MG
Data de Nascimento: 06/03/1976 Domiciliado desde: 11/03/1992
Filiação: ROSA MARIA PAULINO
SEBASTIAO VICENTE PAULINO

Certidão emitida às 15:30 de 28/03/2012

Esta certidão de crimes eleitorais é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **+TD9.AHJ4.UNLH.5DH4**





JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

**Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado ESTÁ QUITE com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **WANDERLEY PAULINO**
Inscrição: **102889480213** Zona: 75 Seção: 35
Município: 44555 - DOM VIÇOSO UF: MG
Data de Nascimento: 06/03/1976 Domiciliado desde: 11/03/1992
Filiação: ROSA MARIA PAULINO
SEBASTIAO VICENTE PAULINO

Certidão emitida às 15:29 de 28/03/2012

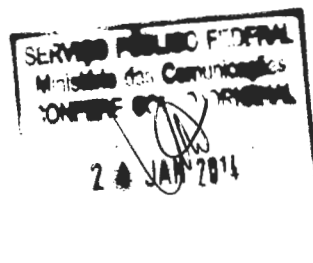
Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta certidão de quitação eleitoral é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **8JQU.3M+Ø.ZKEF.H8WE**

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS


Nº 16026952012 - DPF/VAG/MG

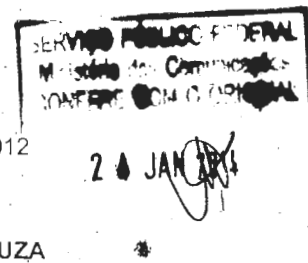
ANA PAULA DE MOURA LEITE SOUZA, Escrivão (ã) de Polícia Federal, lotado(a) e em exercício no(a), DELEGACIA DE POLICIA FEDERAL EM VARGINHA - MG, no uso de suas atribuições, atendendo a requerimento do interessado e com observância aos termos do art. 14 da Instrução Normativa nº 005/2008 - DG/DPF, **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **MARLENE*APARECIDA*DOS*SANTOS**, nacionalidade brasileira, filho(a) de **HELIO VITOR DOS SANTOS** e **IRENE SILVA DOS SANTOS**, nascido(a) aos 08/12/1968, natural de DOM VIÇOSO/MG, Documento de Identificação MG11659797 SSP/MG.

Observações:

- 1) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 2) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 3) Esta certidão é válida por 90 dias.

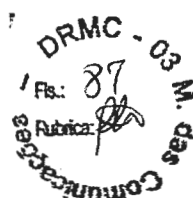
VARGINHA-MG, 16:44 de 21/05/2012


ANA PAULA DE MOURA LEITE SOUZA
ESCRIVÃO (Ã) DE POLÍCIA FEDERAL
SEGUNDA CLASSE - Mat. nº 0016455
DPF/VAG/MG





PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais,
Fiscais e JEF (Cível e Criminal)

Nº 128593

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

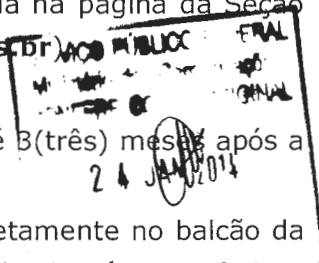
MARLENE APARECIDA DOS SANTOS, ou vinculado ao **CPF: 040.030.286-19**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

Observações:

- Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**, com base na Portaria nº 851/04-DIREF;
- a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais (www.jfmg.jus.br);
- válida por 30 (trinta) dias;
- a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.



Belo Horizonte - MG, 15h53, 29/03/2012.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 559005

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

MARLENE APARECIDA DOS SANTOS, ou vinculado ao **CPF: 040.030.286-19**,

NADA CONSTA no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

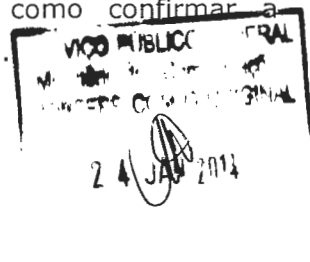
Esta certidão abrange apenas o Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**, com base na Portaria nº 600-276 de 31 de Agosto de 2009;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**www.trf1.jus.br**);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília - DF, 14h23, 28/03/2012.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A
Praça dos Tribunais Superiores.CEP: 70070-900 Brasília/DF.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: secju@trf1.jus.br



* A T E S T A D O D E A N T E C E D E N T E S *

Nome: MARLENE APARECIDA DOS SANTOS

Registro Geral: MG - 11659797

Nome do Pai: HELIO VITOR DOS SANTOS

Nome da Mãe: IRENE SILVA DOS SANTOS

Data de Nascimento: 08/12/1968

Naturalidade: DOM VICOSO / MG

Nacionalidade: BRASILEIRA



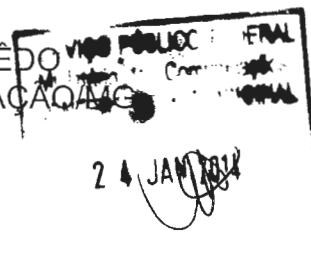
ATESTO que, em pesquisa realizada nesta data, às 13 h. 54 min., no sistema de informações policiais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, nenhum registro de antecedente criminal foi encontrado em desfavor da pessoa acima qualificada.

Belo Horizonte, 28/03/2012

Autoridade Policial:

Dr^a LETÍCIA ALESSI MACHADO ROGÊDO
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Número de Controle: 5548290



Atenção! Para verificar a autenticidade do atestado:

- Acesse o site: www.pc.mg.gov.br/atestado
- Clique no botão [Conferir]
- Preencha o campo [Número do RG] e [Número de Controle] e informe os caracteres no campo solicitado
- Clique no botão [Conferir]



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL



Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada ESTÁ QUITE com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **MARLENE APARECIDA DOS SANTOS**

Inscrição: **083936640256**

Zona: 75

Seção: 21

Município: 44555 - DOM VIÇOSO

UF: MG

Data de Nascimento: 08/12/1968

Domiciliada desde: 28/07/1988

Filiação: IRENE SILVA DOS SANTOS

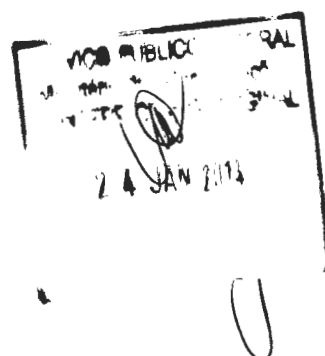
HELIO VITOR DOS SANTOS

Certidão emitida às 15:41 de 29/03/2012

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos." A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta certidão de quitação eleitoral é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **PMQ+.EEH3.E5H/.YBVO**





JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

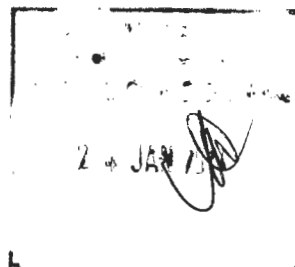
**Certidão**

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **MARLENE APARECIDA DOS SANTOS**
Inscrição: **083936640256** Zona: 75 Seção: 21
Município: 44555 - DOM VIÇOSO UF: MG
Data de Nascimento: 08/12/1968 Domiciliada desde: 28/07/1988
Filiação: IRENE SILVA DOS SANTOS
HELIO VITOR DOS SANTOS

Certidão emitida às 15:42 de 29/03/2012

Esta certidão de crimes eleitorais é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **ZHCM.WIPN.XBLZ.HWR9**





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

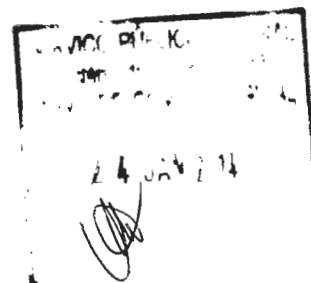
Nº 10283762012

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **FRANCISCO*ROSINEI*PINTO**, nacionalidade brasileira, filho(a) de VICTOR PINTO e MARIA NAZARE PINTO, nascido(a) aos 19/07/1976, natural de SAO LOURENÇO/MG, Documento de identificação M8378403 SSP/MG, CPF 032.844.616-55.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 13:43 de 28/03/2012





PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais,
Fiscais e JEF (Cível e Criminal)

Nº 128579

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

FRANCISCO ROSINEI PINTO, ou vinculado ao **CPF: 073.600.586-27**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**, com base na Portaria nº 851/04-DIREF;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais (www.jfmg.jus.br);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3 (três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.

Belo Horizonte - MG, 15h50, 29/03/2012.

Endereço: Av. Álvares Cabral, 1807 - Bairro Santo Agostinho, CEP: 30170-001, Belo Horizonte-MG.
Fone: (31) 2129-6502. e-Mail: nucju.mg@trf1.jus.br



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 558944

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

FRANCISCO ROSINEI PINTO, ou vinculado ao **CPF: 073.600.586-27**,

NADA CONSTA no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

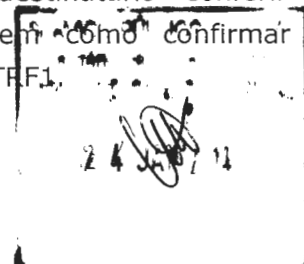
Esta certidão abrange apenas o Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**, com base na Portaria nº 600-276 de 31 de Agosto de 2009;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**www.trf1.jus.br**);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília - DF, 14h19, 28/03/2012.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A
Praça dos Tribunais Superiores.CEP: 70070-900 Brasília/DF.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: secju@trf1.jus.br





JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

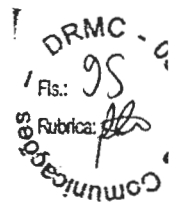
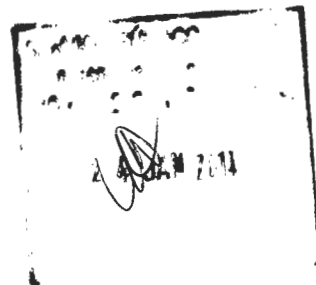
Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **FRANCISCO ROSINEI PINTO**
Inscrição: **109667120230** Zona: 75 Seção: 35
Município: 44555 - DOM VIÇOSO UF: MG
Data de Nascimento: 19/07/1976 Domiciliado desde: 04/04/1995
Filiação: MARIA NAZARE PINTO
VICTOR PINTO

Certidão emitida às 14:30 de 28/03/2012

Esta certidão de crimes eleitorais é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **1FFK.7PXC.GT9C.P620**





JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

**Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado ESTÁ QUITE com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **FRANCISCO ROSINEI PINTO**Inscrição: **109667120230**

Zona: 75

Seção: 35

Município: 44555 - DOM VIÇOSO

UF: MG

Data de Nascimento: 19/07/1976

Domiciliado desde: 04/04/1995

Filiação: MARIA NAZARE PINTO

VICTOR PINTO

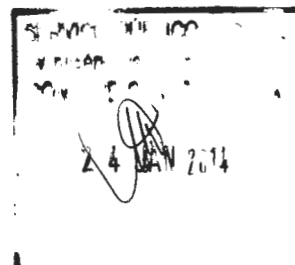
Certidão emitida às 14:31 de 28/03/2012

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta certidão de quitação eleitoral é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **WFJP.JQ6C.ZHPO.QREW**



* A T E S T A D O D E A N T E C E D E N T E S *

Nome: FRANCISCO ROSINEI PINTO

Registro Geral: M - 8378403

Nome do Pai: VICTOR PINTO

Nome da Mãe: MARIA NAZARE PINTO

Data de Nascimento: 19/07/1976

Naturalidade: SAO LOURENCO / MG

Nacionalidade: BRASILEIRA



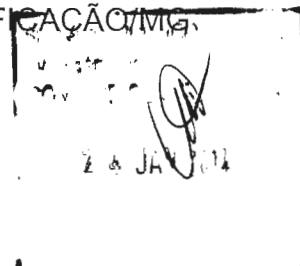
ATESTO que, em pesquisa realizada nesta data, às 13 h. 50 min., no sistema de informações policiais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, nenhum registro de antecedente criminal foi encontrado em desfavor da pessoa acima qualificada.

Belo Horizonte, 28/03/2012

Autoridade Policial:

Dr^a LETÍCIA ALESSI MACHADO ROGÊDO
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO/MG

Número de Controle: 5548250



Atenção! Para verificar a autenticidade do atestado:

- Acesse o site: www.pc.mg.gov.br/atestado
- Clique no botão [Conferir]
- Preencha o campo [Número do RG] e [Número de Controle] e informe os caracteres no campo solicitado
- Clique no botão [Conferir]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

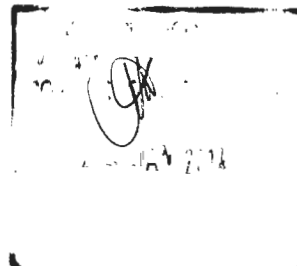
Nº 10283202012

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **VALKIRIA*IMACULADA*DE*PAULA*ALVES**, nacionalidade brasileira, filho(a) de PEDRO DE PAULA SOUZA e ANA ELIZA PEREIRA DE PAULA, nascido(a) aos 27/07/1981, natural de SAO LOURENÇO/MG, Documento de identificação MG11766523 PC/MG, CPF 045.886.936-89.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>)
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 13:41 de 28/03/2012



 imprimir

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais,
Fiscais e JEF (Cível e Criminal)

Nº 128575



CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

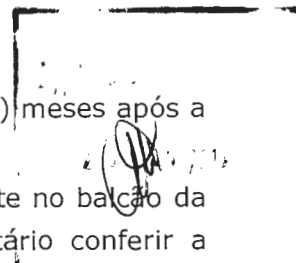
VALQUIRIA IMACULADA DE PAULA ALVES, ou vinculado ao **CPF: 045.886.936-89**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**, com base na Portaria nº 851/04-DIREF;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais (**www.jfmg.jus.br**);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.



Belo Horizonte - MG, 15h50, 29/03/2012.

Endereço: Av. Álvares Cabral, 1807 - Bairro Santo Agostinho, CEP: 30170-001, Belo Horizonte-MG.
Fone: (31) 2129-6502. e-Mail: nucju.mg@trf1.jus.br



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 558778

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

VALKIRIA IMACULADA DE PAULA ALVES, ou vinculado ao **CPF: 045.886.936-89**,

NADA CONSTA no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

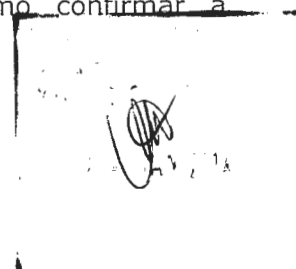
Esta certidão abrange apenas o Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**, com base na Portaria nº 600-276 de 31 de Agosto de 2009;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**www.trf1.jus.br**);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília - DF, 14h07, 28/03/2012.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A
Praça dos Tribunais Superiores.CEP: 70070-900 Brasília/DF.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: secju@trf1.jus.br





JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL



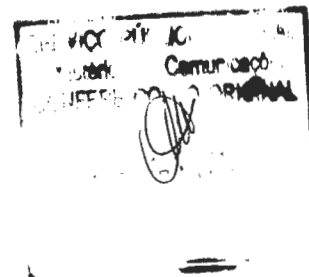
Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **VALKIRIA IMACULADA DE PAULA**
Inscrição: **132446210299** Zona: 75 Seção: 47
Município: 44555 - DOM VIÇOSO UF: MG
Data de Nascimento: 27/07/1981 Domiciliada desde: 06/05/1998
Filiação: ANA ELIZA PEREIRA DE PAULA
PEDRO DE PAULA SOUZA

Certidão emitida às 14:33 de 28/03/2012

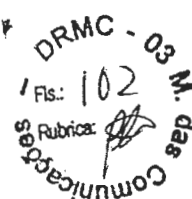
Esta certidão de crimes eleitorais é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **GFN+.EXXT.E50L.4ZS/**





JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL



Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada ESTÁ QUITE com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **VALKIRIA IMACULADA DE PAULA**
 Inscrição: **132446210299** Zona: 75 Seção: 47
 Município: 44555 - DOM VIÇOSO UF: MG
 Data de Nascimento: 27/07/1981 Domiciliada desde: 06/05/1998
 Filiação: ANA ELIZA PEREIRA DE PAULA
 PEDRO DE PAULA SOUZA

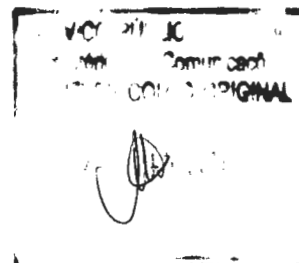
Certidão emitida às 14:34 de 28/03/2012

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta certidão de quitação eleitoral é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **NVIE.PHAL.EALJ.GGJV**



* A T E S T A D O D E A N T E C E D E N T E S *

Nome: VALKIRIA IMACULADA DE PAULA ALVES

Registro Geral: MG - 11766523

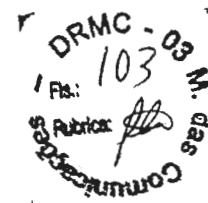
Nome do Pai: PEDRO DE PAULA SOUZA

Nome da Mãe: ANA ELIZA PEREIRA DE PAULA

Data de Nascimento: 27/07/1981

Naturalidade: SAO LOURENCO / MG

Nacionalidade: BRASILEIRA



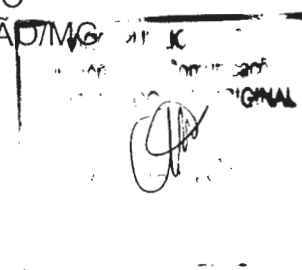
ATESTO que, em pesquisa realizada nesta data, às 13 h. 50 min., no sistema de informações policiais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, nenhum registro de antecedente criminal foi encontrado em desfavor da pessoa acima qualificada.

Belo Horizonte, 28/03/2012

Autoridade Policial:

Dr.ª LETÍCIA ALESSI MACHADO ROGÊDO
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO/MG

Número de Controle: 5548241



Atenção! Para verificar a autenticidade do atestado:

- Acesse o site: www.pc.mg.gov.br/atestado
- Clique no botão [Conferir]
- Preencha o campo [Número do RG] e [Número de Controle] e informe os caracteres no campo solicitado
- Clique no botão [Conferir]



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL



CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

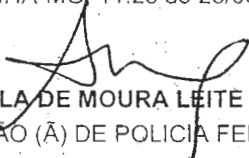
Nº 16567882012 - DPF/VAG/MG

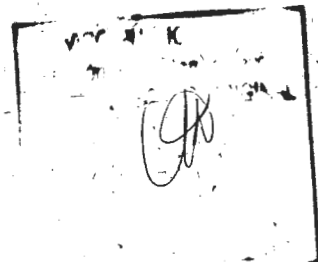
ANA PAULA DE MOURA LEITE SOUZA, Escrivão (ã) de Polícia Federal, lotado(a) e em exercício no(a) DELEGACIA DE POLICIA FEDERAL EM VARGINHA - MG, no uso de suas atribuições, atendendo a requerimento do interessado e com observância aos termos do art. 14 da Instrução Normativa nº 005/2008 - DG/DPF, **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **ELIZANGELA*MARIA*DA*SILVA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de JOSE NILTON DA SILVA e MARIA VILMA DA SILVA, nascido(a) aos 31/12/1979, natural de SÃO LOURENÇO/MG, Documento de Identificação MG10701351 SSP/MG, CPF 044.969.326-01.

Observações:

- 1) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 2) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 3) Esta certidão é válida por 90 dias.

VARGINHA-MG, 11:23 de 25/05/2012


ANA PAULA DE MOURA LEITE SOUZA
ESCRIVÃO (A) DE POLICIA FEDERAL
SEGUNDA CLASSE - Mat. nº 0016455
DPF/VAG/MG





PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais,
Fiscais e JEF (Cível e Criminal)

Nº 128597

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

ELIZANGELA MARIA DA SILVA, ou vinculado ao **CPF: 044.969.326-01**,

N A D A C O N S T A na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

Esta certidão abrange todas as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**, com base na Portaria nº 851/04-DIREF;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais (**www.jfmg.jus.br**);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.

Belo Horizonte - MG, 15h54, 29/03/2012.

Endereço: Av. Álvares Cabral, 1807 - Bairro Santo Agostinho, CEP: 30170-001, Belo Horizonte-MG.
Fone: (31) 2129-6502. e-Mail: nucju.mg@trf1.jus.br



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região



Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis e Criminais

Nº 558996

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

ELIZANGELA MARIA DA SILVA, ou vinculado ao **CPF: 044.969.326-01**,

N A D A C O N S T A no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Esta certidão abrange apenas o Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**, com base na Portaria nº 600-276 de 31 de Agosto de 2009;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Tribunal Regional Federal da 1ª Região (**www.trf1.jus.br**);
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) a autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 3(três) meses após a sua expedição.
- f) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Protocolo do TRF1, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TRF1.

Brasília - DF, 14h23, 28/03/2012.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A
Praça dos Tribunais Superiores.CEP: 70070-900 Brasília/DF.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: secju@trf1.jus.br



* A T E S T A D O D E A N T E C E D E N T E S *

Nome: ELIZANGELA MARIA DA SILVA

Registro Geral: MG - 10701351

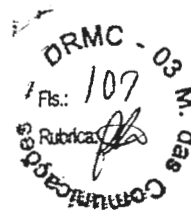
Nome do Pai: JOSE NILTON DA SILVA

Nome da Mãe: MARIA VILMA DA SILVA

Data de Nascimento: 31/12/1979

Naturalidade: SAO LOURENCO / MG

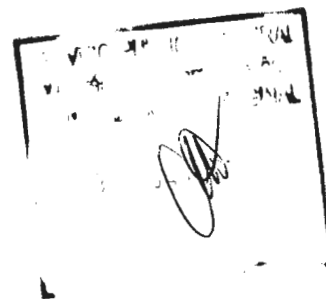
Nacionalidade: BRASILEIRA



ATESTO que, em pesquisa realizada nesta data, às 13 h. 52 min., no sistema de informações policiais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, nenhum registro de antecedente criminal foi encontrado em desfavor da pessoa acima qualificada.

Belo Horizonte, 28/03/2012

Autoridade Policial:



Dr^a LETÍCIA ALESSI MACHADO ROGÊDO
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO/MG

Número de Controle: 5548273

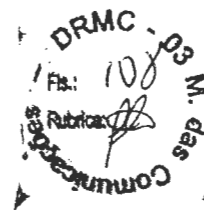
Atenção! Para verificar a autenticidade do atestado:

- Acesse o site: www.pc.mg.gov.br/atestado
- Clique no botão [Conferir]
- Preencha o campo [Número do RG] e [Número de Controle] e informe os caracteres no campo solicitado
- Clique no botão [Conferir]



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

**Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **ELIZANGELA MARIA DA SILVA**Inscrição: **109662470248**

Zona: 75

Seção: 20

Município: 44555 - DOM VIÇOSO

UF: MG

Data de Nascimento: 31/12/1979

Domiciliada desde: 08/02/1996

Filiação: **MARIA VILMA DA SILVA****JOSE NILTON DA SILVA**

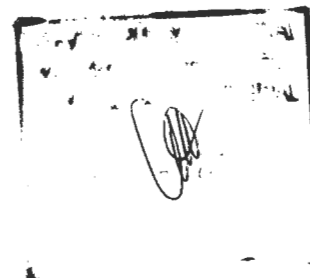
Certidão emitida às 15:41 de 07/06/2012

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral recai na plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inexistência de pena da nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta certidão de quitação eleitoral é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

PL+S.FZNV.J3YN.V7X4



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL



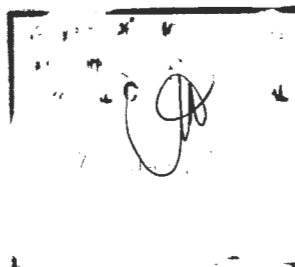
Certidão

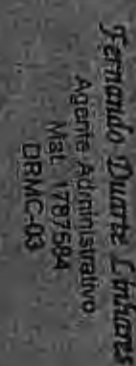
Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **ELIZANGELA MARIA DA SILVA**
Inscrição: **109662470248** Zona: 75 Seção: 20
Município: 44555 - DOM VIÇOSO UF: MG
Data de Nascimento: 31/12/1979 Domiciliada desde: 08/02/1996
Filiação: **MARIA VILMA DA SILVA**
JOSE NILTON DA SILVA

Certidão emitida às 15:39 de 07/06/2012

Esta certidão de crimes eleitorais é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **XHJH.5JL6.MG+H.CZLK**





MANUSCRIPT
DAS COACHING ACADEMY
CONFIDENTIAL COM D ORIGINAL

EM 20 / 06 / 2012

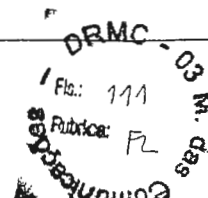
Fernando Duarte Lima

Contorno art. 27, § 8º, Lei nº 9.131-10-08

DRMC - 03 M. de
Comunicações
R. Rui
1. Psi. 110

Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso
Rua Dom Ferrão, nº 483 – Centro
CEP: 37474-000
Dom Viçoso/MG

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE TRIAGEM E SELEÇÃO DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.065306/11 Localidade/UF: Dom Vicoso/MG
 Entidade: Associação Comunitária do Povo de Dom Vicoso
 Aviso: 41 Publicação: 26/10/2011 Prazo: 25/26/2011 Canal: 285

Processo					
1.	A Entidade é uma:	Associação			
2.	Requerimento de Solicitação?	Sim			
Fls. 02					
3.	A Entidade tem por objetivo a execução de Serviço de Radiodifusão?	Sim			
4.	O Estatuto e Atas estão registrados no órgão competente?	Sim			
Estuto: Fls. 04 a 09 (precisa corrigir o registro) Ata de Fundação: Fls. 10 e 11 (precisa corrigir o registro) Ata de Eleição: Fls. 12 e 13 (precisa corrigir o registro)					
5.	Os Estatutos ou Atos Constitutivos da entidade atendem o Art 11º da Lei nº 9.612?	Sim			
6.	Comprovante de que obteve o assentimento prévio do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República?	Não se Aplica			
7.	Manifestações de apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área retendida para a prestação do Serviço ou, no caso de localidades cuja área urbana estiver circunscrita a um círculo com raio menor ou igual a 3,5 Km, sediadas na área urbana da localidade, firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou	Sim			
Manifestações de apoio: Fls. 30 a 39					
8.	Declaração, assinada pelo representante legal, constando, se for o caso, a denominação de fantasia da entidade?	Sim			
Fls. 28					
9.	Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, de que todos os dirigentes residem na área de comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso?	Sim			
Fls. 28					
10.	Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não é prestadora de qualquer modalidade de Serviço da Radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de canais de televisão mediante assinatura, bem como de que a entidade não tem como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições participem de outra entidade detentora de outorga para a execução de qualquer dos serviços mencionados?	Sim			
Fls. 28					
11.	Nº de Inscrição no CNPJ(CGC)?	Sim			
Fls. 03					
12.	Quadro Diretivo da Associação ou Fundação	Mandato: 04 anos		Validade: 25/11/2015	
	Nome do Dirigente	CPF	Cargo	Maioridade / Emancipação	Nacionalidade
	Wanderley Paulino	001.111.111-11	Presidente	Sim	Sim
	Marlene Aparecida dos Santos	002.222.222-22	Vice-Presidente	Sim	Sim
	Valkíria Imaculada de Paula Alves	003.333.333-33	Secretário	Sim	Sim
	Francisco Rosinei Pinto	004.444.444-44	Tesoureiro	Sim	Sim

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE TRIAGEM E SELEÇÃO DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.065306/11 Localidade/UF: Dom Vicoso/MG
Entidade: Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso
Aviso: 41 Publicação: 26/10/2011 Prazo: 25/26/2011 Canal: 285

Nome do Dirigente	CPF	Cargo	Maioridade / Emancipação	Nacionalidade	Declaracao
Elizângela Maria da Silva	005.555.555-55	Diretor de Patrimônio	Sim	Sim	Sim

Relação contendo o nome dos associados: Fls. 14

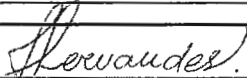
Comprovante de pagamento de taxa: Fls. 29

13. Conclusão da Análise

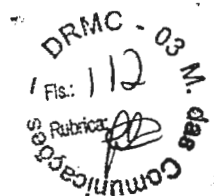
Em face da análise inicialmente efetuada nos autos em detrimento à Lei nº 9.612/98, bem como Norma Complementar nº 01/2011, o processo foi instruído pela análise jurídica.

É o relatório.

À Consideração Superior.



Fernanda Lellis Fernandes
(Analista)



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional em Minas Gerais

Avenida Afonso Pena, 1270, Térreo – Centro - Belo Horizonte/MG - Cep: 30.130-900

(31) 3222-9051

Ofício nº 454/2012/DRMC-03/MC

Belo Horizonte, 22 de junho de 2012.

Ao Senhor

WANDERLEY PAULINO

Representante Legal da Associação Comunitária de Povo de Dom Viçoso

Rua Dom Ferrão, nº 483 - Centro

37474-000 Dom Viçoso – MG

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.065306/2011-39.**

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.065306/2011-39**, na localidade de **Dom Viçoso / MG**, no qual essa Entidade requer autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº404, que indica pendências passíveis de saneamento pela entidade.

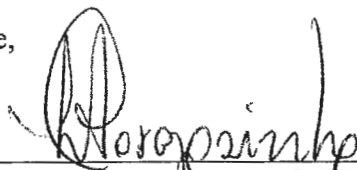
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada e esclareça todos os pontos acima questionados. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de outorga será indeferido.

3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

4. Aproveitamos para informar que esta Secretaria poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e mantenham atualizado o endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito por meio de ofício, com assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por

esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

Atenciosamente,



LUCIANO ALVES CORGOSINHO

Delegado Regional do Ministério das Comunicações em Minas Gerais
Substituto



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional em Minas Gerais

Avenida Afonso Pena, 1270, Térreo – Centro - Belo Horizonte/MG - Cep: 30.130-900

(31) 3222-9051

Nota Técnica nº 404/2012/DRMC-03/MC

Assunto: Solicitação de Projeto Técnico.

Referência: Processo nº 53000.065306/2011-39

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de autorização da **Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Dom Viçoso / MG**, protocolizado em 20/12/2011.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

I. **Toda** a documentação citada no subitem 12.1 da Norma n.º 1/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14/10/2011, ou seja, o **Projeto Técnico**, conforme detalhado no **Anexo I** desta Nota Técnica.

CONCLUSÃO

2. Em face do exposto, constatou-se a necessidade de saneamento das referidas pendências.


3. Desta forma, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada e esclarecer todos os pontos acima questionados, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de outorga será indeferido.

4. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido

esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

À consideração superior.

Belo Horizonte, 22 de junho de 2012.



GERALDO ROBERTO VILELA
Engenheiro

ANEXO I

DRMC - 03
Fls.: 114
Rubrica: [assinatura]
M. das Comunicações


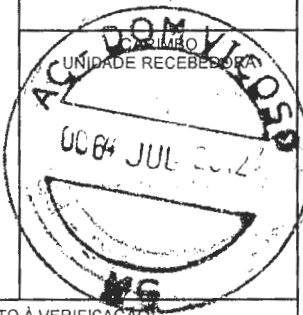
DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA – 2ª FASE:

a. Formulário de Informações Técnicas, devidamente preenchido e assinado pelo Engenheiro responsável, contendo as características técnicas de instalação e operação pretendidas para a estação de RadCom, de acordo com o Anexo 9 e conforme disposto no subitem 12.1, alínea “a” , da Norma nº 01/2011.	S
b. Declaração conforme o disposto no subitem 12.1, alínea “b” , da Norma nº 01/2011, ou seja: - declaração assinada pelo representante legal da entidade indicando que, na ocorrência de interferências prejudiciais causadas pela estação, serão interrompidas as transmissões imediatamente até que essas sejam sanadas, sem prejuízo do exercício das competências fiscalizatórias legalmente atribuídas à Anatel.	S
c. Planta de arruamento indicando a totalidade dos seguintes itens: c.1) escala compatível com a área de execução do serviço; c.2) nomes das ruas; c.3) o local de instalação do sistema irradiante, com as coordenadas na forma GG° MM' SS" com apenas 02 (dois) dígitos inteiros, em que tanto os minutos (MM') como os segundos (SS") da latitude assim como os da longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59, bem como o endereço correspondente, nome do município e UF; c.4) o traçado de circunferência de até um quilômetro de raio, que delimita a área abrangida pelo contorno indicado no Formulário de Informações Técnicas, devendo o valor de intensidade de campo no contorno ser de até 91 dBu; c.5) o local da sede da entidade, com as coordenadas na forma GG° MM' SS" com apenas 02 (dois) dígitos inteiros, em que os minutos (MM') e os segundos (SS") da latitude e da longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59, bem como o endereço correspondente, nome do município e UF; c.6) o local do estudo, com as coordenadas na forma GG° MM' SS" com apenas 02 (dois) dígitos inteiros, em que os minutos (MM') e os segundos (SS") da latitude e da longitude não deverão ultrapassar o limite máximo de 59, bem como o endereço correspondente, nome do município e UF; c.7) localização das residências dos dirigentes da entidade;	S S S S S S S
d. Diagrama de irradiação horizontal da antena transmissora, fornecida pelo fabricante, com a indicação do Norte Verdadeiro; diagrama de irradiação vertical e especificações técnicas do sistema irradiante proposto; no caso de antenas de polarização circular ou elíptica, devem ser apresentadas curvas distintas das componentes horizontal e vertical dos diagramas, conforme disposto no subitem 12.1, alínea “d” , da Norma nº 01/2011. Este diagrama deverá ser correspondente ao modelo e fabricante da antena indicado no item 7 do Formulário de Informações Técnicas.	S
e. Declaração do profissional habilitado de que a cota do terreno, no local de instalação do sistema irradiante, atende às condições exigidas no subitem 19.2.5.1. Caso contrário, a entidade deverá encaminhar declaração assinada pelo profissional habilitado indicando que o local pretendido para a instalação do sistema irradiante se encontra conforme o disposto no subitem 19.2.5.1.1, juntamente com o respectivo estudo, conforme disposto no subitem 12.1, alínea “e” , da Norma nº 01/2011.	S
f. Declaração do profissional habilitado atestando que a instalação proposta não fere os gabaritos de proteção aos aeródromos baseado na Portaria nº 1.141/GM5, de 5 de dezembro de 1987, do Ministério da Aeronáutica e correspondentes alterações ou declaração do órgão competente do Ministério da Aeronáutica autorizando a instalação proposta, conforme disposto no subitem 12.1, alínea “f” , da Norma nº 01/2011.	S

g. Parecer conclusivo, assinado pelo profissional habilitado, atestando que a instalação proposta atende a todas as exigências das normas técnicas em vigor aplicáveis à mesma e que o contorno de 91 dBU da emissora não fica situado a mais de um quilômetro de distância da antena transmissora em nenhuma direção, conforme disposto no subitem 12.1, alínea “g” , da Norma nº 01/2011.	S
h. Anotação de Responsabilidade Técnica - ART referente à instalação proposta, conforme disposto no subitem 12.1, alínea “h” , da Norma nº 01/2011, apresentada com as assinaturas do profissional habilitado e do representante legal da entidade juntamente com seu comprovante de pagamento.	S
i. Declaração, assinada pelo representante legal, informando o horário de funcionamento da estação pretendido pela entidade, conforme disposto no subitem 12.1, alínea “i” , da Norma nº 01/2011.	S
j. Folha de informações técnicas da linha de transmissão (cabo coaxial), fornecida pelo fabricante, conforme disposto no subitem 12.1, alínea “j” , da Norma nº 01/2011.	S ?
k. Declaração assinada pelo profissional habilitado indicando que a entidade atende ao disposto em regulamentação da Anatel sobre limitação à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, não submetendo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências com valores superiores aos estabelecidos, conforme disposto no subitem 12.1, alínea “k” , da Norma nº 01/2011.	S

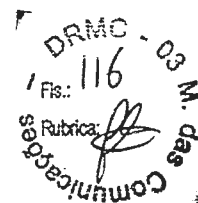
DRMC - 03 M. das Comunicações
Fls: 115
Rubrica: *[assinatura]*

DRMC - 03 M. das Comunicações
Fls: 115
Rubrica: *[assinatura]*

 AVISO DE RECEBIMENTO		AR		DATA DE POSTAGEM
DESTINATÁRIO WANDERLEY PAULINO - REP.LEGAL DA ASS. COMUNITÁRIA POVO DE DOM VIÇOSO RUA DOM FERRÃO 483 CENTRO 37474-000 DOM VIÇOSO-MG RQ 59087497 5 BR				UNIDADE DE POSTAGEM
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES EM MINAS GERAIS AVENIDA AFONSO PENA 1270 TÉRREO CENTRO 30130-900 BELO HORIZONTE-MG				
TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª ____/____/____ ____:____ h 2ª ____/____/____ ____:____ h 3ª ____/____/____ ____:____ h		DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) OF.454/2012/DRMC-03-MC.PROC.53000.065306/2011		
		MOTIVO DE DEVOLUÇÃO 1 Mudou-se 5 Recusado 2 Endereço insuficiente 6 Não procurado 3 Não existe o número 7 Ausente 4 Desconhecido 8 Falecido 9 Outros _____	RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO <i>[assinatura]</i>	
ASSINATURA DO RECEBEDOR <i>Wanderley Paulino</i>		DATA ENTREGA 04/07/2012		
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR		Nº DOS DE IDENTIDADE 374749748		

[assinatura]
24 JAN 2012

DOM VIÇOSO, 30 de julho de 2012.



Ilmo Sr.

LUCIANO ALVES CORGOSINHO.

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em Minas Gerais.

Avenida Afonso Pena, 1270 – Térreo

30.130-900 - Belo Horizonte/MG.

Referências:

- Processo nr. 53000.065306/2011-39

- Ofício nr. 454/2012/DRMC-03/MC

- Nota Técnica nr. 404/2012/DRMC-03/MC

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

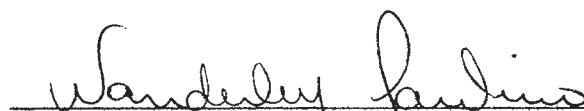
53000 037778/2012-82

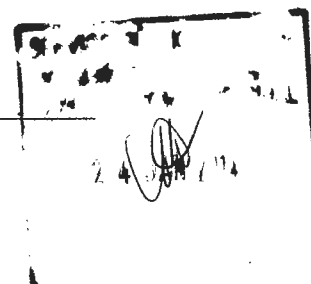
DRMC/MG

08/08/2012-16:04

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVO DE DOM VIÇOSO, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na cidade de DOM VIÇOSO/MG, vem á presença de V.S.a. apresentar projeto de aprovação de locais e equipamentos.

Cordialmente,


Representante Legal



DECLARAÇÃO

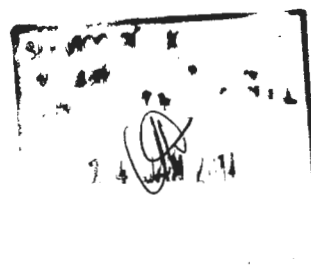


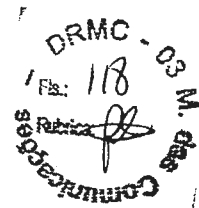
Declaro para fins de comprovação perante a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, que a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVO DE DOM VIÇOSO, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na cidade de DOM VIÇOSO/MG, que o horário de funcionamento pretendido será de 06:00 hs às 24:00 hs, conforme solicitado no subitem 12.1, alínea "i" da Norma Nr.01/2011.

DOM VIÇOSO, 30 de julho de 2012.

Wanderley Paulino.

Representante Legal





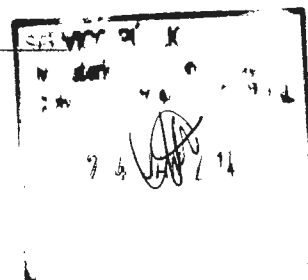
DECLARAÇÃO

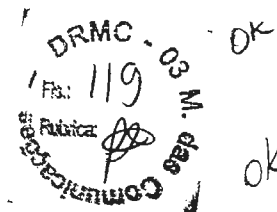
DECLARO que, de acordo com o Relatório de Conformidade resultante, a avaliação feita em 30/07/2012, na estação transmissora da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVO DE DOM VIÇOSO, executante do Serviço de Rádio Comunitária, localizada em DOM VIÇOSO/MG, na Rua Dom Ferrão, 483 – Bairro Centro, atende ao Regulamento sobre de Radiofrequência entre 9 KHz e 300 GHz. Aprovado pela Resolução Anatel nr. 303, de 02/07/2002, publicada no DOU do dia 10 subsequente, não expondo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências de valores superiores aos estabelecidos.

DECLARO, ainda, que o Relatório de Conformidade será mantido na estação avaliada, para apresentação sempre que requisitado pela Anatel, conforme prevê o mencionado Regulamento.

DOM VIÇOSO, 30 de julho de 2012.

Wanderley Paulino
Representante Legal



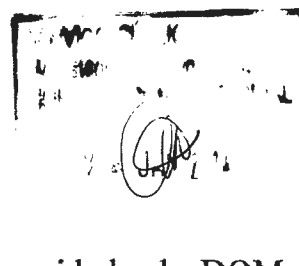


DECLARAÇÃO

Declaro para fins de comprovação perante a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, que a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVO DE DOM VIÇOSO, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na cidade de DOM VIÇOSO/MG, que na ocorrência de interferências indesejáveis causadas pela estação requerente, a mesma interromperá imediatamente as suas transmissões caso não sejam sanadas no prazo estipulado pela ANATEL.

DOM VIÇOSO, 30 de julho de 2012.

Wanderley Paulino
Representante Legal



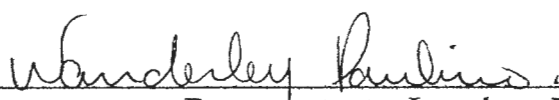
Endereço para correspondência: Rua Dom Ferrão, 483, na cidade de DOM VIÇOSO, Estado de Minas gerais, CEP 37.474-000, correio eletrônico (e-mail): _____.

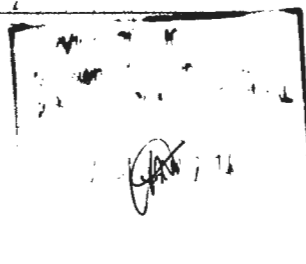
DECLARAÇÃO



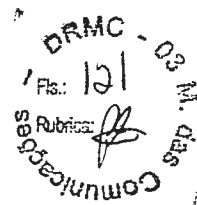
Declaro para fins de comprovação perante a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, que a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVO DE DOM VIÇOSO, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na cidade de DOM VIÇOSO/MG, que na ocorrência de interferências prejudiciais causadas pela estação, serão interrompidas às transmissões imediatamente até que sejam sanadas, sem prejuízo do exercício das competências fiscalizatórias legalmente atribuídas à Anatel, conforme o disposto no subitem 12.1, alínea "b" da Norma Nr.01/2011.

DOM VIÇOSO, 30 de julho de 2012.


Representante Legal



Endereço para correspondência: Rua Dom Ferrão, 483, na cidade de DOM VIÇOSO, Estado de Minas gerais, CEP 37.474-000, correio eletrônico (e-mail): _____.



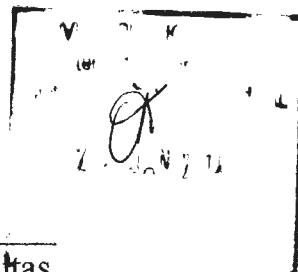
OK

OK

DECLARAÇÃO

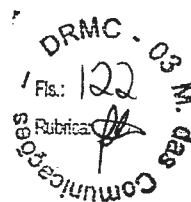
Declaro para fins de comprovação perante a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica que a instalação proposta pela ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVO DE DOM VIÇOSO, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na cidade de DOM VIÇOSO/MG, não fere os gabaritos de proteção aos aeródromos, baseado na Portaria Nr.1141/GM5, de 05 de dezembro de 1987, do Ministério da Aeronáutica e correspondentes alterações.

Três Corações, 30 de julho de 2012.




Eng. Cândido Henrique Pereira de Freitas

PARECER CONCLUSIVO

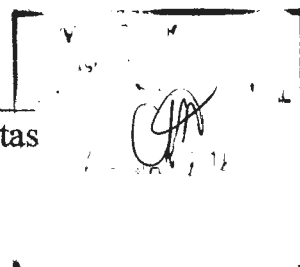


Declaro para fins de comprovação perante a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica que a instalação proposta pela ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVO DE DOM VIÇOSO, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na cidade de DOM VIÇOSO/MG, atende a todas as exigências das normas técnicas em vigor aplicáveis á mesma e que o contorno de 91dBu da emissora não fica situado a mais de 1 Km de distância da estação transmissora em nenhuma direção.

Três Corações, 30 de julho de 2012.



Eng. Cândido Henrique Pereira de Freitas



DECLARAÇÃO



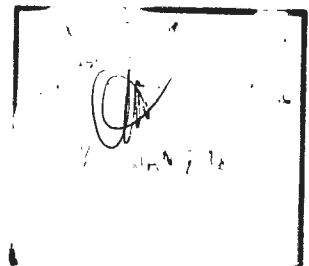
OK
OK

Declaro para fins de comprovação perante a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, que a cota do terreno, no local de instalação do sistema irradiante da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVO DE DOM VIÇOSO, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na cidade de DOM VIÇOSO/MG, atende às condições exigidas no item 19.2.5.1. da Norma nr.01/2011.

Três Corações, 30 de julho de 2012.

A handwritten signature in black ink, appearing to be "Cândido", written over a horizontal line.

Eng. Cândido Henrique Pereira de Freitas



FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS PROJETO TÉCNICO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

1 - SERVIÇO RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - RadCom

2 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

A S S O C I A Ç Ã O C O M U N I T Á R I A D O P O V O D E

DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

D O M V I Ç O S O

CGC

0 9 3 0 7 9 0 4 0 0 0 1 3 9

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

C O L I N A S F M

3 - LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

R U A D O M F E R R Ã O 4 8 3

BAIRRO

C E N T R O

CIDADE

D O M V I Ç O S O

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

M G

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

2 2 ° 1 5 ' 1 0 " S 4 5 ° 0 9 ' 3 7 " W

4 - LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

LOGRADOURO

R U A D O M F E R R Ã O 4 8 3

BAIRRO

C E N T R O

CIDADE

D O M V I Ç O S O

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

M G

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

2 2 ° 1 5 ' 1 0 " S 4 5 ° 0 9 ' 3 7 " W

5 - LOCALIZAÇÃO ENDEREÇO DO ESTÚDIO

(Caso o estúdio não se encontre no local do sistema irradiante especifique como será feita a ligação entre o estúdio e o sistema irradiante no campo 11.)

Outras informações de interesse")

LOGRADOURO

R U A D O M F E R R Ã O 4 8 3

BAIRRO

C E N T R O

CIDADE

D O M V I Ç O S O

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

M G

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

2 2 ° 1 5 ' 1 0 " S 4 5 ° 0 9 ' 3 7 " W

6 - TRANSMISSOR

FABRICANTE

T E C L A R E Q U I P . E L E T R O N I C O S L T D A

MODELO

T E C 1 1 3

POTÊNCIA

2 5 . 0 watts

Nº HOMOLOGAÇÃO

0 7 1 7 - 0 3 - 0 3 4 5

7 - ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA

T E C L A R E Q U I P . E L E T . L T D A

MODELO

P T 1 / 4 " 0 dB

[assinatura]

GANHO max (Gt) 0 0 dBd ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO 2 5 0 m ALTURA DA TORRE 2 5 0 m ALTITUDE DO LOCAL 9 2 3 0 m

8 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE K M P P I R E L L I MODELO R G 2 1 3 U

COMPRIMENTO (L) 2 9 0 m ATENUAÇÃO EM 100 m (AL) 7 4 0 dB PERDAS NA LINHA (PL) 2 1 4 dB EFICIÊNCIA DA LINHA (η) 0 6 1

Perdas na linha (PL) = $\frac{A_L}{100} \times L$ Eficiência da linha (η) = $\frac{100 - PL}{100}$

9 - POTÊNCIA EFETIVA IRRÁDIADA (ERP)

ERP (dBk) = $10 \log (P_t \cdot G_{ht} \cdot G_{vt} \cdot \eta) = 10 \log (0,025 \times 1 \times 1 \times 0,61) = -18,16 \text{ dBk}$

Pt = Potência do transmissor, em kW.
Ght = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes.
Gvt = Ganho da antena, no plano vertical, em vezes
η = Eficiência da linha de transmissão

Obs.: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora de RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 Watts.

10 - INTENSIDADE DE CAMPO NO LIMITE DA ÁREA DE SERVIÇO

E(dBu) = $107 + ERP(\text{dBk}) - 20 \log d(\text{km})$

ERP(dBk) = potência efetiva irradiada

d (km) = distância da antena transmissora ao limite da área de serviço (raio da área execução do serviço)

E(dBu) = $107 - 18,16 - 20 \log 1 = 88,84 \text{ (dBu)}$

Obs.: O máximo valor de intensidade de campo no limite da área de serviço será de 91 dBu

11 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

12 - DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

C A N D I D O H . P E R E I R A D E F R E I T A S

REG.CREA

2 5 6 7 0 / D

ENDEREÇO

R U A S A G R A D A F A M Í L I A 6 5 2

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

S A N T A T E R E S A

CIDADE

T R Ê S C O R A Ç Õ E S

UF

M G

CEP

3 7 4 1 0 - 0 0 0

TELEFONE

0 3 5 - 3 2 3 1 1 3 1 3

FAX

0 3 5 - 3 2 3 1 1 3 1 3

E-MAIL

c h p f @ h o t m a i l . c o m


LOCAL

T R Ê S C O R A Ç Õ E S

DATA

3 0 / 0 7 / 2 0 1 2

ASSINATURA

DRMC - 03 M. das
Comunicações
Fls.: 125
Rubrica: 
OK

DECLARAÇÃO

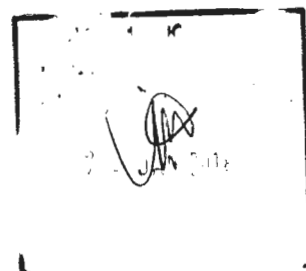
Declaro, para os devidos fins que, de acordo com o projeto técnico por mim elaborado, as emissões provenientes da estação transmissora da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVO DE DOM VIÇOSO**, executante do Serviço de Rádio Comunitária, cuja instalação está proposta para a localidade de **DOM VIÇOSO/MG**, utilizando a frequência de **104,9 MHz**, não submeterão a população da referida localidade a radiações eletromagnéticas de radiofrequência de valores superiores aos estabelecidos na publicação "**GUIDELINES FOR LIMITING EXPOSURE TO TIME-VARYING ELETRIC, MAGNETIC, AND ELETROMAGNETIC FIELDS (up to 300 GHz)**", da Comissão Internacional para Proteção contra Radiações Não Ionizantes- (CNIRP)

Três Corações, 30 de julho de 2012.



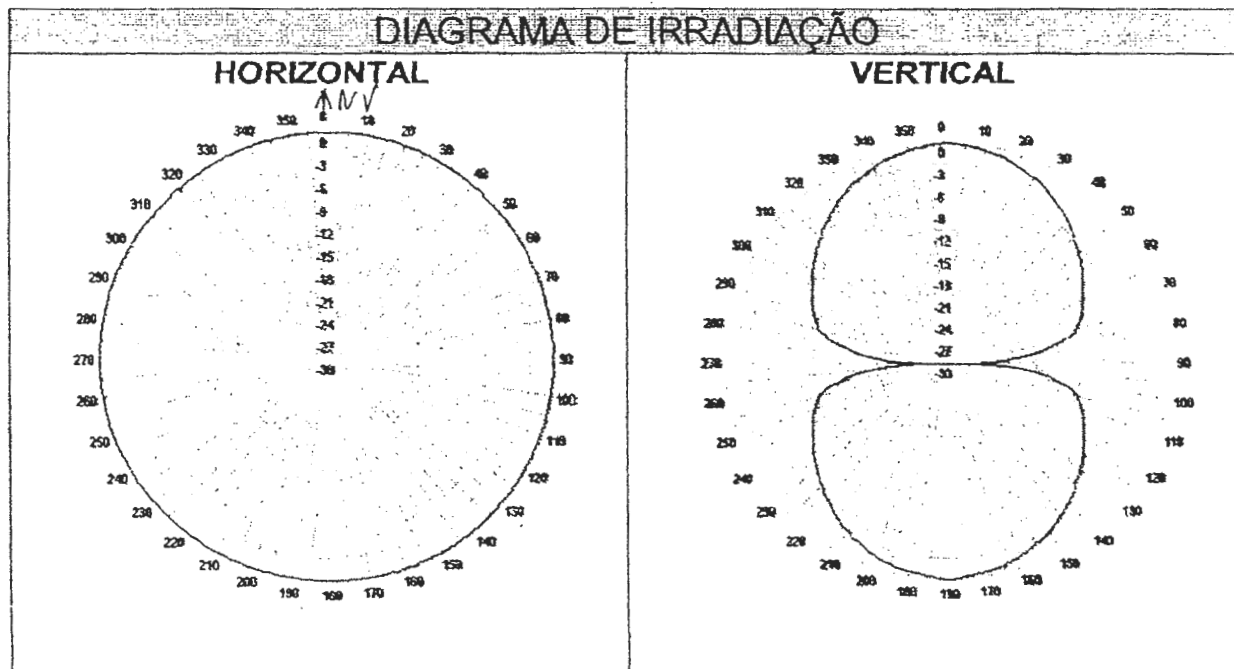
Eng. Cândido Henrique Pereira de Freitas

Nome completo: Cândido Henrique Pereira de Freitas
CREA: 25670/D



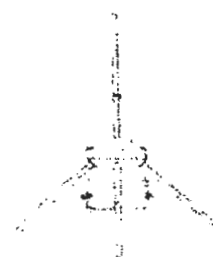


ANTENA PLANO TERRA 1/4 0 dB 88-108 MHz FM



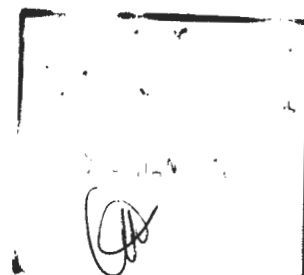
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

MODELO	PLANO TERRA 1/4 0 Db 88-108 MHz FM
POLARIZAÇÃO	VERTICAL
CONECTOR DE RF	UHF FÊMEA
FAIXA DE FREQUÊNCIA	88 - 108 MHz
GANHO (dB)	0
VSWR	MELHOR QUE 1: 1,5
IMPEDÂNCIA	50Ω
MATERIAL	ALUMINIO
PESO	0.7 Kg



OBS: AS ESPECIFICAÇÕES DESTA ANTENA ATENDEM A NORMA N-2/98 EMITIDA PELA ANATEL PARA RÁDIOS COMUNITÁRIAS

By: Qualidade Teclar





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 5.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Via da Obra/Serviço

Página 1/1

ART de Obra ou Serviço
14201200000000682112

1. Responsável Técnico

CANDIDO HENRIQUE PEREIRA DE FREITAS

Título profissional:

ENGENHEIRO ELETRICISTA - ELETRONICA;



RNP: 1404867627

Registro: 04.0.0000025670

2. Dados do Contrato

Contratante: **ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DO POVO DE DOM VIÇOSO**

Logradouro: **RUA DOM FERRÃO**

Cidade: **DOM VIÇOSO**

Contrato:

Valor: **1.000,00**

Celebrado em:

Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO**

Bairro: **CENTRO**

UF: **MG**

CNPJ: **09.307.904/0001-39**

Nº: **000483**

CEP: **37474000**

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: **RUA DOM FERRÃO**

Cidade: **DOM VIÇOSO**

Data de início: **25/07/2012** Previsão de término: **27/07/2012**

Finalidade: **CULTURAL**

Proprietário: **ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DO POVO DE DOM VIÇOSO**

Nº: **000483**

CEP: **37474000**

CNPJ: **09.307.904/0001-39**

4. Atividade Técnica

1 - ASSESSORIA

PROJETO, COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO, RADIOFUSAO

Quantidade: Unidade:

25.00

W

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

6. Declarações

7. Entidade de Classe

ASSENART-ASSOC DOS ENG. E ARQUITETOS DA REGIAO

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

1. WAGNER 30 de JULHO de 2012

CANDIDO HENRIQUE PEREIRA DE FREITAS RNP: 1404867627

ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DO POVO CNPJ: 09.307.904/0001-39

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-mg.org.br ou www.confise.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

VALOR DA OBRA; R\$ **1000.** ÁREA DE ATUAÇÃO:
TELECOMUNICACAO,

Valor da ART: **40,00**

Registrada em: **27/07/2012**

Valor Pago: **40,00**

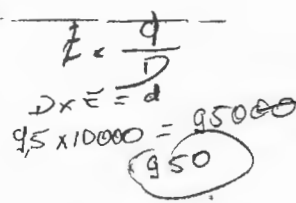
www.crea-mg.org.br | 0800.0312732



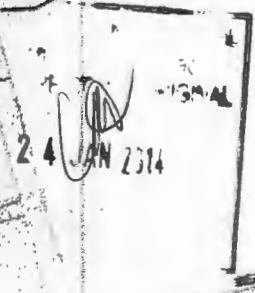
Nosso Número: **000000000662923**

oh

Latitude: $22^{\circ}15'10''S$
Longitude: $46^{\circ}05'38''W$



DRMC - 03 M
1. FLS.: 130
Rubrica: 
Comunicado

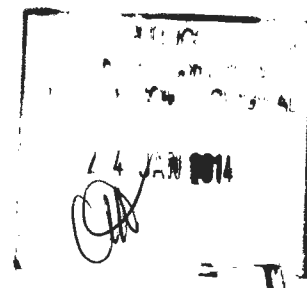


Latitude: $22^{\circ}15'10''S$
Longitude: $46^{\circ}05'38''W$



Legenda da Moradia dos Diretores da Associação

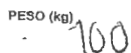
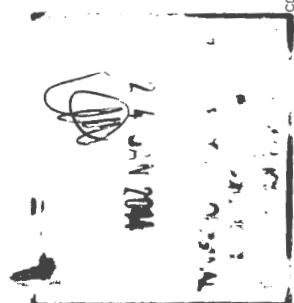
- 1 - Francisco Rosinei Pinto
Endereço: Rua Altamiro Colli, 153 fds.
- 2 - Marlene Aparecida dos Santos
Rua Benedito Valadares, nº 445 fds.
- 3 - Elizangela Maria da Silva
Rua Benedito Valadares, nº 419 fds.
- 4 - Valkiria Imaculada de Paula Alves
Zona Rural – Bairro Viçoso Velho
- 5 - Wanderley Paulino
Zona Rural – Ponte de Pedra



AT

LUCIANO ALVES GORGOSINHO.

Avenida Afonso Pena, 1270 – Térreo
CEP: 30.130-900 – Belo Horizonte - MG

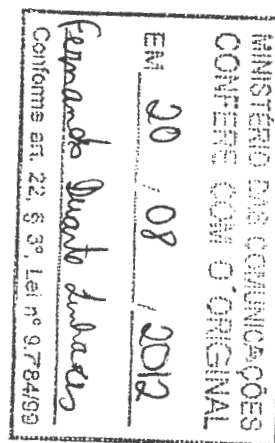


SEDEX

SX 75238698 6 BR



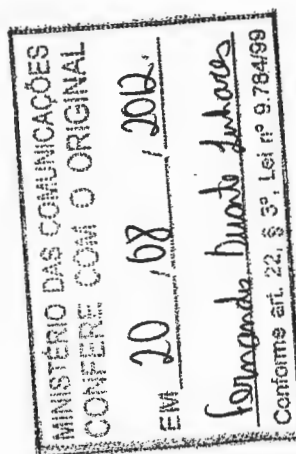
Fernando Duarte Linares
Agente Administrativo
Mat. 1787584
DRMC-03



Communication

**A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVO DE
DOM VIÇOSO**

Rua Dom Ferrão, 483
Centro - Dom Viçoso - MG
CEP: 37474-000





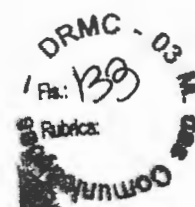
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES.

Certificado de Homologação
(Intransferível)

Nº 0717-03-0345

Validade: Indeterminada

Emissão: 04/08/2011



Fabricante:

TECLAR EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA.
CENTRO EMPRESARIAL PREFEITO PAULO FREDERICO DE TOLEDO 120 ARCO-ÍRIS
37540000 SANTA RITA DO SAPUCAI MG

Este documento homologa, nos termos do Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações, aprovado pela Resolução Anatel nº 242, de 30 de novembro de 2000, o Certificado de Conformidade nº 11CTCP0179/00, emitido pelo OCD - CTCP - Centro Tecnológico de Certificação e Pesquisa. Esta homologação é expedida em nome do fabricante aqui identificado e é válida somente para o produto a seguir discriminado, cuja utilização deve observar as condições estabelecidas na regulamentação do(s) serviço(s) ou aplicação(ões) a que se destina.

tipo:

Transmissor de Radiodifusão Comunitária - Categoria II

Modelo(s):

TEC113

Serviço/Aplicação:

Serviço de Radiodifusão Comunitária

Características técnicas básicas:

Faixa de Frequências Tx (MHz)	Potência Máxima de Saída (W)	Designação de Emissões
87,8 a 108,0	25,0	180KF3E
87,8 a 108,0	25,0	256KF8E

Quando do seu fornecimento, os produtos devem estar ajustados na(s) potência(s) e frequência(s) autorizadas pelo órgão técnico competente da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

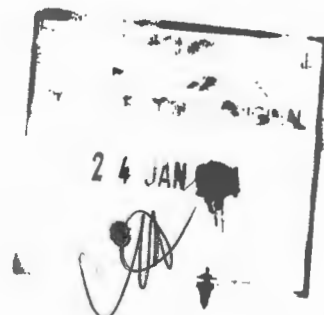
Observações:

Este certificado substitui o de mesmo número **ido em** **/2003.**

Constitui obrigação do fabricante do produto no Brasil providenciar a identificação do produto homologado, nos termos do art. 39 do Regulamento anexo à Resolução Anatel nº 242, em todas as unidades comercializadas, antes de sua efetiva distribuição ao mercado, assim como observar e manter as características técnicas que fundamentaram a certificação original.

As informações constantes deste certificado de homologação podem ser confirmadas no SGCH - Sistema de Gestão de Certificação e Homologação, disponível no portal da Anatel. (www.anatel.gov.br).

Marcos de Souza Oliveira
Gerente Geral de Certificação e
Engenharia do Espectro



[Imprimir Documento](#) [Fechar](#) [Voltar](#)



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional em Minas Gerais

Avenida Afonso Pena, 1270, Térreo – Centro - Belo Horizonte/MG - Cep: 30.130-900

(31) 3222-9051

Ofício nº 596/2012/DRMC/MG-MCC

Belo horizonte, 24 de agosto de 2012.

Ao Senhor

WANDERLEY PAULINO

Representante Legal da Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso

Rua Dom Ferrão, nº 483 - Centro

37474-000 Dom Viçoso – MG

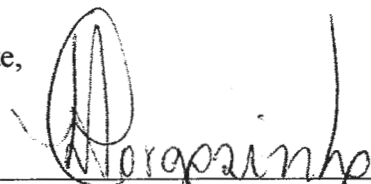
Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.065306/2011-39.**

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.065306/2011-39**, na localidade de **Dom Viçoso / MG**, no qual essa Entidade requer autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 551/2011, que indica pendências passíveis de saneamento pela entidade.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada e esclareça todos os pontos acima questionados. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de outorga será indeferido.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.
4. Aproveitamos para informar que esta Secretaria poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e mantenham atualizado o endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito por meio de ofício, com assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por

esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

Atenciosamente,



LUCIANO ALVES CORGOSINHO

Delegado Regional do Ministério das Comunicações em Minas Gerais
Substituto



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Delegacia Regional em Minas Gerais
Avenida Afonso Pena, 1270, Térreo – Centro - Belo Horizonte/MG - Cep: 30.130-900
(31) 3222-9051

Nota Técnica nº 551/2012/DRMC/MG-MC

Assunto: **Constatação de pendências.**

Referência: Processo nº 53000.065306/2011-39

SUMÁRIO EXECUTIVO

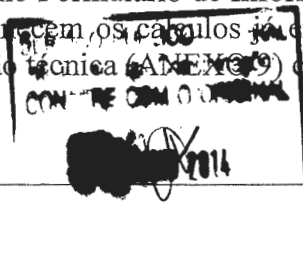
1. Trata-se de requerimento de autorização da **Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Dom Viçoso / MG**, protocolizado em 20/12/2011.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

I. Faltou a folha de Informação Técnica da linha de transmissão (cabo coaxial), fornecida pelo fabricante, que conste a (Atenuação em 100 mts),

II. Se a atenuação apresentada no Formulário de Informação Técnica (ANEXO 9) for igual ao solicitado no item acima, permanecem os cálculos já enviados. Caso contrário, solicitamos enviar outro formulário de informação técnica (ANEXO 9) com novos cálculos.



CONCLUSÃO

2. Em face do exposto, constatou-se a necessidade de saneamento das referidas pendências.

3. Desta forma, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada e esclarecer todos os pontos acima questionados, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de outorga será indeferido.

4. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido

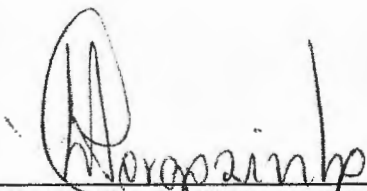
esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

À consideração superior.

Belo Horizonte, 24 de agosto de 2012.


GERALDO ROBERTO VILELA
Engenheiro

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 551/2012/DRMC/MG-MC.

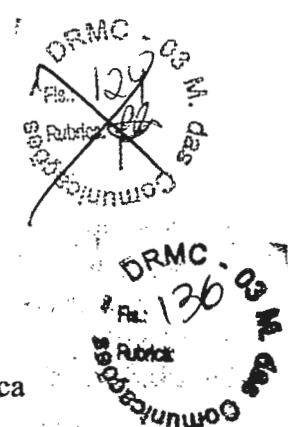

LUCIANO ALVES CORGOSINHO
Delegado Regional do Ministério das Comunicações em Minas Gerais
Substituto

Belo Horizonte, 24 de agosto de 2012.

**FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS
PROJETO TÉCNICO**

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

**Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica**



1 - SERVIÇO **RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - RadCom**

2 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

A S S O C I A Ç Ã O C O M U N I T Á R I A D O P O V O D E

DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

CGC

D O M V I Ç O S O **0 9 3 0 7 9 0 4 0 0 0 1 3 9**

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

C O L I N A S F M

3 - LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

R U A D O M F E R R Ã O 4 8 3

BAIRRO

CIDADE

C E N T R O **D O M V I Ç O S O**

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

M G **2 2 ° 1 5 ' 1 0 " S 4 5 ° 0 9 ' 3 7 " W**

4 - LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

LOGRADOURO

R U A D O M F E R R Ã O 4 8 3

BAIRRO

CIDADE

C E N T R O **D O M V I Ç O S O**

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

M G **2 2 ° 1 5 ' 1 0 " S 4 5 ° 0 9 ' 3 7 " W**

5 - LOCALIZAÇÃO ENDEREÇO DO ESTÚDIO

(Caso o estúdio não se encontre no local do sistema irradiante especifique como será feita a ligação entre o estúdio e o sistema irradiante no campo 11.
Outras informações de interesse")

LOGRADOURO

R U A D O M F E R R Ã O 4 8 3

BAIRRO

CIDADE

C E N T R O **D O M V I Ç O S O**

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

M G **2 2 ° 1 5 ' 1 0 " S 4 5 ° 0 9 ' 3 7 " W**

6 - TRANSMISSOR

FABRICANTE

T E C L A R E Q U I P . E L E T R O N I C O S L T D A

MODELO

POTÊNCIA

Nº HOMOLOGAÇÃO

T E C 1 1 3 **2 5 . 0 watts** **0 7 1 7 4 0 3 - 0 3 4 5**

7 - ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA

MODELO

T E C L A R E Q U I P . E L E T . L T D A **P T 1 / 4 " 0 dB**

GANHO max (Gt) 0 0 0 dBd ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO 2 5 0 m ALTURA DA TORRE 2 5 0 m ALTITUDE DO LOCAL 9 2 3 0 m

8 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE K M P P I R E L L I MODELO R G 2 1 3 U

COMPRIMENTO (L) 2 9 0 m ATENUAÇÃO EM 100 m (AL) 7 4 0 dB PERDAS NA LINHA (PL) 2 1 4 dB EFICIÊNCIA DA LINHA (η) 0 6 1

Perdas na linha (PL) = $\frac{AL}{100} \times L$ Eficiência da linha (η) = $\frac{PL}{10}$

9 - POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (ERP)

ERP (dBk) = $10 \log (Pt \cdot Ght \cdot Gvt \cdot \eta) = 10 \log (0,025 \times 1 \times 1 \times 0,61) = -18,16 \text{ dBk}$

Pt = Potência do transmissor, em kW.
Ght = Ganho da antena, no plano horizontal, em vezes.
Gvt = Ganho da antena, no plano vertical, em vezes
η = Eficiência da linha de transmissão

Obs.: A potência efetiva irradiada (ERP) por emissora de RadCom deverá ser igual ou inferior a 25 Watts.

10 - INTENSIDADE DE CAMPO NO LIMITE DA ÁREA DE SERVIÇO

E(dBu) = $107 + ERP(\text{dBk}) - 20 \log d(\text{km})$

ERP(dBk) = potência efetiva irradiada

d(km) = distância da antena transmissora ao limite da área de serviço (raio da área execução do serviço)

E(dBu) = $107 - 18,16 - 20 \log 1 = 88,84 \text{ (dBu)}$

Obs.: O máximo valor de intensidade de campo no limite da área de serviço será de 91 dBu

11 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

12 - DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

C A N D I D O H . P E R E I R A D E F R E I T A S

REG.CREA 2 5 6 7 0 / D ENDEREÇO R U A S A G R A D A F A M Í L I A 6 5 2

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO) BAIRRO S A N T A T E R E S A

CIDADE T R Ê S C O R A Ç Õ E S UF M G



CEP 3 7 4 1 0 - 0 0 0 TELEFONE 0 3 5 - 3 2 3 1 1 3 1 3 FAX 0 3 5 - 3 2 3 1 1 3 1 3

E-MAIL c h p f @ h o t m a i l . c o m

LOCAL T R Ê S C O R A Ç Õ E S DATA 3 0 / 0 7 / 2 0 1 2

ASSINATURA

DRMC
Fls. 137-8
Rubrica: X
M. das Comunicações

 AVISO DE RECEBIMENTO		AR		DATA DE POSTAGEM	
DESTINATÁRIO WANDERELEY PAULINO A/C REPRESENTANTE LEGAL DA ASSOC.COMUNIT.POVO DOM VIÇOSO RUA DOM FERRÃO 483 CENTRO 37474-000 DOM VICOSO-MG.				UNIDADE DE POSTAGEM	
RQ 59055029 9 BR					
ENDERECO PARA DEVOLUÇÃO DO AR DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES EM MINAS GERAIS AVENIDA AFONSO PENA 1270 TÉRREO CENTRO 30138-900 BELO HORIZONTE-MG					
TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª ____/____/____ : ____ h 2ª ____/____/____ : ____ h 3ª ____/____/____ : ____ h		DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) OF.596/2012/DRMC/MG-MC.PROC.53000.065306/11.			
		MOTIVO DE DEVOLUÇÃO 1 Mudou-se 5 Recusado 2 Endereço insuficiente 6 Não procurado 3 Não existe o número 7 Ausente 4 Desconhecido 8 Falecido 9 Outros _____		RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO	
ASSINATURA DO RECEBEDOR <i>Jose Wagner Ribeiro</i>				DATA ENTREGA	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR				Nº DOC. DE IDENTIDADE	

(Área de cola no verso)

EX. 02

24 JAN 2012

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVO DE DOM VIÇOSO

Rua Dom ferrão, 483, centro de Dom viçoso

CNPJ: 09.307.904/0001-39

E-mail: comunitariacolinasm@yahoo.com.br



Of. n.º 003/2012

ASSUNTO: Faz Encaminhamento

SERVIÇO: Secretaria/ Associação

DATA: 10/10/2012

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 049121/2012-68

DRMC/MG

16/10/2012-14:35

Ilustríssimo Senhor Delegado,

Pelo presente encaminho para apreciação de V. S^a. documentos pendentes após análise e requeridos pela Nota Técnica N° 551/2012/DRMC/MC, referentes ao processo n° 53000.0065306/2011-39, que trata de autorização da Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso, inscrita, no CNPJ n° 09.307.904/0001-39, para a execução de Radiodifusão Comunitária.

Sendo o que se apresenta para o momento.

Atenciosamente,

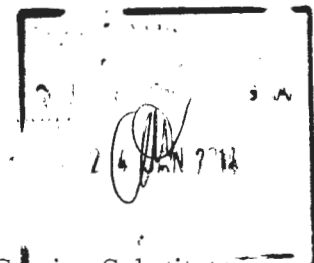

Wanderley Paulino

Presidente da Associação C. do Povo de Dom Viçoso

Ilmo. Senhor

LUCIANO ALVES CORGOSINHO

Delegado Regional de Ministério das Comunicações em Minas Gerais - Substituto
BELO HORIZONTE - MG



C/T



RELATÓRIO DE CONFORMIDADE

- ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVO DE DOM VIÇOSO.
- CIDADE: DOM VIÇOSO/MG.
- FREQUENCIA: 104,9 MHz
- MODALIDADE DE SERVIÇO: RÁDIO COMUNITÁRIA
- POTENCIA MAXIMA DA EMISSORA: 0,01525 KW ERP
- LOCALIZAÇÃO: Rua Dom Ferrão, 483.

Centro - DOM VIÇOSO/MG

- Calculo de distância mínima a antenas transmissoras para atendimento aos limites de exposição para a população em geral (tabela VII):

$$r = 0,409 \sqrt{\text{ERP}}$$

$$r = 0,409 \sqrt{15,25}$$

$$r = 1,597 \text{ m}$$

- Calculo de distância mínima a antenas transmissoras para atendimento aos limites de exposição ocupacional (tabela VIII):

$$r = 0,184 \sqrt{\text{ERP}}$$

$$r = 0,184 \sqrt{15,25}$$

$$r = 0,718 \text{ m}$$





- DENSIDADE DE POTÊNCIA PARA EXPOSIÇÃO OCUPACIONAL:

$$S = \frac{ERP \times 1,64 \times 2,56}{4 \times \pi \times r^2}$$

para 25,0 metros (distancia onde poderá haver circulação de pessoas)

$$S = \frac{15,25 \times 1,64 \times 2,56}{12,56 \times 625,00}$$

$$S = 0,0081 \text{ W/m}^2$$

O limite para exposição ocupacional á CEMRF na faixa de radiofrequência de 10 MHz a 400 MHz (tabela I) é 10 W/ m², logo atende á Resolução nº 303, de 02/07/2002.

- DENSIDADE DE POTÊNCIA PARA A POPULAÇÃO EM GERAL:

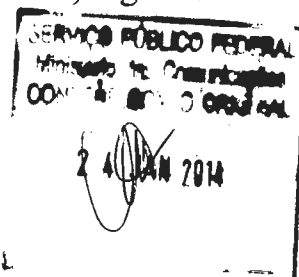
$$S = \frac{ERP \times 1,64 \times 2,56}{4 \times \pi \times r^2}$$

para 12,0 metros (distancia onde poderá haver circulação de pessoas)

$$S = \frac{15,25 \times 1,64 \times 2,56}{12,56 \times 144,00}$$

$$S = 0,0353 \text{ W/m}^2$$

O limite para exposição da população em geral á CEMRF na faixa de radiofrequência de 10 MHz a 400 MHz (tabela II) é 2 W/ m², logo atende á Resolução nº 303, de 02/07/2002



PARECER CONCLUSIVO:



Diante do exposto conclui-se que a instalação da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVO DE DOM VIÇOSO, executante do Serviço de Rádio Comunitária, na cidade de DOM VIÇOSO/MG, atende á Resolução nº 303 de 02/07/2002.

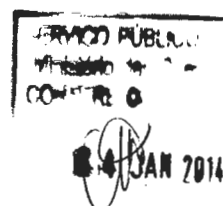
Profissional Habilitado:

Nome: Candido Henrique Pereira de Freitas.

CREA: 25670/D

Três Corações, 30 de julho de 2012.

Engº Candido Henrique Pereira de Freitas





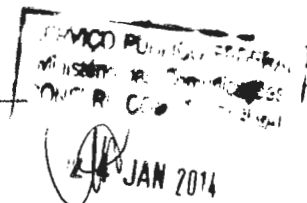
DECLARAÇÃO

DECLARO que, de acordo com o Relatório de Conformidade resultante, a avaliação feita em 30/07/2012, na estação transmissora da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVO DE DOM VIÇOSO**, executante do Serviço de Rádio Comunitária, localizada em **DOM VIÇOSO/MG, na Rua Dom Ferrão, 483. – Bairro Centro**, atende ao Regulamento sobre Radiofrequência entre 9 KHz e 300 GHz. Aprovado pela Resolução Anatel nr. 303, de 02/07/2002, publicada no DOU do dia 10 subsequente, não expondo a população a campos eletromagnéticos de radiofrequências de valores superiores aos estabelecidos.

DECLARO, ainda, que o Relatório de Conformidade será mantido na estação avaliada, para apresentação sempre que requisitado pela Anatel, conforme prevê o mencionado Regulamento.

DOM VIÇOSO, 30 de julho de 2012.

Wanderley Paulino
Representante Legal



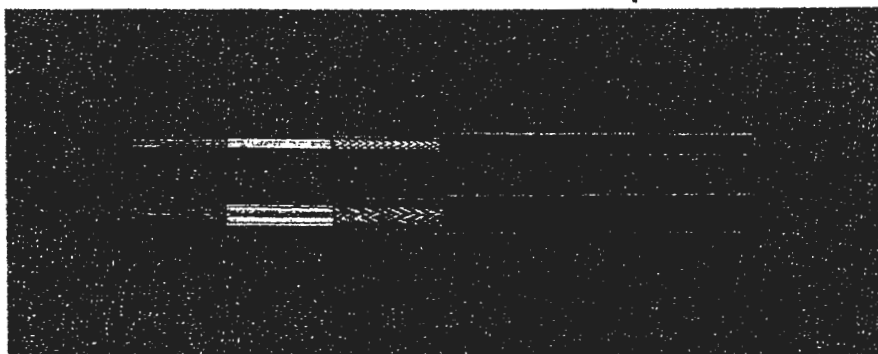
Cabos RADIOFLEX[®]

**Capa a Prova
de Intempéries**

Total Flexibilidade

**Especificações Militares
(Norma MIL C17)**

RG 58/U e RG 213/U - 50 OHMS



Aplicação

Os cabos coaxiais RG 58/U e RG 213/U são ideais para sistemas de radiocomunicação, sistemas auxiliares de radiodifusão, sistemas de telefonia rural, instalação de antenas móveis e fixas de HF, VHF e UHF, emprego em instalações militares de todo o gênero, além de inúmeras outras no campo das telecomunicações e tele-informática.

Sua construção mecânica associada à qualidade de seus conectores, permite sua instalação em condições adversas, com simplicidade, barateando assim seu custo de implantação.

Os cabos Radioflex RG 58/U e RG 213/U possuem condutor externo formado por uma trança de fios de cobre; uma capa de PVC preta resistente às intempéries, garante uma proteção adequada às mais adversas condições de instalação.

O dielétrico de polietileno sólido confere aos cabos uma baixa atenuação e alta velocidade de propagação.

Os cabos RG 58/U e RG 213/U são fabricados segundo as especificações militares constantes da Norma MIL C17.

Sua estanqueidade, durabilidade e eficiência, tornam os Cabos Radioflex recomendados para instalação interna e externa (aérea e em dutos.)

A KmP dispõe de completo Departamento de Instalações e de Engenharia que poderão auxiliá-lo na escolha dos cabos, conectores e acessórios mais adequados à sua necessidade, instalando-os dentro de normas técnicas internacionais.

Características Elétricas

	RG 58/U	RG 213/U
Impedância (OHMS)	50	50
Capacitância (pF/m)	101	101
Tensão de Pico de RF (Kv)	2,5	6,0
Atenuação (dB/100 m)	16,8 em 100 MHz	7,1 em 100 MHz
Veloc. Prop. Relativa (%)	67	67
Tensão de Pico de Pulso Unipolar (Kv)	5,0	12,0
Tensão de Operação Corrente Contínua (KV)	15	38

Características Mecânicas

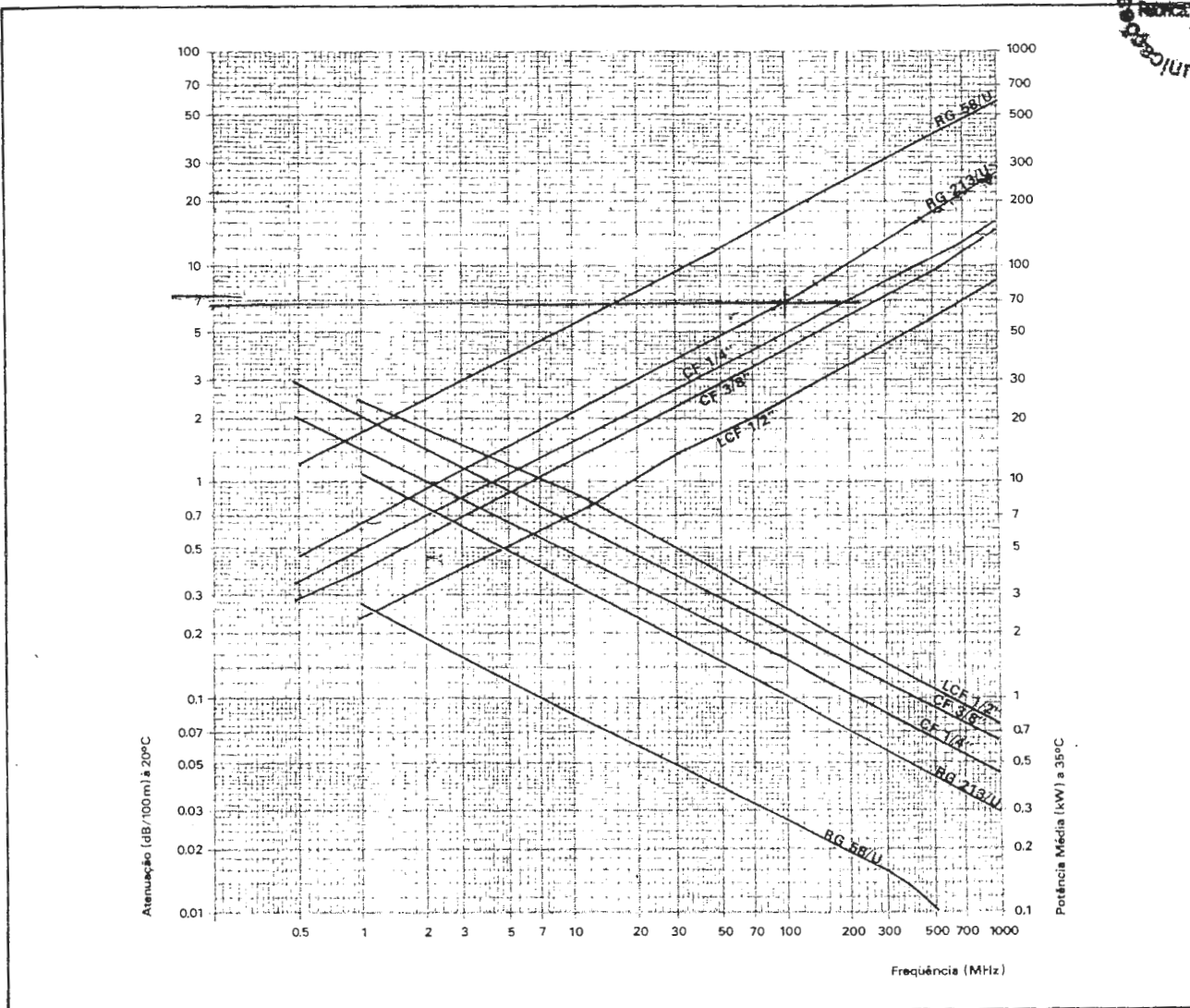
	RG 58/U	RG 213/U
Condutor Interno	Corda de Fios de Cobre Estanhado Ø 0,9 mm	Corda de Fios de Cobre Nú Ø 2,3 mm
Isolamento	PE Sólido Ø 2,95 mm	PE Sólido Ø 7,3 mm
Condutor Externo	Trança de Fios de Cobre Estanhado Ø 3,5 mm	Tranças de Fios de Cobre Nú Ø 8,2 mm
Capa	PVC Preto	PVC Preto
Diâmetro Final Aprox. (mm)	4,95	10,3
Peso (Kg)	40/Km	160/Km
Raio Mínimo de Curvatura (mm)	25 p/ um Dobramento 75 p/ Dobr. Seguidos	150 p/ um Dobramento 150 p/ Dobr. Seguidos

kmP

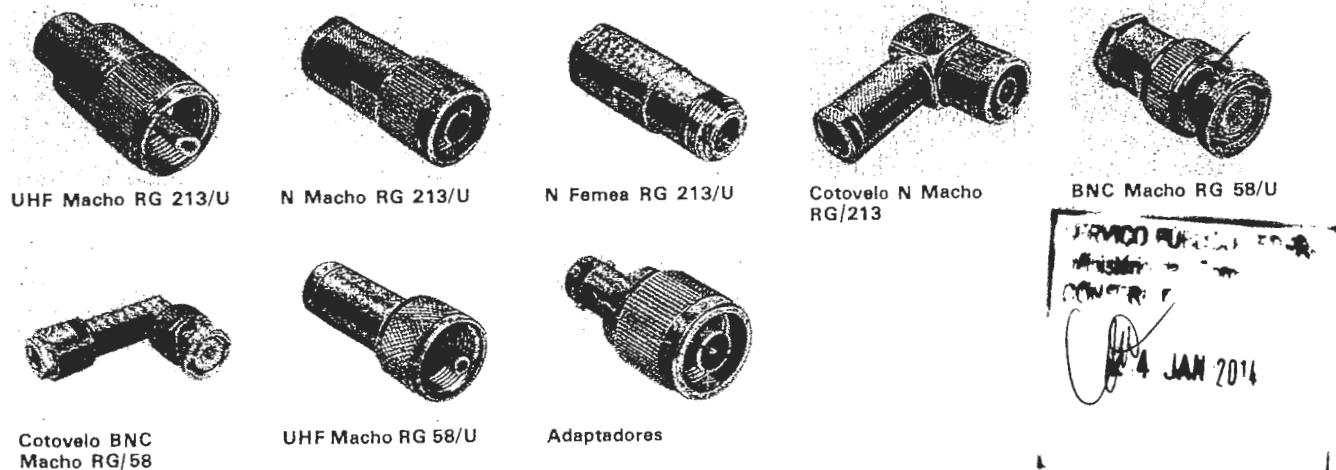
Kabelmetal

Curvas de atenuação e potência nominal para cabos 50 OHMS

DRMC - 03 M. das
Comunicações
R. 144



Conectores e Acessórios



MUDANÇA N.ºs TELEX
1171842 e 1171873
A PARTIR 02-11-86

kmp

Cabos Especiais e Sistemas Ltda.

BR 116 / km 25. Cx. Postal 146
06800 Embú SP
Tel. 011 / 494 2433 Pabx
Telex 011 / 33234 KMPL BR
Telegramas Pirelcable

Ministério das Comunicações
Delegacia Regional em Minas Gerais
Avenida Afonso Pena, 1270, Térreo – Centro
CEP: 30.130-900 – Belo Horizonte – MG
A/C: Geraldo Roberto Vilela

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL
EM 19 / 10 / 12
Conforme art. 20, § 3º, Lei nº 9.784/99

Junio Walston Andrade Garro
Agente Administrativo
Mat. 1787576
DRMC-03



PESO (kg)

MANDOU, CHEGOU.

SI 66547555 4 BR



10/10/2012

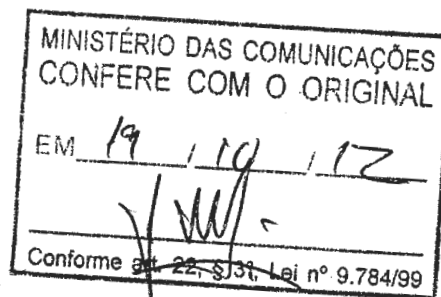


Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso

Rua Dom Ferrão, 483, centro, Dom Viçoso

CEP: 37474-000

Dom Viçoso MG



Júlio Wallton Andrade Garro
Agente Administrativo
Mat. 1787576
DRMC-03

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.065306/2011

Localidade/UF: DOM VIÇOSO/MG

Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA DO POVO DE DOM VICOSO

Aviso: 41

Canal: 285

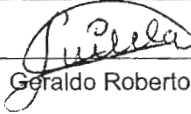
Coordenadas			Distância
	IBGE(A)	Sede(B)	Sist. Irradiante
Latitude:	S22°15'16"		S22°15'10"
Longitude:	W45°09'40"		W45°09'37"
			Distância A-C 0.2 Km
			Distância B-C

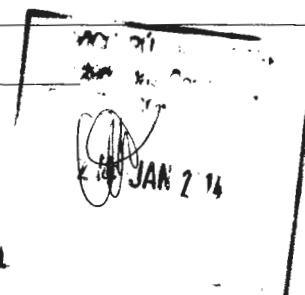
Processo				
1. Entregou documentação tempestivamente?				Sim
2. Endereço da Antena Proposta				
Rua Dom Ferrão, 483 N° null - B. Centro DOM VIÇOSO - MG				
3. Endereço da Sede				
null				
4. Relação de Concorrentes (d<=4000 m)				
Processo	Município	UF	Distância (Km)	Status

5. Dependentes ordenados pela precedência do aviso de inscrição (d< 4000 m)				
Processo	Município	UF	Distância (Km)	Status
53000.007435/2009	DOM VIÇOSO	MG	0,04	ARQCDI

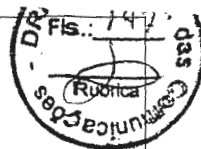
Check List	
6. Entregou documentação tempestivamente	Sim
7. A estação situa-se em município de Faixa de Fronteira?	Não
8. Declaração do representante legal da entidade relativa ao item 6.7, IX da Norma	Sim
9. A área urbana da localidade é <= 3,5 km?	Sim
10. Este endereço está sediado na área da comunidade para qual a emissora pretende	Sim
	Viável

11. Conclusão Geral (Parecer Técnico)
ANÁLISE TÉCNICA CONCLUÍDA (TÉCNICA 01 - VIÁVEL) - GERALDO em 26/10/2012.
ANÁLISE TÉCNICA CONCLUÍDA (TÉCNICA 01 - VIÁVEL) - ELZA em 09/02/2012.


Geraldo Roberto Vilela



Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE DE INSTALAÇÃO DA ESTAÇÃO DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.065306/2011

Localidade / UF: DOM VIÇOSO/MG

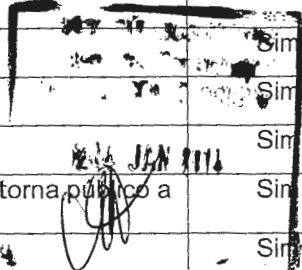
Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA DO POVO DE DOM VICOSO

Aviso: 41

Canal: 285

Processo

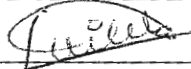
1. Entregou documentação tempestivamente?	Sim
2. O transmissor está certificado?	Sim
3. Potência efetiva irradiada (ERP) \leq 25W (-16,02 dBk)?	Sim
4. Verificar no Formulário de Informação Técnicas se o Ganho de antena \leq 0,0 dBu?	Sim
5. Apresentou Anotação de Responsabilidade Técnica - ART referente à instalação proposta? (nº VIII, item 6.11)	Sim
6. Apresentou parecer conclusivo, assinado pelo profissional habilitado, atestando q a instalação proposta atende a todas as exigências das normas técnicas em vigor aplicáveis à mesma e que o contorno de 91 dBu da emissora não fica situado a mais de 1Km de distância da antena transmissora em nenhuma direção? (nº VII, item 6.11)	Sim
7. Apresentou declaração do profissional habilitado atestando que a instalação proposta não fere os gabaritos de proteção aos aeródromos, ou declaração do órgão competente do Ministério da Aeronáutica autorizando a instalação proposta, ou se for o caso, declaração da inexistência de aeródromo na localidade? (nº VI, item 6.11)	Sim
8. Apresentou declaração do profissional habilitado de que a cota do terreno, no local de instalação do sistema irradiante, atende as condições exigidas no item 14.2.7.1 ou estado específico, conforme determina o item 14.2.7.1.1? (nº V, item 6.11)	Sim
9. Apresentou declaração do profissional habilitado de que a cota do terreno, no local de instalação do sistema irradiante, atende as condições exigidas no item 14.2.7.1 ou estado específico, conforme determina o item 14.2.7.1.1? (nº V, item 6.11)	Sim
10. Apresentou diagrama de irradiação horizontal da antena transmissora, com a indicação do norte verdadeiro, diagrama de irradiação vertical e especificações técnicas do sistema irradiante proposto; no caso de antenas de polarização circular ou elíptica, devem ser apresentadas curvas distintas das componentes horizontal e vertical dos diagramas? (nº IV, item 6.11)	Sim
11. Apresentou planta de arruamento, em escala de denominador máximo igual a 10.000, onde deverá estar assinalado o local de instalação do sistema irradiante, com indicação da coordenadas geográficas com precisão de segundos, e traçada a circunferência de até 1Km de raio. que limita a área abrangida pelo contorno de serviços?(nº III, item 6.11)	Sim
12. Apresentou Declaração firmada pelo representante legal da entidade de que na ocorrência de interferência tomará as providências previstas na letra "a" do item 6.11 da Normal 02/98, Portaria 191 de 06/08/98, DOU 07/08/98?	Sim
13. Apresentou Declaração firmada pelo representante legal da entidade de que na ocorrência de interferência tomará as providências previstas na letra "b" do item 6.11 da Normal 02/98, Portaria 191 de 06/08/98, DOU 07/08/98?	Sim
14. Apresentou Formulário padronizado DOUL/RADCOM 02?	Sim
15. Entregou documentação tempestivamente?	Sim
16. Intensidade de campo no limite da área de serviço \leq 91 dBu?	Sim
17. As coordenadas geográficas do local de instalação são as mesmas do aviso que torna público a relação das entidades SELECIONADAS para a prestação do serviço?	Sim
18. Altura da antena em relação ao solo \leq 30m?	Sim



19. Dados do Transmissor

a. Fabricante :	Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.		b. Modelo :	TEC113		
c. Categoria :	2H	d. Certificado:	0717030345	e. Potência (W) :	25	

20. Dados do Transmissor Reserva				
a. Fabricante :		b. Modelo :		
c. Categoria :		d. Certificado:	e. Potência (W) :	
21. Dados da Antena				
a. Fabricante:		Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.		b. Modelo : PT 1/4 0dB
c. Altura:	25,0	d. Ganho Máximo:	0	22. Intensidade de campo(dBu) : 88.83
23. Conclusão Geral (Parecer Técnico)				
<p>A cidade de Dom Viçoso é bem menor que 3,5 Km, tem apenas 1 Km. Processo tecnicamente instruído em 2ª fase.</p>				



 Geraldo Roberto Vilela



ANATEL

Agência Nacional
de Telecomunicações



BOM DIA
GERALDO ROBERTO VILELA
Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD » » RADCOM » » Relatórios » » Plano de Referência | Internet | tela | menu | ajuda

Relatório de RADCOM - Plano de Referência

UF: MG

Município: Dom Viçoso

Município

Canal

Frequência

Dom Viçoso

285

104,9

Usuário: anatel\geraldo.mc - GERALDO ROBERTO VILELA

Data: 21/11/2012

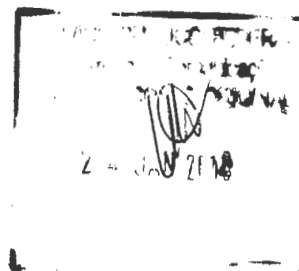
Hora: 09:19:56

Registro 1 até 1 de 1 registros

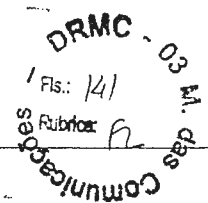
Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial

Imprimir



Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.065306/2011 Localidade / UF: DOM VIÇOSO/MG
Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA DO POVO DE DOM VICOSO
Aviso: 41 Publicação: 26/10/2011 Prazo: 60 Canal: 285

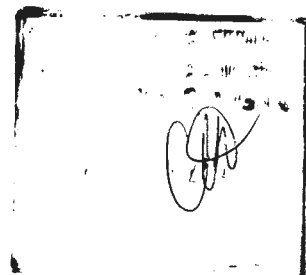
Processo

1. A Entidade é uma:	Associação
----------------------	------------

2. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Em face da análise inicialmente efetuada nos autos em detrimento à Lei nº 9.612/98, bem como Norma Complementar nº 01/2011, o processo foi instruído pela análise jurídica e pela análise técnica. Encaminhamento de processo instruído para a revisão da consultoria jurídica.
É o relatório.
À Consideração Superior.

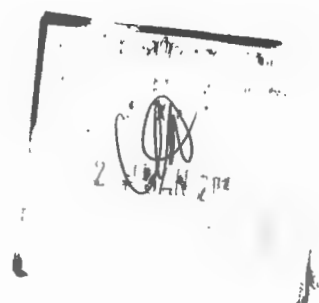

FERNANDA LELLIS FERNANDES



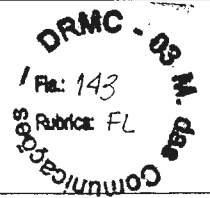


Google earth

pés 2000
metros 700



Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.065306/2011 Localidade / UF: DOM VIÇOSO/MG
Entidade: ASSOCIACAO COMUNITARIA DO POVO DE DOM VICOSO
Aviso: 41 Publicação: 26/10/2011 Prazo: 60 Canal: 285

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Valkíria Imaculada de Paula Alves	045.886.936-89	1º Secretário	05/11/2011 05/11/2015	
Francisco Rosini Pinto	032.844.616-55	1º Tesoureiro	05/11/2011 05/11/2015	
Elisângela Maria da Silva	044.969.326-01	Diretor de Patrimônio	05/11/2011 05/11/2015	
Marlene Aparecida dos Santos	040.030.286-19	Vice-Presidente	05/11/2011 05/11/2015	
Wanderley Paulino	073.600.586-27	Presidente	05/11/2011 05/11/2015	

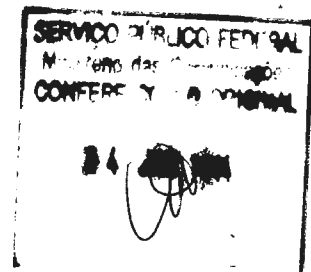
3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Em face da análise inicialmente efetuada nos autos em detrimento à Lei nº 9.612/98, bem como Norma Complementar nº 01/2011, o processo foi instruído pela análise jurídica e pela análise técnica. Encaminhamento de processo instruído para a revisão da consultoria jurídica.

É o relatório.

À Consideração Superior.


FERNANDA LELLIS FERNANDES





SSC-E-M. 0
Fis. 144
Rubrica: J.
- 5895

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional em Minas Gerais

Avenida Afonso Pena, 1270, Térreo – Centro - Belo Horizonte/MG - Cep: 30.130-900
(31) 3222-9051

Nota Técnica nº 076/2013/DRMC/MG-MC

Assunto: **Encaminhamento de Processo Instruído para Revisão da Consultoria Jurídica.**

Referência: Processo nº 53000.065306/2011-39

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de autorização da **Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Dom Viçoso**, estado de **Minas Gerais**, protocolizado em 20/12/2011.

ANÁLISE

2. A **Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso**, inscrita no CNPJ sob o número **09.307.904/0001-39**, com sede à **Rua Dom Ferrão, nº 483, Bairro Centro**, no município de **Dom Viçoso**, no estado de **Minas Gerais**, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 07/12/2011, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03/06/1998.

3. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 26/10/2011, com prazo final em 26/12/2011 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

4. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

5. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19/02/1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03/03/1998 e Norma Complementar nº 1/2011, aprovada pela Portaria nº 462 de 14/10/2011, publicada no DOU de 18/10/2011.

6. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na

Rua Dom Ferrão nº 483, Bairro Centro, no município de **Dom Viçoso**, estado de **Minas Gerais**, de coordenadas geográficas em 22°15'10"S de latitude e 45°09'37"W de longitude. Estas coordenadas não foram alteradas.

7. A análise técnica inicial desenvolvida demonstra que as coordenadas geográficas indicadas foram aceitas, pelo que se depreende da memória do documento de folha 44, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão.

8. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação por ela encaminhada, constatarem-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 8.1 alíneas "b" e "c" da Norma nº 1/2011 e certidões elencadas no subitem 10.8 e alíneas, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 116 a 145).

9. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – folha 136, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 1/2011, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se na folha 147. Nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

10. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 02 a 145 dos autos, corresponde ao que se segue:

I. estatuto social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma nº 1/2011;

II. ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;

III. comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;

IV. manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

V. projeto técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma nº 1/2011;

VI. declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 8.1, alínea "f", subalíneas "f.1", "f.2" e alínea "g" da Norma nº 1/2011 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

VII. certidões constantes do subitem 10.8 e alíneas da Norma nº 1/2011;

11. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

I. nome: **Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso;**

II. quadro diretivo:

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Wanderley Paulino	Presidente
Marlene Aparecida dos Santos	Vice-Presidente
Valkiria Imaculada de Paula Alves	Secretária
Francisco Rosinei Pinto	Tesoureiro
Elizângela Maria da Silva	Diretora de Patrimônio

III. localização do **transmissor e sistema irradiante: Rua Dom Ferrão, nº 483, Bairro Centro**, município de **Dom Viçoso**, estado do **Minas Gerais**;

IV. localização do **estúdio: Rua Dom Ferrão nº 483, Bairro Centro**, município de **Dom Viçoso**, estado do **Minas Gerais**;

V. **coordenadas geográficas** do sistema irradiante: **22°15'10" S** de latitude e **45°09'37" W** de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom" folha 147, bem como no "Formulário de Informações Técnicas" folha 136, e que se referem à localização da estação.

CONCLUSÃO

12. Por todo o exposto, entendemos que o presente processo encontra-se devidamente instruído e opinamos pelo seu encaminhamento à Consultoria Jurídica para prosseguimento.


À consideração superior.

Belo Horizonte, 25 de março de 2013.



FERNANDA LELLIS FERNANDES
Analista Técnico Administrativo

Belo Horizonte, 25 de março de 2013.



GERALDO ROBERTO VILELA
Engenheiro

De acordo. À consideração do Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária.

Belo Horizonte, 25 de março de 2013.



LUCIANO ALVES CORGOSINHO

Delegado Regional do Ministério das Comunicações em Minas Gerais
Substituto

De acordo. À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 5 de abril de 2013.

de

de 2013.



SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

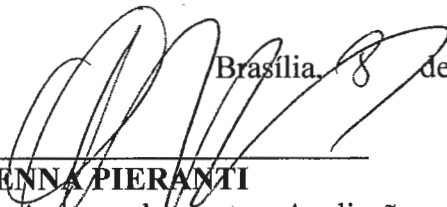
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

De acordo, conforme Portaria de delegação nº 166, de 18/10/2012, publicada no Diário Oficial de 19/10/2012. À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 8 de abril de 2013.

de

de 2013.



OCTAVIO PENNA PIERANTI

Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação

Aprovo a Nota Técnica. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 8 de abril de 2013.

de

de 2013.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica



Octávio Penna Pieranti
Secretário de Serviços de
Comunicação Eletrônica
Substituto

**RELAÇÃO DE PROCESSOS CONCORRENTES PARA A EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA**

MUNICÍPIO: DOM VIÇOSO	UF: MG
ENTIDADE SELECIONADA: Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso	
Nº DO PROCESSO: 53000.065306/2011-39	
<p>Critérios adotados para seleção: Atendimento aos preceitos da Lei 9612/98 de 19/02/1998, ao Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária aprovado pelo Decreto 2615/98 de 03/06/1998, à Norma 1/2011 .</p>	

Belo Horizonte, 25 de março de 2013.

Responsável:

Fernanda Lellis Fernandes

147
SK

FICHA DE ACOMPANHAMENTO

Tipo do Protocolo: Processo
Nº do Protocolo: 53000.065306/2011-39
Data/Hora: 10/04/2013 10:27

Espécie: REQUERIMENTO Número:
Código Class. Arquivo: 999 - ATIVIDADE GENERICA TEMPORARIA APENAS PARA AGILIZAR A
UF: MG IMPLANTACAO

Procedência: ASSOCIACAO COMUNITARIA DO POVO DE DOM VICOSO

Solicitante:

Resumo do Assunto:

ENCAMINHA REQUERIMENTO PARA AUTORIZACAO DE EXECUCAO DO SERVICO DE RADIODIFUSAO
COMUNITARIA NA LOCALIDADE DE DOM VICOSO, ESTADO DE MINAS GERAIS. CANAL 285. AVISO
Nº 12/2011.

Resumo do Complemento:

Interessados:

- ASSOCIACAO COMUNITARIA DO POVO DE DOM VICOSO

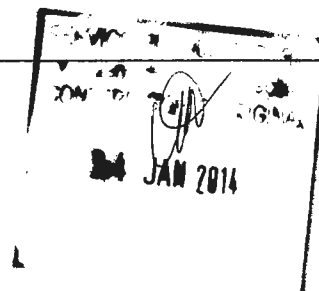
Para: Locaidio

Para o obséquio de:	<input type="checkbox"/> Falar-me	<input type="checkbox"/> Arquivar
	<input type="checkbox"/> Examinar e Informar	<input type="checkbox"/> Providenciar
	<input type="checkbox"/> Responder	<input type="checkbox"/> Dar Parecer
	<input type="checkbox"/> Preparar Resposta	<input type="checkbox"/> _____

Favor Providenciar até: 23/04/13

Data: 10/04/13

Assinatura Cag





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JUDICIAIS



COTA N° 303/2013/LRM/CVS/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO N° 53000.065.306/2011-39

ASSUNTO : Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso. Autorização para execução de serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dom Viçoso, Estado de Minas Gerais. Falta pesquisa realizada nos Sistemas de Fiscalização da ANATEL, sobre a prestação ou não de radiodifusão clandestina por parte desta entidade e dos seus dirigentes e também das Certidões Criminais da Justiça Estadual e relativas aos feitos criminais dos dirigentes da entidade.

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária,

Restituo a Vossa Senhoria os autos do processo em epígrafe para adoção de medidas cabíveis com relação à instrução processual, tendo em vista que não foi localizada nos autos do processo em referência (53000.065.306/2011-39) a pesquisa realizada nos Sistemas de Fiscalização da ANATEL, sobre a prestação ou não de radiodifusão clandestina por parte da Entidade e de seus dirigentes e também as certidões expedidas pela Justiça Estadual - Comarca de Dom Viçoso e relativas aos feitos criminais dos Dirigentes da Entidades.

Brasília, 18 de abril de 2013.


Cláudia Maria Vilela Von Sperling
Advogada da União





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
NO ESTADO DE MINAS GERAIS
Avenida Afonso Pena, nº 1270- Térreo – (ECT) - Centro 30.130-900
Belo Horizonte–MG
(31) 3273-3612

Ofício nº 517/2013/DRMC/MG-MC

Belo Horizonte, 10 de outubro de 2013.

Ao Senhor

WANDERLEY PAULINO

Representante Legal da Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso

Rua Dom Ferrão, nº 483

37474-000 Dom Viçoso– MG

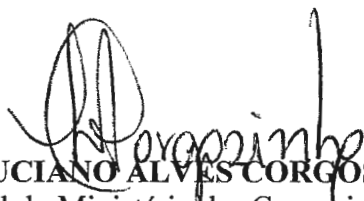
Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.065306/2011-39**

Senhor Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.065306/2011-39**, na localidade de **Dom Viçoso/ MG**, no qual essa Entidade requer autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 523, que indica pendências passíveis de saneamento pela entidade.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada e esclareça todos os pontos acima questionados. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de outorga será indeferido.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.
4. Aproveitamos para informar que esta Secretaria poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e mantenham atualizado o endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito

por meio de ofício, com assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

Atenciosamente,



LUCIANO ALVES CORGOSINHO

Delegado Regional do Ministério das Comunicações em Minas Gerais
Substituto



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Delegacia Regional em Minas Gerais
Avenida Afonso Pena, 1270, Térreo – Centro - Belo Horizonte/MG - Cep: 30.130-900
(31) 3222-9086

Nota Técnica nº 523/2013/ DRMC/MG-MC

Assunto: **Constatação de pendências.**

Referência: Processo nº 53000.065306/2011-39

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de autorização da **Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Dom Viçoso / MG**, protocolizado em 20/12/2011.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

I. certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos da Justiça Estadual, de acordo com o disposto no 10.8, alínea “a” da Norma nº 1/2011;

CONCLUSÃO

2. Em face do exposto, constatou-se a necessidade de saneamento das referidas pendências.

3. Desta forma, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de outorga será indeferido.

4. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

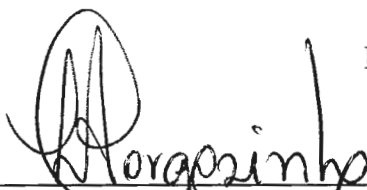
À consideração superior.

Belo Horizonte, 10 de outubro de 2013.



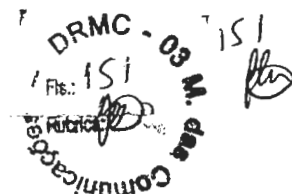
FERNANDA LELLIS FERNANDES
Analista Técnico Administrativo


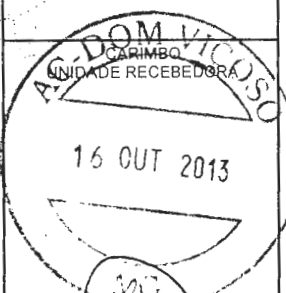

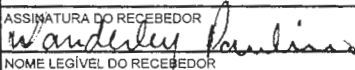
De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 523/2013/DRMC.



Belo Horizonte, 10 de outubro de 2013.

LUCIANO ALVES CORGOSINHO
Delegado Regional do Ministério das Comunicações em Minas Gerais
Substituto



Área de cola no verso)	 CORREIOS AVISO DE RECEBIMENTO AR		DATA DE POSTAGEM	
	DESTINATÁRIO WANDERLEY PAULINO - REP.LEGAL DA ASS. COMUNITÁRIA POVO DE DOM VIÇOSO RUA DOM FERRÃO 483 CENTRO 37474-000 DOM VIÇOSO-MG JG 89223020 8 BR ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES EM MINAS GERAIS - DRMC/MG AVENIDA AFONSO PENA 1.270 TÉRREO - SALA 001 CENTRO 30130-900 BELO HORIZONTE-MG		UNIDADE DE POSTAGEM	
				
	TENTATIVAS DE ENTREGA		DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) OF.517/2013/DRMC/MG-MC.PROC.53000.065306/11.	
1ª <u> / / </u> <u> </u> : <u> </u> : <u> </u> h		MOTIVO DE DEVOLUÇÃO		RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO 
2ª <u> / / </u> <u> </u> : <u> </u> : <u> </u> h		1 Mudou-se 5 Recusado		
3ª <u> / / </u> <u> </u> : <u> </u> : <u> </u> h		2 Endereço insuficiente 6 Não procurado 3 Não existe o número 7 Ausente 4 Desconhecido 8 Falecido 9 Outros <u> </u>		
ASSINATURA DO RECEBEDOR 		DATA ENTREGA <u> / / </u>		
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR Wanderley Paulino		Nº DO RECEBIMENTO JG 89223020 8		

24- JAN 2014

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVO DE DOM VIÇOSO

Rua Dom ferrão, 483, centro de Dom viçoso

CNPJ: 09.307.904/0001-39

E-mail: comunitariacolinasfm@yahoo.com.br

OFÍCIO Nº 002/2013/ Secretaria/Associação

Dom Viçoso, 23 de outubro de 2013.

Ao Senhor

Delegado Regional Luciano Alves Corgoinho

DRMC/MG- MC

Avenida Afonso Pena, nº 1270, Térreo, Centro – CEP: 30.130-900

Belo Horizonte – MG



Assunto: Encaminha Certidão de Dirigentes da Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso

Referência: Ofício nº 517/2013/DRMC/ MG-MC

Senhor Delegado,

Sirvo-me do presente para encaminhar certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos da Justiça Estadual.

Sendo o que se apresenta para o momento.

Atenciosamente,

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 062130/2013-25

DRMC/MG

29/10/2013-14:35

Paulino
Wanderley Paulino

Presidente da Associação C. do Povo de Dom Viçoso





TJMG - COMARCA DE CARMO DE MINAS
JUSTIÇA COMUM

CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, d Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no qu se refere aos registros de distribuição das ações Cíveis, Família, Fazend Pública Federal, Fazenda Pública Estadual, Fazenda Pública Municipal, Falências Concordatas, Registros Públicos, Sucessões e Ausência, excetuados os feitos d competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

ELIZAGELA MARIA DA SILVA ✓ *Elizagela Maria da Silva*
CPF: 04496932601 RG: 10701351/MG

CARMO DE MINAS, 22 de OUTUBRO de 2013 - 09:07:04

Marília
MARÍLIA LIA NOGUEIRA JUNQUEIRA
ESCRIV(A) DO JUDICIAL



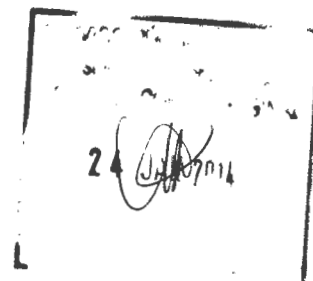
ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura ger sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativ de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissã. ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM ADOLFO G. NASCIMENTO
R. CAPITÃO ANTONIO JOSÉ, 326 BAIRRO: CENTRO CEP: 37472000
CARMO DE MINAS - MINAS GERAIS





TJMG - COMARCA DE CARMO DE MINAS
JUSTIÇA COMUM

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, d Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no qu se refere aos registros de distribuição das ações relativas a Crimes Comuns Falimentares, de Tóxicos, de Trânsito e de competência do Júri, excetuados os feito de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

ELIZAGELA MARIA DA SILVA

CPF: 04496932601

RG: 10701351/MG

CARMO DE MINAS, 22 de OUTUBRO de 2013 - 09:10:21

Joia
MARÍLIA CÉLIA NOGUEIRA JUNQUEIRA
ESCRIV(A) DO JUDICIAL



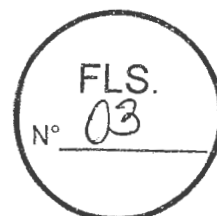
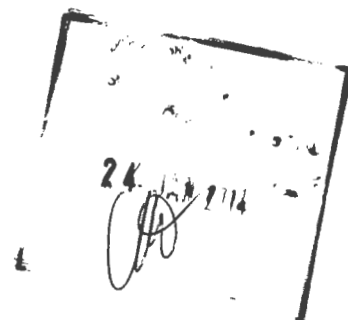
ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM ADOLFO G. NASCIMENTO
R. CAPITÃO ANTONIO JOSÉ, 326 BAIRRO: CENTRO CEP: 37472000
CARMO DE MINAS - MINAS GERAIS



TJMG - COMARCA DE CARMO DE MINAS
JUSTIÇA COMUM

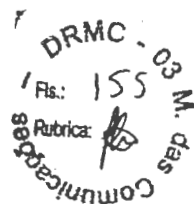
CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações Cíveis, Família, Fazer Pública Federal, Fazenda Pública Estadual, Fazenda Pública Municipal, Falências Concordatas, Registros Públicos, Sucessões e Ausência, excetuados os feitos competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

FRANCISCO ROSINEI PINTO / 1º Tabelião
CPF: 03284461655 RG: 8378403/MG

CARMO DE MINAS, 22 de OUTUBRO de 2013 - 09:05:45

Marília
MARÍLIA GOMES NOGUEIRA JUNQUEIRA
ESCRIVÃO DO JUDICIAL



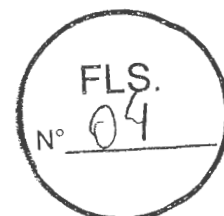
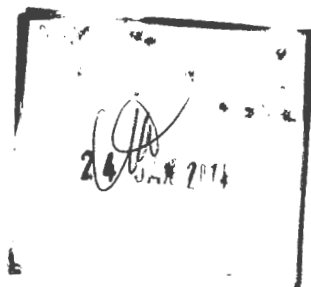
ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gerará sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão.
ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM ADOLFO G. NASCIMENTO
R. CAPITÃO ANTONIO JOSÉ, 326 BAIRRO: CENTRO CEP: 37472000
CARMO DE MINAS - MINAS GERAIS





TJMG - COMARCA DE CARMO DE MINAS
JUSTIÇA COMUM

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no q se refere aos registros de distribuição das ações relativas a Crimes Comuns Falimentares, de Tóxicos, de Trânsito e de competência do Júri, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

FRANCISCO ROSINEI PINTO

CPF: 03284461655

RG: 8378403/MG

CARMO DE MINAS, 22 de OUTUBRO de 2013 - 09:06:09

Marília
MARÍLIA LETA NOGUEIRA JUNQUEIRA
ESCRIVÃO DO JUDICIAL



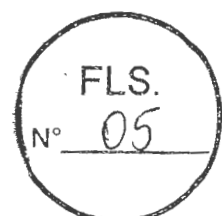
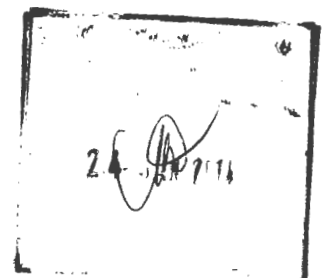
ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura ger. sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM ADOLFO G. NASCIMENTO
R. CAPITÃO ANTONIO JOSÉ, 326 BAIRRO: CENTRO CEP: 37472000
CARMO DE MINAS - MINAS GERAIS



TJMG - COMARCA DE CARMO DE MINAS
JUSTIÇA COMUM

CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, e Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações Cíveis, Família, Fazenda Pública Federal, Fazenda Pública Estadual, Fazenda Pública Municipal, Falências, Concordatas, Registros Públicos, Sucessões e Ausência, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

VALKIRIA IMACULADA DE PAULA ALVES - 1ª secretária
CPF: 04588693689 RG: 11766523/MG

CARMO DE MINAS, 22 de OUTUBRO de 2013 - 09:04:00

Marília
MARÍLIA CARLA NOGUEIRA JUNQUEIRA
ESCRIVÃO(O) DO JUDICIAL



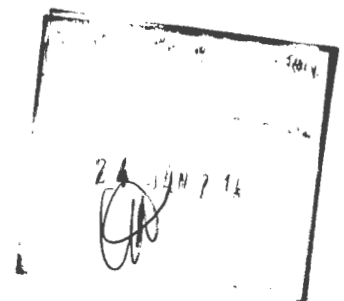
ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gerará sua invalidade e será considerada como indicio de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM ADOLFO G. NASCIMENTO
R. CAPITÃO ANTÔNIO JOSÉ, 326 BAIRRO: CENTRO CEP: 37472000
CARMO DE MINAS - MINAS GERAIS





TJMG - COMARCA DE CARMO DE MINAS
JUSTIÇA COMUM

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações relativas a Crimes Comuns: Falimentares, de Tóxicos, de Trânsito e de competência do Júri, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

VALKIRIA IMACULADA DE PAULA ALVES

CPF: 04588693689

RG: 11766523/MG

CARMO DE MINAS, 22 de OUTUBRO de 2013 - 09:04:32

grina
MARILIA CENETI NOGUEIRA JUNQUEIRA
ESCRIVÃO(O) DO JUDICIAL



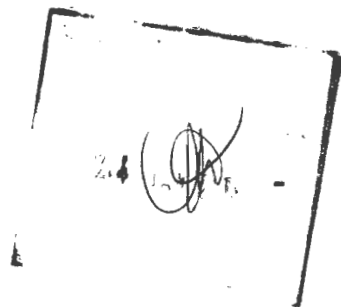
ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gerará sua invalidade e será considerada como indicio de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTA DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM ADOLFO G. NASCIMENTO
R. CAPITÃO ANTONIO JOSÉ, 326 BAIRRO: CENTRO CEP: 37472000
CARMO DE MINAS - MINAS GERAIS





TJMG - COMARCA DE CARMO DE MINAS
JUSTIÇA COMUM

CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, (Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações Cíveis, Família, Fazenda Pública Federal, Fazenda Pública Estadual, Fazenda Pública Municipal, Falências, Concordatas, Registros Públicos, Sucessões e Ausência, excetuados os feitos (competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

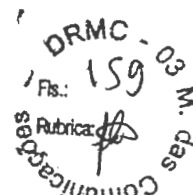
WANDERLEY PAULINO - *Wanderley*

CPF: 07360058627

RG: 9247448/MG

CARMO DE MINAS, 22 de OUTUBRO de 2013 - 09:01:25

Marília
MARÍLIA CÉLIA NOGUEIRA JUNQUEIRA
ESCRIVÃO(O) DO JUDICIAL



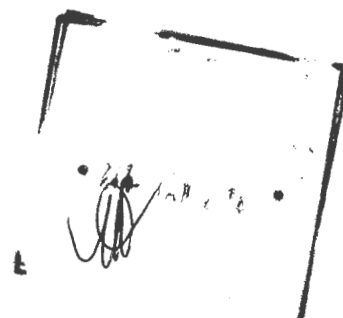
ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gerará sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM ADOLFO G. NASCIMENTO
R. CAPITÃO ANTÔNIO JOSÉ, 326 BAIRRO: CENTRO CEP: 37472000
CARMO DE MINAS - MINAS GERAIS





TJMG - COMARCA DE CARMO DE MINAS
JUSTIÇA COMUM

CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, e Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações Cíveis, Família, Fazenda Pública Federal, Fazenda Pública Estadual, Fazenda Pública Municipal, Falências, Concordatas, Registros Públicos, Sucessões e Ausência, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

MARLENE APARECIDA DOS SANTOS - *Via - Arquivada*

CPF: 04003028619

RG: 11659797/MG

CARMO DE MINAS, 22 de OUTUBRO de 2013 - 09:02:32

J. Nogueira
MARÍLIA CÉLIA NOGUEIRA JUNQUEIRA
ESCRIVÃO(O) DO JUDICIAL



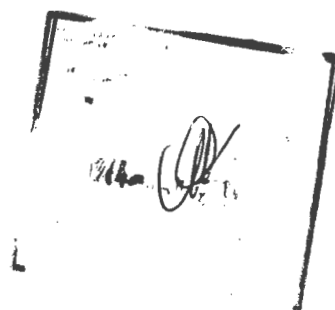
ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gerará sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTO DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM ADOLFO G. NASCIMENTO
R. CAPITÃO ANTÔNIO JOSÉ, 326 BAIRRO: CENTRO CEP: 37472000
CARMO DE MINAS - MINAS GERAIS





TJMG - COMARCA DE CARMO DE MINAS
JUSTIÇA COMUM

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

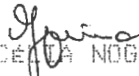
CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO Nº 161/CGJ/2006, e Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações relativas a Crimes Comuns Falimentares, de Tóxicos, de Trânsito e de competência do Júri, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

MARLENE APARECIDA DOS SANTOS

CPF: 04003028619

RG: 11659797/MG

CARMO DE MINAS, 22 de OUTUBRO de 2013 - 09:02:53


MARÍLIA CÉCILIA NOGUEIRA JUNQUEIRA
ESCRIVÃO(O) DO JUDICIAL



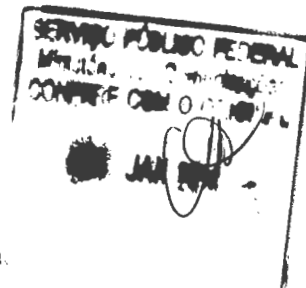
ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

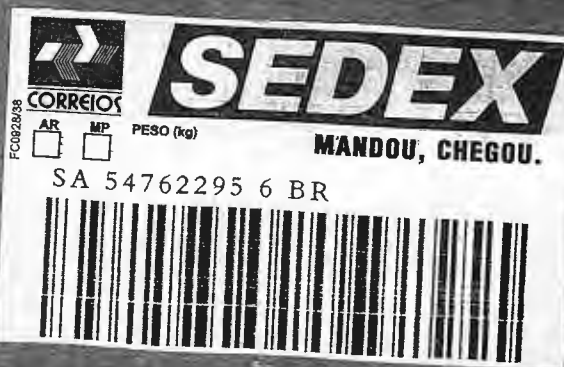
Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gerará sua invalidade e será considerada como indicio de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. ISENTOS DE PAGAMENTO. Provimento-conjunto nº 12/2010

FÓRUM ADOLFO G. NASCIMENTO
R. CAPITÃO ANTONIO JOSÉ, 326 BAIRRO: CENTRO CEP: 37472000
CARMO DE MINAS - MINAS GERAIS



Ministério das Comunicações
Delegacia Regional em Minas Gerais
Avenida Afonso Pena, 1270, Térreo – Centro
Belo Horizonte/ MG
CEP: 30.130-900



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

ENT.	30	10	2013
------	----	----	------

Fernando Duarte L. Soares
Contatado em: 22.5.35. Lm 19/784/99

Fernando Duarte L. Soares
Agente Administrativo
Mat. 1787684
DRMC-03

DRMC - 03 M. das
163
19/05/2013



1.4% DEDUÇÃO NO VENCIMENTO

Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso
Rua Dom Ferrão, nº 483
Dom Viçoso/ MG
CEP: 37474-000



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 3005/2013/CGRC/ SCE-MC

Assunto: **Retorno de Processo Instruído à Consultoria Jurídica.**

Referência: Processo nº 53000.065306/2011

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se o presente processo de pedido de autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Dom Viçoso / MG**, formulado pela **Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso**.

ANÁLISE

2. Em decorrência da análise da documentação instrutória do processo em epígrafe e de acordo com a COTA nº 303/2013/LRM/ CVS/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, datada de 18/04/2013 foram apontadas as seguintes pendências:

I. Ausência de certidões expedidas pela Justiça Estadual dos dirigentes.

3. Desta forma, seguiram-se diligências para a apresentação da referida documentação, tendo sido a mesma encaminhada pela Requerente, complementando a documentação instrutória do processo.

CONCLUSÃO

4. Frente ao saneamento das pendências, este Departamento conclui que toda a documentação constante dos autos do processo encontra-se de acordo com a legislação atinente.

5. Por todo o exposto, entendemos que o presente processo encontra-se devidamente instruído e opinamos pelo seu encaminhamento à Consultoria Jurídica para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 08 de novembro de 2013.


LÚCIA HELENA MAGALHÃES BUENO ROSA
Analista / Chefe de Serviço

De acordo. À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação.

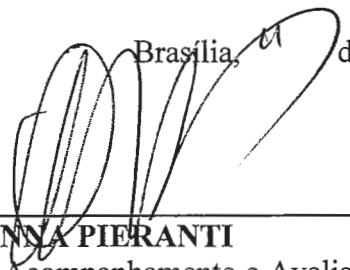
Brasília, 8 de novembro de 2013.



SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 3005 /2013/CGRC/SCE-MC, conforme Portaria de delegação nº 166, de 18/10/2012, publicado no Diário Oficial de 19/10/2012.

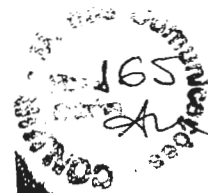
Brasília, 11 de novembro de 2013.



OCTAVIO PENNA PIERANTI
Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JUDICIAIS



COTA N° 944/2013/LRM/CVS/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO N° 53000.065306/2011-39

ASSUNTO : Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso. Autorização para execução de serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dom Viçoso, Estado de Minas Gerais. Ausência de pesquisa realizada nos Sistemas de Fiscalização da ANATEL, sobre a prestação, ou não, do serviço de radiodifusão clandestina por parte desta entidade e dos seus dirigentes.

Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária,

Restituo a Vossa Senhoria o processo em epígrafe para adoção de medidas cabíveis com relação à sua instrução, tendo em vista a ausência de documentos essenciais à apreciação conclusiva do feito.

02. Cuida o processo de Aviso de Habilitação, publicado no Diário Oficial da União em 26.10.2011, com prazo final para apresentação da documentação em 26.12.2011.

03. Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente processo fora objeto de exame anterior por esta Consultoria Jurídica, ocasião em que se verificou não terem sido juntados os seguintes documentos: (i) pesquisa realizada nos Sistemas de Fiscalização da ANATEL, sobre a prestação, ou não, de radiodifusão clandestina por parte da Entidade e de seus dirigentes; e, (ii) certidões expedidas pela Justiça Estadual - Comarca de Dom Viçoso e relativas aos feitos criminais dos Dirigentes da Entidades. *b3b*


04. A ausência dos documentos mencionados no parágrafo anterior ensejou a elaboração da Cota 303/2013/LRM/CVS/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, à fl. 148 dos autos.

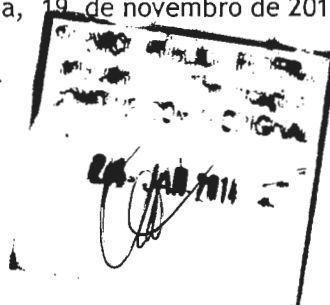
05. Ocorre que, por equívoco, a SCE apenas promoveu diligências junto à entidade para que fossem trazidas à colação as certidões expedidas pela Justiça Estadual - Comarca de Dom Viçoso, relativas aos feitos criminais dos Dirigentes da Entidade.

06. Assim, requer-se, pois, o obséquio de esta Secretaria promover diligências no sentido de trazer à colação a certidão da ANATEL acima referida, de modo a complementar a instrução do processo.

07. Ultimadas as providências, retornem os autos a esta CONJUR para manifestação conclusiva.

Brasília, 19 de novembro de 2013.


Cláudia Maria Vilela von Sperling
Advogada da União





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6281

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 068018/2013-06

SEAPA/SCE

21/11/2013-08:20

Memorando nº 147/2013/2013/CGRC/SCE-MC

Em 20 de novembro de 2013.

Ao Delegado Regional do Ministério das Comunicações de Minas Gerais.

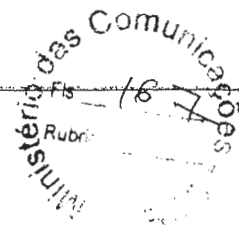
Assunto: **Encaminhamento de processo de RadCom.**

Encaminhamos, em anexo, processo referente à Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso para as devidas providências.

Atenciosamente,

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

COTA Nº.261/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU

ASSUNTO : Autorização para execução de serviço de radiodifusão comunitária. Necessidade de instrução complementar acerca da comprovação de idoneidade dos dirigentes.

Senhor Coordenador do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão Comunitária,

CONSIDERANDO que o art. 221 da Lei Maior estatui que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão às finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, respeitando valores éticos e sociais da pessoa e da família.

CONSIDERANDO a inegável presença do interesse público em todas as outorga relativas aos serviços de radiodifusão, vez que de livre e direto recebimento pelo público em geral.

CONSIDERANDO que a Lei 9.612/98 dispõe em seu art. 2º que o serviço de radiodifusão comunitária obedecerá, no que couber, ao disposto no Código Brasileiro de Telecomunicações e demais disposições legais.

CONSIDERANDO que o art. 34, a, do Código Brasileiro de Telecomunicações trata da necessidade da comprovação de idoneidade daqueles que pretendem executar serviço de radiodifusão.

CONSIDERANDO os princípios setoriais que regulamentam a atividade de radiodifusão, dentre eles a prestação do serviço em caráter *intuitu personae*.

CONSIDERANDO a necessidade de verificação da idoneidade dos dirigentes das entidades associativas que pretendem executar serviço de radiodifusão comunitária.

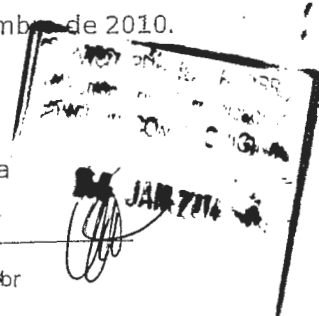
1. Utilizo-me do presente para solicitar a Vossa Senhoria que passe a adotar as medidas necessárias à verificação da idoneidade dos dirigentes das entidades que forem consideradas aptas à execução do serviço de radiodifusão comunitária.
2. Informo que para tanto deverão ser exigidas dos dirigentes associativos, certidões relativas a feitos criminais (Justiça Comum e Federal) dos últimos 5 (cinco) anos do local de residência, bem como se em desfavor destes há existência de imputação de execução de serviço de radiodifusão clandestina.
3. Este é o motivo pelo qual restituo os processos relativos à outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária, em trâmite nesta Coordenação-Geral Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, vez que apenas será conferido regular prosseguimento ao feito após a adoção das medidas sugeridas.

Brasília, 27 de setembro de 2010.

DANIEL PEREIRA DE FRANCO

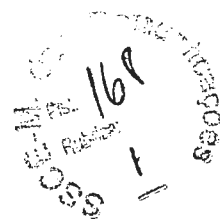
Advogado da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



DESPACHO

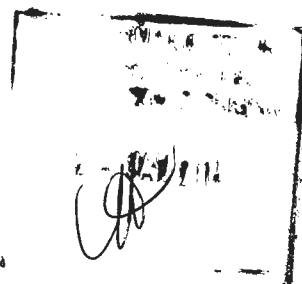
Assunto: **Consulta ao Sistema de Fiscalização RADAR, da Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações.**

1. Frente à análise do processo nº **53000.065306/2011**, de interesse da **Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso**, na localidade de **Dom Viçoso / MG**, e em atendimento à Cota nº 261/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, anexada à folha 167 dos autos, informamos o que se segue:

I. Não há, nesta localidade, registro de fiscalização por operação clandestina em que constem razão social, nome fantasia, nome/CPF/RG dos dirigentes ou CNPJ da Entidade supracitada, de acordo com o Sistema de Fiscalização RADAR, da Anatel.

Brasília, 26 de dezembro de 2013.

LÚCIA HELENA MAGALHÃES BUENO ROSA
Analista / Chefe de Serviço



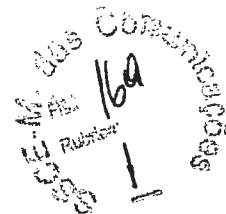


MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 3551/2013/CGRC/ SCE-MC

Assunto: **Retorno de Processo Instruído à Consultoria Jurídica.**

Referência: Processo nº 53000.065306/2011



SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se o presente processo de pedido de autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Dom Viçoso / MG**, formulado pela **Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso**.

ANÁLISE

2. Em decorrência da análise da documentação instrutória do processo em epígrafe e de acordo com a COTA nº 944/2013/LRM/CVS/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, datada de 19/11/2013 foram apontadas as seguintes pendências:

I. Ausência de certidões expedidas pela Justiça Estadual dos dirigentes.

II. Pesquisa realizada nos Sistemas de Fiscalização da ANATEL.

3. Desta forma, foi feita a consulta no Sistema de Fiscalização da Anatel, às fls. 167/168, bem como as certidões expedidas pela Justiça Estadual dos dirigentes encontram-se às fls. 153 a 162 dos autos.

CONCLUSÃO

4. Frente ao saneamento das pendências, este Departamento conclui que toda a documentação constante dos autos do processo encontra-se de acordo com a legislação atinente.

5. Por todo o exposto, entendemos que o presente processo encontra-se devidamente instruído e opinamos pelo seu encaminhamento à Consultoria Jurídica para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 26 de dezembro de 2013.


LÚCIA HELENA MAGALHÃES BUENO ROSA
Analista / Chefe de Serviço



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JUDICIAIS

Fis. 17
Rúbrica 40
Min. das Comunicações

PARECER Nº 0039/2014/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO Nº 53000.065306/2011-39

INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVO DE DOM VIÇOSO.

ASSUNTO: Requerimento solicitando autorização para executar o serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dom Viçoso, Estado de Minas Gerais. A documentação apresentada obedece aos padrões legais. Pelo deferimento do pedido.

- I - Execução de Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município de Dom Viçoso, Estado de Minas Gerais.
- II - A documentação apresentada obedece aos padrões legais.
- III - Pelo deferimento do pedido, frente ao princípio da legalidade.
- IV - Encaminhamento dos autos ao apreço do Exmo. Ministro de Estado das Comunicações.

Senhora Coordenadora-Geral de Assuntos Judiciais,

I - DO RELATÓRIO

A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica submeteu ao crivo desta Consultoria Jurídica processo relativo à autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Dom Viçoso, Estado de Minas Gerais.

2. Conforme constou da Nota Técnica nº 076/2013/DRMC/MG-MC, fls. 144/145, o Aviso de Habilitação concernente à localidade em questão foi publicado no Diário Oficial da União do dia 26.10.2011, sendo o prazo final para a entrega do requerimento e documentos exigidos legalmente o dia 26.12.2011. No caso em apreço, o pedido de habilitação foi postado em 16 de dezembro de 2011 (envelope à fl. 43 - verso) e protocolado no dia 20 subsequente, conforme requerimento de fls. 01, concluindo-se, pois, por sua tempestividade.

3. Juntamente com o requerimento para autorização de execução do serviço de radiodifusão comunitária, a entidade postulante trouxe para os autos a documentação técnico-jurídica necessária para que se procedesse à análise inicial do pleito, em harmonia com o art. 9º, §2º, da Lei nº 9.612, de 1998 (Lei que instituiu o Serviço de RadCom) e demais normas infralegais (Decreto nº 2.615, de 1998, e Norma Complementar nº 1, de 2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011), destacando-se o seguinte:

- (i) estatuto da entidade, devidamente registrado, com previsão, dentre seus objetivos, de executar o serviço de radiodifusão comunitária (fls. 07/09, Art. 3º,

9. Preliminarmente, impende consignar que esta CONJUR, ao analisar os procedimentos relativos às outorgas para exploração de serviço de radiodifusão comunitária, e diante de recomendação do Ministério Público Federal, expediu a COTA nº 261/2010/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, com o fim de orientar a SCE a adotar providências no sentido de verificar a idoneidade moral da entidade, bem como de seu quadro diretivo, frente ao disposto no artigo 34 alínea “a” da Lei nº 4.117, de 1962 (CBT), lei de aplicação subsidiária ao serviço de radiodifusão comunitária, de acordo com o artigo 2º da Lei nº 9.612, de 1998.

10. Assim, face aos princípios que regulamentam o serviço de radiodifusão comunitária, bem como os atinentes à Administração Pública, determinou-se que fossem juntadas aos autos as certidões relativas aos feitos criminais da Justiça Estadual e Federal do local de residência dos últimos 05 anos dos dirigentes da entidade, documentos estes que comprovariam a sua idoneidade moral. Passou-se a solicitar, também, a juntada de declaração atestando a existência, ou não, de imputação à entidade de execução ilegal de serviço de radiodifusão (sem outorga do Poder Concedente), com vistas a comprovação de sua idoneidade moral para a prestação do serviço dentro dos ditames legais.

11. Em atendimento ao solicitado supra, a entidade carrou aos autos as competentes certidões criminais dos seus dirigentes associativos, no que se refere a feitos no âmbito da Justiça Estadual e Federal dos últimos 5 (cinco) anos do local de residência (fls. 81/82, 87/88; 93/94; 99/100; 105/106; 154; 156; 158; 160; e, 162).

12. Quanto à verificação pela SCE acerca de possível execução ilegal do serviço pela entidade, foi expedido o Despacho de fl. 168, por intermédio do qual faz menção que nos últimos 05 (cinco) anos não há na localidade registro de fiscalização por operação clandestina.

III - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS E NORMATIVOS

13. Da análise da documentação apresentada, em atendimento aos preceitos da Lei nº 9.612, de 1998, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 1998, e da Norma Complementar nº 1, de 2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011), destacando-se o seguinte:

14. Foram juntados aos autos os atos constitutivos da entidade, compreendendo as atas de constituição e de eleição dos dirigentes, bem como o seu Estatuto Social, que comprovam a sua natureza jurídica de entidade comunitária, conforme estabelecido no artigo 7º da Lei nº 9.612, de 1998 e art. 11 do Decreto nº 2.615, de 1998.

15. A entidade ainda juntou as declarações de responsabilidade firmadas por seus dirigentes, as manifestações de apoio da respectiva comunidade, entre instituições e pessoas jurídicas da localidade, estando toda a documentação de acordo com as normas legais conforme se atesta a Nota Técnica nº 076/2013/DRMC/MG-MC, fls. 144/145.

16. Em relação às exigências técnicas necessárias à autorização pleiteada nos presentes autos, estas estão em consonância com o estabelecido na legislação, notadamente as regras estabelecidas na Norma Complementar nº 1/2011, conforme demonstrado pelo Relatório Final da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JUDICIAIS



DESPACHO Nº 0104/2014/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU.

PROCESSO Nº 53000.065306/2011-39

INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVO DE DOM VIÇOSO.

ASSUNTO: Requerimento solicitando autorização para executar o serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dom Viçoso, Estado de Minas Gerais. A documentação apresentada obedece aos padrões legais. Pelo deferimento do pedido.

Aprovo o PARECER Nº 0039/2014/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU.

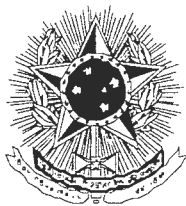
Encaminhem-se os autos à apreciação pelo Senhor Consultor Jurídico.

Brasília, 16 de janeiro 2.014


SOCORRO JANAINA M. LEONARDO

Advogada da União
Coordenadora-Geral de Assuntos Judiciais





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

PROCESSO / DOCUMENTO Nº: 53000.065306/2011-39


DESPACHO

De ordem, encaminhe-se ao Departamento de Acompanhamento e Avaliação.
Em 21/01/2014.


GLEYDS PEREIRA SILVA
Administradora



M. das Comunicações
Fis. 174

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE	24 / 01 / 18
Página: 30	Seção: 2
ANOTADO POR: 	

PORTARIA Nº 08 , DE 23 DE JANEIRO DE 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES-Interino, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.065306/2011, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária do Povo de Dom Viçoso, com sede à Rua Dom Ferrão, nº 483, bairro: centro, no Município de Dom Viçoso, Estado de Minas Gerais, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar utilizando a frequência de 104,9MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Assunto: **Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.**

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 8, de 23/01/2014, no Diário Oficial da União de 24/01/2014, que autoriza a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVO DE DOM VIÇOSO** a executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **DOM VIÇOSO/MG**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo n.º **53000.065306/2011**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

À consideração superior.

Brasília, 24 de janeiro de 2014.



VALKIRIA FERREIRA MACHADO
Chefe de Divisão

De acordo. Encaminhe-se ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações para as providências.

Brasília, 27 de janeiro de 2014.



SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 722
70044-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 311-6242 - 321-7484 - Fax: (61) 311-6583

Ofício nº 03 /2014/GM-MC

Brasília, 19 de fevereiro de 2014.

Ao Senhor

LUÍS ALBERTO DOS SANTOS

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Palácio do Planalto, 4º andar

70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Encaminha anexo(s)**

Senhor Subchefe,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos:

MC 00007 2014

- 53000.022448/2011 - 10 - (AND. 1)

MC 00008 2014

- 53000.065306/2011

Atenciosamente,


RENATA MORAES CHECCHIO
Coordenadora-Geral



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

INTERESSADO: *Dr. Paulo Mauricio*

ASSUNTO: _____ CÓDIGO: _____

OUTROS DADOS: _____

M O V I M E N T A Ç Õ E S

S _{E.Q.}	SIGLA	CÓDIGO	DATA	S _{E.Q.}	SIGLA	CÓDIGO	DATA
01			/ /	15			/ /
02			/ /	16			/ /
03			/ /	17			/ /
04			/ /	18			/ /
05			/ /	19			/ /
06			/ /	20			/ /
07			/ /	21			/ /
08			/ /	22			/ /
09			/ /	23			/ /
10			/ /	24			/ /
11			/ /	25			/ /
12			/ /	26			/ /
13			/ /	27			/ /
14			/ /	28			/ /

AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO

ANEXOS: _____